

A.M. - ... e que hoje é presidente da Comissão de Moral e Civismo do Ministério da Educação. Houve um tempo em que esteve o almirante Façanha, um representante do MEC, o professor Tarcísio Padilha...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Só para deixar registrado: o instituto invadido foi o IBRADES, na rua Bambina.

A.M. - Havia um representante do SNI e um do SIE (Serviço de Informações do Exército). Eu tinha então ligação direta com os ministros militares, com o chefe do SNI e, quando necessário, até com o presidente da República.

A.C. - Isso aliviou um pouco a tensão, não É? Era uma válvula de escape.

A.M. - Exato. Do lado da Igreja, ficou a direção da CNBB: dom Aloísio, o presidente; dom Ivo Lorscheider, o secretário; dom Avelar Brandão, vice-presidente; dom Lucas Neves, do jornal *O São Paulo* e primo de Tancredo Neves. Esporadicamente, quando o assunto exigia, apareciam outros bispos, como dom Luciano, lá de Sergipe, dom Paulo Evaristo, de São Paulo, o bispo lá de Goiás... Essa comissão funcionou durante todo o período do governo Médici. Mensalmente, nos reuníamos e discutíamos, com toda a clareza e sem rebuscos, os pontos controvertidos. Eles acusavam o governo de ação contra A, B, ou C, traziam o problema, medidas para evitar o problema. Eu e os companheiros discutíamos o problema com eles. Depois eu levava o problema ao órgão correspondente - o ministro do Exército ou o da Justiça ou o SNI - e pedia as providências que eu achava que deviam ser tomadas pelo governo, para evitar os excessos que sempre há nessas áreas. Muito delicada, a área de informação que controla a subversão. Quando me pediam informações sobre algum caso, eu ia ao órgão de informação e perguntava: "O que houve realmente?" Pegava os dados, levava para os bispos e esclarecia os casos. Naquele caso do padre Gentel, fui saber o que havia contra ele e levei as informações que levantei: "O padre Gentel foi preso por isso, ele disse isso, fez isso, encontrou-se isso." Eu procurava esclarecer. Da mesma maneira, eu cobrava deles. Dom Hélder dizia uma coisa e eu: "Por que dom Hélder disse isso?" Havia uma troca de informações e de pedidos de providências de parte a parte.

A.C. - Quando o senhor alegava as acusações que pesavam contra a pessoa, como é que os bispos reagiam?

A.M. - Todos eles reagiam muito bem. A nossa conversa era franca, clara, não tinha rebuscos. Dizíamos as coisas como elas são. "A Igreja está errada! Os senhores estão errados!" E eles: "O governo está errado! O governo não pode proceder assim! Isso é ilegal!" Era nessa base. Ouvia-se tudo isso... Há alguns relatórios. Nesse meu arquivo não tenho todos, porque eu preferia não tê-los comigo. A maioria ficou guardado lá no...

A.C. - Qual era a sua função exata? O senhor era representante de alguém?

A.M. - Era uma comissão... Eu não era representante de ninguém, eu presidia uma comissão que queria ajustar os problemas da Igreja. Os bispos também não eram ninguém. A CNBB que vinha discutir os problemas com alguém que tinha vontade de ajudar. Oficialmente não consta nada. Mas todas as atas de nossas reuniões estão guardadas nos arquivos dos órgãos de informação.

A.C. - Quais foram os ganhos dessas reuniões, além do fato de terem criado um entendimento?

A.M. - A tranquilidade que elas geraram e os choques que evitaram. Se ainda hoje há choques... Havia a maior liberdade. Quando havia um problema, por exemplo, dom Aloísio me telefonava: "General Muricy, preciso falar com o senhor." Eu ia lá, perguntava o que tinha havido e ele dizia. Aí eu ia apurar o que tinha havido. Às vezes eu chegava para o Orlando e dizia: "Orlando, houve uma reunião e eu preciso que você me faça isso e isso." Ou para o Milton, que hoje está comandando São Paulo: "Miltinho, faça isso aí." E ele: "Mas general Muricy..." E eu: "Teu chefe mandou fazer, vai fazer. Não pergunte o problema, vai fazer." Eu atuava mesmo, no que era possível.

A.C. - O Milton Tavares trabalhava com o Orlando?

A.M. - O Milton Tavares era o chefe do Serviço de Informações do Exército. Trabalhava com o Geisel. Dessa maneira, isso evitou muitos choques e resolveu uma porção de pequenos problemas. Por exemplo: o bispo de Goiás estava em choque com o governo federal e o estadual. A coisa estava se agravando, com acusações tremendas de lado a lado. Um belo dia, por sua própria iniciativa, a CNBB comunicou: "General, o bispo dom Fernando vem aí na reunião." Dom Fernando veio e na conversa começamos a discutir o problema dele e as queixas que haviam. E eu verifiquei que o problema principal era que numa das perseguições feitas a subversivos lá em Goiás estes homens correram e se homizaram na catedral. Os homens dos órgãos de informação entraram lá, houve uma briga dentro da catedral e quebraram coisas... Depois prenderam os indivíduos, foram embora e não deram satisfação nenhuma ao bispo. O bispo foi ao governo do estado e não foi recebido. Daí em diante a má vontade era uma coisa brutal. A animosidade ia crescendo cada vez mais. E eu verifiquei que tinha havido uma desconsideração para com o bispo. Tranqüilamente fui ao Orlando no SNI e disse: "Venho pedir uma coisa: que o comando da guarnição vá visitar o bispo; que o secretário de Segurança vá dar uma satisfação ao bispo e que, ao mesmo tempo, procure-se ver quem é que fez aquilo e, prenda-se o subversivo. Mas tudo com a maior legalidade e, principalmente, aliviando a situação difícil." E o comandante da guarnição de Goiás foi visitar o bispo, dizer que tinha sabido do problema, que estava pronto a ajudar, para evitar que se repetisse o fato etc. O secretário de Segurança foi lá dar uma satisfação, pedir desculpas pelos homens terem entrado na Igreja, por ter havido aquilo... Desapareceu o problema com bispo de Goiás. Inclusive, ele escreveu numa revista um artigo a respeito da ida dele a essa reunião. Talvez esteja no meu arquivo, não sei. Esse é um caso.

O outro, aconteceu no final do governo do Médici, começo do Geisel.

A.C. - Isto durou todo o governo Médici?

A.M. - Durou. Quando o Geisel assumiu, eu fui até ele: "Ernesto, eu chefiou uma missão assim, assim. Quero saber a sua orientação, se eu continuo ou não." Ele disse: "Muricy, a minha idéia é diferente da do Médici. Eu quero ter uma atuação com o bispo de cada área. Os diferentes comandos e governos da área farão ligação com os homens de lá." E eu: "Não há dúvida nenhuma, estou pronto." E, quando o Ernesto tomou posse, a primeira coisa que ele fez foi convidar para a cerimônia os cinco cardeais.

Naquele tempo eram quatro, se não me engano. Os cardeais foram à posse do Geisel, num lugar privilegiado, bem na frente. Foi a primeira demonstração. Em seguida, houve a inauguração da sede da nunciatura lá em Brasília e o Ernesto fez questão de ir, para prestigiar. Estavam lá todos os cardeais também.

A.C. - Realmente, nesse período nós começamos a ver gerais...

A.M. - Os contatos permanecem até hoje. É o comandante de tal área que visita o bispo... Houve uma descentralização da atuação, dentro do mesmo espírito, porque o governo tem interesse em ter a Igreja do seu lado, trabalhando, como quer o governo, dentro da orientação social. O problema do governo é olhar também o lado social do povo brasileiro. E o envenenamento que há... Parece que o governo só quer esmagar e a Igreja só quer ajudar. Quando se chega nessa radicalização de pontos de vista de alguns, tudo é difícil.

Mas a coisa ficou neste pé. Logo em seguida à posse do Ernesto, fui a Brasília. Numa conversa com o Golberi, ele me disse: "Há um problema lá no Exército. Antes de acabar tudo isso quero que você resolva. Dom José Nilton não quer benzer a capela ecumênica." A capela tinha sido feita para atender a todas as religiões. Alguém teve a idéia de fazer uma bênção, uma missa, e dom José Nilton disse que não fazia. Deu-se novamente um choque entre o pessoal do Exército e a...

Procurei o Dale Coutinho, ministro do Exército, e disse: "Como é que vamos resolver isso?" Ele disse: "O problema é esse, nós queremos fazer a cerimônia e o bispo não quer." Eu disse: "A solução é eu ir falar com o bispo. Mas vou fazer uma coisa: vou convidar o bispo, em teu nome, para vir fazer uma visita, e você vai recebê-lo com todas as honras." Ele disse: "Faço." Eu disse: "Vou levar o Otávio comigo." O Otávio Costa era coronel e estava como oficial de gabinete do Dale Coutinho.

E lá fomos eu e o Otávio. Telefonamos para dom José Nilton. Eu disse: "Dom José Nilton, eu sou o general Muricy, estou aqui com o ministro do Exército e quero fazer uma visita de cortesia." Ele: "Pois não, general, é um prazer muito grande." E ele me recebeu assim: "General Muricy, o senhor não sabe a alegria que está me dando. Há muito tempo que eu desejava entrar em ligação com os órgãos do governo e não me aceitavam, de maneira que a sua vinda aqui é muito boa." Eu conversei sobre o problema da capela ecumênica e ele disse: "Eu não posso, general, porque a capela, para ser benta, precisa ser católica. Eu não posso benzer uma capela que não é católica." Teve-se que transformar a capela ecumênica em oratório do soldado. Isso foi um ajustamento posterior. E mais, eu disse: "Eu vim aqui, dom José Nilton, para, em nome do ministro, convidá-lo para uma visita, para o senhor ver como está a capela. A maioria no Exército é católica, mas temos que ver que também há outras religiões e nós não podemos ignorá-las. Não podemos fazer uma coisa para a Igreja católica e uma para cada uma das outras, ou só fazer para a Igreja católica." Ele disse: "Eu compreendo." E eu: "Então, peço que o senhor... vou combinar com o ministro para marcar o dia." E assim o problema foi resolvido. E hoje não há ninguém mais amigo do governo do que dom José Nilton. Ele é o bispo de Brasília.

Ao mesmo tempo, isso me fez ter contato com os núncios, tanto o anterior quanto o atual, todos interessados em amainar e ajustar o problema da Igreja, vendo o que havia de certo e errado de um lado e de outro. Tive uma impressão magnífica tanto do atual como do anterior, homens de muito equilíbrio e com grande percepção do problema brasileiro. Essa também foi uma atuação que começou no Estado-Maior e que terminou quando eu já estava na reserva.

E agora nós podemos entrar, na próxima sessão, exclusivamente no episódio da doença do presidente Costa e Silva.

I.F. - O senhor falou no Cândido Mendes. O senhor conhece o irmão dele, o Luciano?

A.M. - Conheço um pouco. Eu me dou muito mais é com o Cândido Mendes. Ele foi colega de meu filho e do Tarcísio no Colégio Santo Inácio. O Cândido terminou o curso num ano e o Tarcísio e meu filho terminaram no ano seguinte. O Cândido foi o primeiro aluno da turma dele e meu filho foi o primeiro aluno da turma do ano seguinte. Então já havia um conhecimento indireto. Eu tenho boas relações com o Cândido. Além disso, um irmão dele, o Antônio Luís, é meu vizinho, mora em frente à minha casa, ali em Santa Tereza. Nós nos damos muito com o Antônio Luís e com a mulher.

A.C. - O Cândido Mendes teve uma atuação muito grande na questão da Igreja.

A.M. - Ele era o homem com quem eu me ligava para esses problemas. Muitas vezes ele me trazia o problema: "Estive com dom fulano, houve isso."

A.C. - Apesar da CNBB estar lá, o senhor tratava mais com o Cândido Mendes?

A.M. - Da mesma forma que com dom Aluísio, a quem eu quero um bem enorme. Não gosto muito de dom Ivo. Quero muito bem a dom Avelar Brandão.

A.C. - Qual o problema com dom Ivo?

A.M. - Não sinto firmeza em dom Ivo. Ele era um pouco político. Os outros são puros, são sacerdotes. Os outros olham o problema da Igreja com mais espiritualidade. Dom Ivo olha também com o aspecto social progressista que ainda existe. Não é que ele seja do tipo dom Pedro Casaldáliga, absolutamente. Não é igual a dom Adriano Hipólito. Mas ele...

A.C. - Dom Adriano Hipólito é radical mesmo. Eu conheço. Eu só sei de dom Adriano porque toda hora, coitado, ele sofre um atentado.

A.M. - Ele é de um radicalismo... Há pouco tempo fui procurado por dois padres, um deles foi o padre Fernando Melo, aquele lá de Boa Viagem, que tinha brigado com dom Hélder. Ele está aqui no Rio, num seminário em Nova Iguaçu. O outro foi o diretor desse seminário, que recebe meninos, inclusive de fora, forma os padres de uma dessas ordens e manda espalhar pelo Brasil. O diretor foi lá me pedir socorro contra dom Adriano Hipólito. E estive me contando o que esse bispo de lá fazia. Basta dizer que, apesar do Seminário ser dentro da diocese de Nova Iguaçu, o diretor não procura o bispo, porque não tinha subordinação direta.

A.C. - O problema de Nova Iguaçu é terrível. Deve ser do tipo dos que o senhor descreveu no Nordeste. Uma coisa dramática! Dramática! A baixada é de uma ferocidade total!

A.M. - Toda cidade-dormitório... É e não é, porque... Há muitos anos um amigo meu, que veio do interior, foi morar lá em Nova Iguaçu. Deu-se muito bem. O pessoal muito tranqüilo, de muita paz. Há uma área residencial e uma outra, de baixada. A baixada fluminense é muito infestada. Bom, agora estamos prontos para fazer o exame de...

A.C. - Hoje nós vamos conversar sobre o episódio da doença do general Costa e Silva e todos os incidentes e dramas que se seguiram a isso.

A.M. - Certo. Mas como eu sempre reajo às imposições da professora Aspásia, eu não vou começar por isso. Vou voltar ao Estado-Maior porque eu me lembrei de um fato que me deu uma grande satisfação. Já no final da minha gestão no Estado-Maior do Exército, recebi, no meu aniversário ou no fim do ano, do adido militar francês um livro que se chama *História do Exército Francês*, do Marechal Weigman. Esse livro me impressionou principalmente por duas coisas. Tem uma iconografia riquíssima, quase pedindo: leiam, leiam! Eu disse: "Por que não temos, no Exército brasileiro, um livro sobre a nossa história?" Mandei chamar então o Paula Couto, no Estado-Maior, e disse: "Paula Couto, a minha idéia é esta. Como podemos realizá-la?" Ele disse: "Nós temos, no Estado-Maior do Exército, um dos maiores historiadores militares do Brasil, o coronel Ruas Santos." Eu disse: "Chama o Ruas." Ele veio e eu disse: "Ruas, eu tenho uma idéia na cabeça: é fazer uma *História militar do Exército brasileiro*, nos mesmos moldes desse do general Weigan, e com uma característica: quero que seja utilizado o lema 'quem não sabe ler vê figura'. Então, em cada página, eu quero pelo menos um desenho, uma foto, uma pintura, uma reprodução de qualquer coisa! Não quero uma página inteira sem ter uma coisa qualquer, um desenho, um mapa." Ele disse: "Eu vou pensar e depois digo alguma coisa ao senhor." Conhecedor do assunto, pensou e me trouxe uma proposição que eu discuti com ele e com o Paula Couto, durante uns 15 dias. E acertamos que era possível fazer o livro. E mais: que a *História do Exército brasileiro* atingiria os pontos fundamentais da história do Brasil, porque, praticamente, começa um pouco antes de Guararapes, em algumas estruturas militares que havia na época. Eu me entusiasmei e mandei fazer uma análise do custo da obra. Na primeira reunião do Fundo do Exército, eu solicitei por escrito uma verba, que recebi para começar a *História do Exército brasileiro*.

E isso foi feito. Organizado e proposto pelo Ruas, aprovado por mim e pelo ministro, este foi um trabalho *sui generis*. Foi a primeira e - que eu saiba - única vez em que se fez isso no Brasil. Um grupo de historiadores civis e militares analisou a história do Brasil e fixou os pontos que deveriam ser ressaltados e incluídos na história militar. A história militar do Brasil foi dividida em seções, cada uma trabalhada por um grupo diferente. A Escola de Estado-Maior tinha um curso de história militar. Com o trabalho desse curso, organizaram-se pequenas equipes, de dois ou três alunos. Cada equipe recebeu a sua tarefa e uma bibliografia para pesquisar em uma biblioteca militar, na biblioteca da Escola de Estado-Maior, na Biblioteca Nacional, inclusive no Arquivo Nacional. Esses grupos trabalharam longamente e cada um fez a sua interpretação do texto. Disso foi feito um trabalho preliminar na Escola de Estado-Maior, do qual participaram uns quarenta historiadores e homens de cultura do Brasil para opinar. Concluiu-se pela necessidade de organizar um comitê central, que depois iria reunir todos esses documentos dentro de um contexto que desse harmonia e, principalmente, o valor relativo. Um fato menos expressivo, às vezes pode ficar nas mãos de um pesquisador que se estenda e que o transforme numa coisa muito grande, enquanto outro pesquisador, que seja mais sintético, pega um fato importante e escreve quatro linhas. Esse equilíbrio foi feito por uma comissão central, em que estavam todos os grandes historiadores brasileiros. Mas era preciso a iconografia que eu exigia. E havia coisas que não existiam, documentos sobre a subida das Bandeiras. Era preciso fazer qualquer coisa. Achou-se um homem admirável, que foi o pintor... Esse homem estudou a história e fez quadros...

[FINAL DA FITA 50-B]

A.M. - O Miranda Júnior fez uma série de quadros referentes à história do Exército brasileiro. Ele fez as ilustrações para o que não tinha iconografia, desenho, nada. Eu saí do Estado-Maior e a coisa prosseguiu com o Malan e, na administração do Breno, quando eu já estava na vida civil, recebi a comunicação de que o livro estava pronto e eu devia comparecer tal dia para receber um exemplar especial. Para as autoridades, foram feitos cinquenta exemplares especiais e eu tenho um desses. E mais: tenho uma carta do Ruas, que era o presidente da comissão, ressaltando o trabalho. O convite que ele faz é uma carta muito honrosa e muito agradável. A carta não está no meu arquivo, está colada no meu exemplar. A *História do Exército brasileiro* ficou em três volumes e vai desde a época colonial, ficando mais extenso quando fala de Guararapes; passa pela conquista do Maranhão, a Guerra dos Farrapos e entra até a Grande Guerra. Termina depois da FEB. Esse foi um prazer que eu tive: dar partida, cujas bases foram feitas na minha administração, para a história militar do Brasil.

A.C. - Quem foi o organizador?

A.M. - Não houve organizador, houve uma comissão. O livro tem o nome de todos que colaboraram. Não conhece? A tiragem foi muito pequena. Eu disse: Por que fazer dois mil exemplares? Isso é para se fazer dez mil, porque nunca mais se vai repetir. Não haverá mesmo condições de fazer uma nova edição, que vai sair muito caro. Aproveitem agora, que os clichês estão prontos, a composição está pronta e, em lugar de dois mil, tirem dez mil." Mas, quando não há dinheiro...

A.C. - Saiu pela Biblioteca do Exército?

A.M. - Saiu pela Biblioteca do Exército e eu tenho dois exemplares. Eu ganhei um e comprei outro. Comprei vários, dei para meu irmão, para várias pessoas da família e amigos.

A.C. - Em que ano saiu?

A.M. - Deve ter saído em 1973, por aí. Eu acredito que não haja mais exemplares à venda, mas o livro pode ser encontrado na Biblioteca do Exército.

A.C. - Ele vai até que momento?

A.M. - Ele vai até a FEB. Eu acho que não há mais exemplares. Em todo caso, não custa procurar. Esse foi um dos prazeres que eu tive no Estado-Maior: dar as bases e a arrancada para a *História do Exército brasileiro*.

A.C. - É muito interessante essa sua idéia de mobilizar os alunos do Estado-Maior para esse trabalho. Com isso, o projeto avança muito rápido.

A.M. - Justiça seja feita: isso foi idéia do Ruas. O Ruas foi o grande executor, o homem que coordenou os trabalhos. Eu dava as diretrizes, ele me trazia os pontos de vista, a opinião, ele se reunia com outros companheiros, me trazia idéias, eu opinava, eu aceitava, mandava estudar outros pontos. E assim nós fizemos a base. A idéia foi minha, mas o grande executor foi o Ruas.

A.C. - Agora, seria interessante que o senhor nos desse um quadro das tensões e dificuldades que havia no Exército, antes da doença do general Costa e Silva. É por aí que temos que começar.

A.M. - O governo Costa e Silva iniciou-se tendo na base várias divergências que vinham dos grupos costistas e castelistas. Isso tudo trouxe para o início do governo certas dificuldades na área militar. Naturalmente, na área civil também há os grupos de cá e de lá. Temos e teremos sempre isso. E, graças a Deus, a democracia é um conjunto de idéias muitas vezes antagônicas, mas que têm que se harmonizar em torno do bem comum.

Quando o governo estava para ser formado, Costa e Silva procurou fazer uma série de estudos sobre os problemas brasileiros. Encomendou trabalhos ao IPEA, foram feitos vários seminários e ele organizou um escritório de trabalho na avenida Atlântica, num apartamento, se não me engano, do Marcondes Ferraz. Já nessa ocasião, começaram as críticas, porque ele estava utilizando o apartamento de um homem muito controvertido e contra o qual pesavam acusações de, pelo menos, leviandade, para não dizer desonestidade. Isso tudo já fazia... O coronel Portela e o Andreazza eram os dois homens principais da organização, que estavam gerindo esse escritório.

Eu fui lá umas duas ou três vezes, como amigo pessoal do Costa e Silva. O Andreazza chegou a me pedir que fosse lá, ajudasse mais, mas eu senti que eu não tinha afinidade suficientes - tinha com o Costa - com os elementos que cercavam o Costa, principalmente porque muitos desses elementos tinham criado problemas comigo quando eu estava na 7^a. Região Militar e houve o episódio da minha frustrada - graças Deus - candidatura ao governo de Pernambuco.

A.C. - O senhor está-se referindo ao Costa Cavalcanti?

A.M. - Não... Ao Andreazza e ao Portela. Os dois criaram um ambiente, inclusive levaram o Costa, que era meu amigo, a dar declarações que permitiram ao Paulo Guerra fazer aquilo tudo com a certeza de que não haveria sanção contra ele. Mesmo porque eu tinha dito: "Eu não quero que, por minha causa, se criem problemas."

Então, nesse momento já havia divergências. Eu tive esse convite para ir trabalhar efetivamente. Não sei se fiz bem, se fiz mal, porque eu tinha possibilidade de ter ajudado o Costa e Silva, mais do que eu ajudei depois. Eu poderia ter ajudado e, principalmente, diminuído a ação de certos elementos. Eu sempre fui muito independente e sei que ele me apreciava muito.

O fato é que eu fui duas ou três vezes, sendo que a última vez foi quando saiu publicada a lista dos ministros que tinham sido escolhidos por ele. Ele já estava eleito. Eu ouvi as críticas a respeito dos nomes, umas favoráveis, umas contrárias, outras nem sim nem não. Com a lealdade de um bom amigo, que é para dizer tudo, fui lá ao escritório, procurei o Costa e relatei: "Costa, eu, como seu amigo, quero lhe dizer o que se diz a respeito dos auxiliares que você escolheu." E, honestamente falei de cada um. Depois, eu disse a ele: "Outra coisa, Costa - e nisto agora entra o Muricy para o Costa - você sabe o quanto eu quero bem a seu filho. O Alcio é um menino excelente, mas estão procurando envolvê-lo. Há grupos que estão querendo envolvê-lo. Tome conta do seu filho, evite... Porque você agora é o presidente da República, tome cuidado!" Ele disse: "Muricy, você pode estar certo que o Alcio é um menino que tem equilíbrio." Eu disse: "Tem equilíbrio, mas não tem experiência. Você tome cuidado com o Alcio, pelo menos aconselhe, abra mais uma vez os olhos, ele realmente é um homem de grande valor, um homem de qualidades, ele teve sempre uma atitude muito correta em todos esses últimos episódios... Eu não tenho dúvida sobre o Alcio: nem de sua capacidade moral nem da técnica e intelectual. Inclusive a família, ele, a mulher, a filha Carla e mais... são excelentes. Mas tome cuidado."

Isso é para mostrar que desde o começo já havia um certo ambiente que vinha de trás. Isso não impedia que ele procurasse fazer um governo sério, honesto... O Costa era um homem inteligente e

ponderado. Apesar de às vezes explosivo, ele sabia contar até dez, na maioria das vezes. Tinha principalmente uma qualidade muito rara: ele ouvia as coisas com uma certa humildade. Ele podia se abespinhar ao ouvir o que eu lhe dizia: ele era o presidente e eu um simples general. Era amigo dele, isso sim. E principalmente era um brasileiro como ele, lutando pelo Brasil. Ele ouvia com paciência, conversava, não se magoava.

Continuou o governo Costa e Silva, com problemas de toda a natureza: de ordem política, financeira e, principalmente, na área política. Houve a reação contra a Constituição de 1967 e contra a revolução. Achava-se que a Constituição de 1967 era muito autoritária, que era preciso voltar ao regime de poder político mais amplo. Então, era preciso tirar do presidente uns tantos poderes que tinham sido dados. E isso tudo criava certa agitação na área.

Simultaneamente, havia um problema familiar, e este era o mais grave. A Iolanda gostava de interferir em determinadas coisas. As vezes era mal-assessorada e criava problemas. Ela lutava para obter certas coisas. Uma de suas irmãs, casada com o Jair - o Jair não tinha bom nome - procurava interferir nos problemas de governo e no interesse pessoal. E a Iolanda lutava.

I.F. - Que Jair, general?

A.M. - Era relativamente moço...

A.C. - Era Jair Rodrigues?

A.M. - Era, se não me engano.

A.C. - Porque alguém dá conta do Jair como um contrabandista.

A.M. - Era acusado disso. Não tenho provas, não sei nada. Sei que ele não era bem-visto.

Há episódios... Nessa ocasião eu estava no Departamento do Pessoal e transferei um coronel para o Recife. E chegou lá no departamento a irmã da Iolanda, que eu também conhecia desde... Ela disse: "Muricy, eu queria falar com você. A mulher desse coronel é nosso braço direito num trabalho social." Eu disse: "Mas eu não posso. As condições o obrigam a sair. Ele até vai para uma guarnição muito boa." A Iolanda fez tudo para que eu anulasse o ato, mas eu disse: "Não anulo." E um belo dia me vem aquela ameaça boba: "Ah, eu vou falar com o Costa." Eu disse: "Pode falar, eu falo também." Ela não chegou a falar. Sabia que eu não anularia e eu não anulei. E nessas coisas o Costa e Silva era militar: nunca criou o menor problema e nem determinou coisas que não fossem muito regulamentares. Não tive do Costa nenhuma atitude impositiva.

A.C. - O senhor acha que realmente é preciso separar o general Costa e Silva de seu ambiente familiar."

A.M. - Completamente. O Costa é uma coisa, a família é outra. São coisas diferentes. Eu ressalto muito isso, porque o Costa era realmente um homem de grandes qualidades.

Nesse ambiente surgiram dois casos que tiveram grande repercussão no Exército. Um foi a questão da promoção, na reserva, do pai da Iolanda, o Severo Barbosa. Ele já tinha feito requerimento para promoção, se não me engano umas duas vezes, e o requerimento tinha sido cortado. E de repente, numa terceira tentativa, saiu a promoção na reserva.

A.C. - Mas isso é possível?

A.M. - Era questão de legislação. Havia aquela legislação sobre os oficiais que iam para a reserva e tinham uma promoção de posto.

A.C. - Permitia dois ou três postos.

A.M. - Era a legislação que veio depois da guerra, com promoção para a reserva. e que não tinha atingido o Severo Barbosa. Ele tinha requerido essa promoção, se considerando enquadrado na legislação. Mas por duas vezes essa promoção na reserva tinha sido cortada e na terceira vez, no governo do Costa e Silva, saiu. Isso criou um ambiente muito ruim, porque era o sogro do presidente, pai da Iolanda.

Além disso todo mundo sabia que a Iolanda gostava muito de sociedade. E nós, militares, temos uma vida muito quieta, tranqüila. Mesmo que quiséssemos, não poderíamos ter uma vida social intensa, porque não havia vencimentos para tal. Então havia sempre aquele zum-zum contra ela. Assim, essas coisas foram-se formando em torno do Exército e criando um clima que levou a uma certa exacerbação. Certos grupos mais radicais se rebelaram. E esses grupos foram ao Aragão, que era o chefe do Departamento de Produção e Obras, e expuseram o problema. O Aragão resolveu fazer uma carta ao Lira. O episódio começa com uma carta e por causa de uma resposta em carta... O grande mal do episódio é que ambos eram epistolares.

A.C. - A história foi triste... Segundo consta, o Aragão teria comentado o episódio com os seus comandados e houve um emissário, o general Lira Tavares teria ido lá... foi isso?

A.M. - Primeiro houve comentários, depois uma carta. Depois o Lira foi ao departamento, numa reunião e...

A.C. - E desmentiu tudo.

A.M. - Não, não é bem como o Carlos Chagas...

A.C. - Esta é a versão do Jaime Portela.

A.M. - O Portela nem conhecia o fato. Eu tenho raiva do indivíduo que diz por ouvir dizer! Quando se faz um inquérito militar, há as testemunhas de vista e as por ouvir dizer: "Ah, eu ouvi dizer... eu soube por fulano..." Este é exatamente o caso do Portela e do Carlos Chagas. Os depoimentos do Portela e do Carlos Chagas têm uma parte de testemunha real e uma parte por ouvir dizer. E o trágico é que a parte por ouvir dizer é falsa. Aí é que é o ponto delicado desses dois depoimentos.

A.C. - Quem sabe muito bem disso é o general Calderari, que foi o mediador. Foi ele quem recebeu as queixas do Muniz...

A.M. - Até certo ponto. Ele era chefe do gabinete do Lira.

A.C. - Foi ele quem comunicou ao Lira...

A.M. - É, mas o Lira me falava imediatamente: "Recebi uma carta..." Eu sou amigo do Lira desde 1917. Estivemos juntos a vida inteira e temos a maior intimidade. Ele me contava os fatos... Em sua carta, o Aragão relata os fatos e, até certo ponto, também coloca - ele não diz claramente - que estava propenso a uma certa reação contra o Costa... Na carta, ele apresenta o problema, mas depois ele pede providências. Se ele pede providências, é porque ele está acreditando.

A.C. - Diz, inclusive, que a situação é muito grave e que pode acabar mal.

A.M. - Exato. Então, já havia aquela fermentação. Ele também avoca para si pelo menos parte daquelas acusações. Isso fez com que o Lira fosse à reunião no DPO. O Lira procurava principalmente fazer um amaciamento, retirar toda a aspereza. O papel do Lira foi de botar água fria na fervura. Mas isso também foi mal-interpretado e considerado como uma volta atrás de tudo o que ele tinha dito. Eu não assisti a essa reunião, não posso dizer. Estes são os fatos. Depois, o Aragão voltou com outra carta e o Lira chegou a fazer uma consulta ao alto comando, apresentando o problema do Aragão, dizendo que se ele acobertasse isso, criaria uma situação para si e pedindo a opinião do alto comando. Então fomos obrigados a responder e eu respondi. Fiz uma análise fria: "A persistir na orientação, o general Aragão criará um caso." Isso parou um pouco e ele foi tirado do departamento, porque o fato chegou ao conhecimento do Costa e Silva. E aí entrou o espírito de fofoqueiro - quero dar outro nome - do hoje coronel Tarcísio, que naquele tempo era capitão, ajudante-de-ordens ou coisa que o valha, esse que andou preso agora. Ele fez a divulgação dessas cartas. Essas eram cartas confidenciais do Aragão para o ministro e do ministro para o Aragão e o Tarcísio se encarregou de dar conhecimento.

Isso criou um ambiente, tornou o fato público. Nesse momento, o Lira conversou com o Costa e Silva e o Aragão foi retirado da chefia do departamento...

A.C. - Bruscamente, porque ele nem foi comunicado.

A.M. - Bom, mas depois do caso...

A.C. - A *Hora do Brasil* deu a notícia.

A.M. - Foi um choque, porque o Aragão tem defeitos, é impulsivo, mas é um homem de bem. E é principalmente, um homem de uma honestidade profissional extraordinária, até excessiva, às vezes até de uma certa intransigência. Eu contei o episódio da careca dele, quando capitão, com o... Ele se queixou do general que era comandante da região e que disse: "Que careca indecente." Ele era um homem esquentado.

Então, nesse ponto, só havia uma solução: era tirá-lo do comando. Mas isso criou uma divisão dentro do Exército. Um grupo apoiou o Aragão, e esse grupo tinha gente de bem.

A.C. - O que o Tarcísio fazia nisso?

A.M. - Era ajudante-de-ordens, um homem que vivia... Eu não disse que o general tem direito ao chefe do estado-maior, ao ajudante-de-ordens e ao assistente? Pois o Tarcísio era o ajudante-de-ordens ou assistente. Acho que era ajudante-de-ordens.

A.C. - Ele divulgou as cartas pensando em aprofundar a crise?

A.M. - Porque o pessoal era todo radical. Em torno do Aragão se juntou um grupo de radicais.

A.C. - O senhor não tem dúvida que era uma crise, escorada em fatos muito concretos, porque havia realmente esse *entourage* familiar, que era complicado.

A.M. - Havia problemas familiares, mas foram explorados. Principalmente, foi criado um clima que levaria a uma divisão. E formou-se um grupo de radicais. Eu e o Mamede chegamos, inclusive, a ir ao Aragão numa noite ou tarde. Naquele período, os dias se contavam por dias. Não havia manhã nem tarde, era o dia inteiro, a noite inteira, o que fosse necessário. Eu me lembro de termos ido acalmar o Aragão, para evitar um choque, mostrando a necessidade de não criar uma divisão dentro do Exército. Ele disse: "Mas eu não quero, o que eu quero é justiça! Não estão me entendendo!" Sentimos a honestidade. Aí fomos ao Lira e conversamos com ele para evitar o choque com o Aragão. Estivemos - eu e o Mamede - várias vezes para cá e para lá. Depois, o próprio Siseno entrou também, mas não teve penetração. O Aragão era mais chegado mesmo... inclusive ele é meu primo e muito amigo, sempre foi. Esse era o clima.

A.C. - O foco mais radical se aglutinou em torno do general Aragão?

A.M. - Esse é um caso. Isso tudo é importante por causa da decisão, tomada no palácio Laguna, de não dar posse ao Pedro Aleixo. É preciso entender isso. Naturalmente, tudo era feito com o mínimo de extravasamento para o meio civil. Então, o meio civil via o Exército parado. E lá dentro as coisas estavam fervendo. E o Alto Comando tomando conhecimento, porque, inclusive como eu disse, o Lira apresentou o problema ao Alto Comando.

A.C. - E como o Alto Comando se situou?

A.M. - Não, não foi... foi individualmente. Cada general deu a opinião a respeito do incidente Aragão. Todos nós opinamos, cada um individualmente. Realmente o problema estava criado e o choque era iminente. A situação não podia continuar. Então fiz uma análise - está no meu arquivo - e respondi: "A persistir... o general Aragão não pode continuar." Eu declarei isso.

Mas, felizmente, as coisas não chegaram lá. Esse era o ambiente que se formou.

De outro lado, o Afonso Albuquerque Lima era ministro do Interior e tinha sob sua jurisdição a SUDENE. Dentro da análise dos problemas da situação, houve uma modificação no sistema de incentivos que a SUDENE dava às indústrias que se instalassem no Nordeste etc. O Afonso declarou que não desejava contribuir para o empobrecimento do Nordeste e pediu demissão. Criou-se um choque entre o Afonso e o presidente da República. O Afonso voltou ao Exército e foi indicado para a chefia da Diretoria de Obras e...

[FINAL DA FITA 51-A]

A.M. - ... Engenharia, construção, uma coisa assim. Então, abriu-se uma nova área...¹

¹ De acordo com o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro o general Afonso de Albuquerque Lima ocupou o cargo de diretor-geral de Engenharia e Comunicações até 1967 quando foi indicado para o Ministério do Interior pelo presidente Costa e Silva. Após a sua saída do ministério, Albuquerque Lima assumiu a chefia da Diretoria Geral de Material Bélico.

A.C. - A demissão dele foi um problema da política do Delfim na SUDENE?

A.M. - É o que saiu. Na realidade, era o problema pessoal dele. Ele ambicionava ser o sucessor do Costa e Silva, já nessa ocasião.

A.C. - Mas por que?

A.M. - Porque ele sempre teve ambição.

A.C. - Mas em que isso prejudicava? Ao contrário, sair do ministério poderia ser ruim.

A.M. - Mas a questão é que ele já estava sentindo que sua posição não estava sendo bem encaminhada, em relação ao Costa e Silva.

A.C. - Claro, porque no momento em que ele entra em conflito com o Delfim Neto...

A.M. - E o Delfim tinha todo o apoio do Costa para a parte econômica e financeira. Nesse momento começa a haver choques e ele sai, declarando que é defensor do Nordeste.

A.C. - Ele aparece como defensor do Nordeste contra a política expansionista de São Paulo. E também como defensor da Amazônia, contra a ameaça de grupos estrangeiros, interesses etc.

A.M. - Tudo isso é verdade. Todos os assessores políticos do Afonso eram ligados ao cunhado dele, José Luís Moreira de Souza, que ambicionava ser ministro da Fazenda do Afonso.

A.C. - Ele era cunhado do Afonso?

A.M. - Irmão da Helena. Então, esse problema...

A.C. - E ele ambicionava o lugar do Delfim? O ministério do Planejamento?

A.M. - Ele ambicionava o lugar do Costa, no futuro.

A.C. - Não, o José Moreira de Souza.

A.M. - Não tenha dúvida. Queria ser ministro no governo futuro...

I.F. - Do Albuquerque.

A.M. - Sim. Naquele tempo o ministro do Planejamento era o ministro da Fazenda que tinha força... Então, essa era a situação com o Afonso, o que criou outra área de choque no Exército, porque o Afonso rompeu com o Costa. Tendo rompido com o Costa e Silva, rompeu com aqueles que apoiavam o presidente. Surgiram, então, a área dos seguidores do Aragão e a área dos seguidores do Afonso.

A.C. - E aí parece...

A.M. - Ambos homens radicais, ambos homens com qualidades de chefia e que, principalmente, poderiam conduzir para qualquer coisa.

A.C. - Mas o radicalismo...

A.M. - O Afonso é mais radical. O Aragão é profundamente disciplinado. O Afonso não é tanto.

A.C. - Esse radicalismo do Albuquerque Lima tinha umas conotações realmente novas. Em primeiro lugar, porque ele estava dando um cunho muito ideológico, nacionalista, a esse radicalismo. E em segundo lugar, porque ele queria envolver a oficialidade mais jovem. Ou não?

A.M. - Lógico! Esse é o grande mal do Afonso: ele fazia proselitismo fora da hierarquia. Ele minava as bases para obter os seus fins. Nunca teve o verdadeiro senso do equilíbrio hierárquico para a manutenção de uma instituição como o Exército e, conseqüentemente, da revolução. Afonso queria um fato: então, todos os meios serviam. Principalmente, ele procurava atuar nas bases. Nós vamos ver isso quando da doença do Costa e Silva.

I.F. - Esse cargo que ele ocupou depois que saiu do ministério facilitaria o seu acesso à presidência?

A.M. - Não, o cargo era importante, mas do general-de-divisão, e geralmente é dado a um oficial oriundo da arma de engenharia. O diretor de obras e construção superintende todas as obras, os batalhões de construção. E ele tinha sido comandante do Grupamento de Engenharia do Nordeste. A Diretoria de Obras estava subordinada a ele. O departamento é para quatro estrelas mas a diretoria é para general-de-divisão.

A.C. - Exato.

A.M. - De maneira que se criou aí, no memento...

A.C. - Antes disso, vamos falar do problema dele no Ministério do Interior. Ele sofreu uma derrota para o Delfim Neto e foi obrigado a recuar. Procurou um outro recanto para poder...

A.M. - Sim, foi obrigado a recuar. Saiu e foi para o Exército, persistindo nas suas idéias, na animosidade contra o Costa e Silva e na ambição, embora menor, de sucedê-lo.

Isso criou muito aborrecimento para o Costa, que gostava muito do Afonso, assim como eu. A gente tem que reconhecer que ele tinha qualidades. Criou-se aí uma outra área de atrito dentro do Exército. Nós já estávamos com três áreas de atrito: uma do pessoal que desde antes era contra o Costa e Silva; uma do pessoal ligado ao Aragão; e outra do pessoal ligado ao Afonso. Os generais oriundos da engenharia eram todos muito moços: o Afonso, o Rodrigo, o Candal... Então, surgiu a notícia - não sei se é verdade - de que em conversa entre eles... "Bom, daqui a não sei quantos anos o Exército estará entregue aos engenheiros." Houve períodos em que se dizia: "O Exército é dos artilheiros." Realmente, o ministro era da artilharia, o chefe do Estado-Maior era oriundo da artilharia... Houve um período em que, como agora, tudo era de cavalaria... São períodos que passam. Mas, nessa ocasião, correu que eles

teriam dito: "Agora é a vez da engenharia." Isso também formou um clima de má vontade contra os engenheiros.

I.F. - O Machado Lopes também é de engenharia, mas é mais velho, não é?

A.M. - Desde o episódio de 1961, o Machado Lopes não teve mais expressão alguma dentro do Exército. Ele ficou muito malvisto, foi considerado um chefe fraco. E nós, no Exército, não podemos perdoar os chefes fracos nos momentos difíceis. É o que aconteceu depois com o Adauto Bezerra de Araújo, que era o comandante dos pára-quedaistas quando veio a doença do Costa e Silva e que não segurou seus comandados. Resultado: ele não foi mais promovido e caiu na expulsória. Não se fez nada contra ele, porque ele era um homem de bem, bom, era cunhado do Juracy. Mas o Adauto não foi promovido e acabou indo para a reserva. Morreu pouco depois. Eu gostava muito do Adauto. Mas os chefes fracos nos momentos difíceis não sobrevivem. Este era o ambiente que existia quando o Costa e Silva ficou doente.

A.C. - Eu estou perdida. O senhor disse que eram três frentes?

A.M. - Três: Muniz de Aragão, Albuquerque Lima e o problema do pessoal contra o Costa.

A.C. - Os castelistas: perfeito.

A.M. - Então, isso tudo era latente. E o trabalho do ministro...

I.F. - O senhor colocaria essa questão dos engenheiros como outra frente?

A.M. - Não, isso apareceu depois, mais adiante, quando se tratou da promoção do Albuquerque Lima a quatro estrelas e que ele não foi promovido. Isso foi fermentado desde aquela ocasião mas é um dos pontos que vai chegar, no devido momento.

A.C. - Os castelistas eram, então, o general Ernesto Geisel, Golberi, o Mamede...

A.M. - Não... nesse momento eles já não estavam em ação dentro do Exército. Quando o Castelo passou a presidência, o primeiro cuidado que ele teve foi tirar da alçada do Exército esses seus dois auxiliares, porque sabia que eles seriam massacrados, por causa da raiva, da má vontade que existia no pessoal do Costa e Silva.

A.C. - Isso foi antes dele passar o governo ao Costa e Silva?

A.M. - Ele nomeou o Ernesto ministro do Tribunal Militar e o Golberi ministro do Tribunal de Contas.

A.C. - E o Orlando? Era castelista?

A.M. - O Orlando não era castelista, mas foi posto no EMFA, tirado da tropa.

A.C. - Mas não era castelista?

A.M. - Ele era um homem chagado ao Castelo, mas não era amigo, ligado. Embora o irmão fosse ligado ele não era.

A.C. - Talvez isso explique a importância que ele teve nesse período, porque, sendo ligado aos castelistas...

A.M. - Não, ele só foi aparecer com o Médici. Durante o governo Costa e Silva, o Orlando foi chefe da EMFA. Inclusive, não pôde trabalhar direito, porque não teve o apoio de que precisava.

A.C. - Isso é muito curioso, porque, no governo Costa e Silva, ele não consegue estabelecer essa ponte, mas, no governo Médici, sim.

A.M. - Mas aí é diferente! Deixa eu chegar lá, porque eu estou bem dentro do...

A.C. - Muito interessante. Em todo caso, o papel do Orlando Geisel é muito importante, porque ele tem ligações com o castíssimo, através do irmão, e ao mesmo tempo não é castelista.

A.M. - Ele é chegado, não é ligado. Quando o Castelo saiu, o primeiro cuidado que ele tomou foi este: tirar logo a possibilidade de atuação contra esses dois auxiliares e amigos dele. Eles só apareceram depois, quando houve a doença.

I.F. - Mas, ao mesmo tempo o Castelo facilitou a vida do Costa e Silva, nesse sentido.

A.M. - Mas ele tinha interesse, também. O Castelo era um homem muito elevado. Ele pessoalmente gostava muito do Costa. Eu contei as minhas *démarches* junto a um e a outro. Eu tinha toda a intimidade com um e com outro. O castelo tirou uma área de possível atrito com o Costa e Silva. Se ele evitava esse possível atrito, ele facilitava a ação do Costa e Silva.

A.C. - A coisa ficou um pouco ambígua: por um lado, ele facilitou, mas por outro ele não conseguiu barrar o Costa e Silva. Tentou e não conseguiu.

A.M. - Mas o Castelo nunca teve idéia de...

A.C. - Mas ele nunca promoveu a candidatura Costa e Silva.

A.M. - Não, nunca promoveu. O problema com o Costa e Silva era mais a preocupação com a família dele. Ele não era contra o Costa como pessoa. Ele gostava do Costa.

A.C. - E era também um projeto, porque ele estava querendo devolver, na medida do possível, o poder aos civis.

A.M. - Agora eu vou estar nesse problema. Nessa fase houve o problema político. O Castelo sempre desejou fazer o país retornar a uma democracia perfeita - que no Brasil nunca foi perfeita. Mas queria devolver um certo prestígio aos civis, dar-lhes mais força. Daí ele preparou a Constituição forte, porque havia necessidade de um governo central forte. Mas procurou equilibrar os excessos. Já o Costa e Silva

estava mais influenciado pelos radicais, de uma lado, e pelos liberais, de outro. Ele sofria uma influência dupla: do pessoal militar radical e do pessoal civil liberal.

Todo mundo sabia a posição do Pedro Aleixo, que era vice-presidente e já tinha sido contra o AI-5. O Costa e Silva chamou-o para preparar um novo texto revolucionário para a Constituição. Nós tivemos que opinar. Eu já estava no EME. Diziam que o Pedro Aleixo - essa é outra coisa importante - como relator da Constituição modificava a forma e às vezes o fundo do texto. Com isso, criou-se um clima de desconfiança que já agitava as chefias militares. Tudo isso foi fundamental para a reunião de 30 de agosto no palácio Laguna.

A.C. - O temor era de que o Pedro Aleixo estivesse abrandando demais as mudanças na Constituição?

A.M. - Não era abrandando. Era falseando, o que é muito mais grave. Abrandando é uma coisa, outra é receber uma posição para redigir e fazê-la diferente, abrandando. É diferente. Essa era a acusação.

A.C. - Os elementos que o senhor está nos fornecendo são de uma gravidade incrível! O Costa e Silva, apesar de seu apoio radical, na verdade também assumiu posições castelistas...

A.M. - Também! Porque ele era um democrata! O Costa e Silva era um democrata, no fundo! Faltavam ainda dois anos -, ele queria modificar a Constituição de 1967, mas queria fazer uma coisa mais ampla. Nesses momentos me vem sempre o problema bíblico: "O que é a verdade?" Aí é que é difícil. Então, eu só tenho uma satisfação na vida: é que eu tomei uma decisão e não me arrependi dela. Pode não estar certa, mas, na minha consciência, era a decisão que eu tinha que tomar.

A.C. - Porque os radicais que apoiavam o Costa e Silva estavam sendo ultrapassados pelos radicais que se postavam fora do *entourage* do presidente: Muniz Aragão, Albuquerque Lima... o radicalismo começou a escapar ao controle.

A.M. - Vamos dizer: havia vários graus do radicalismo. E isso surgiu no episódio da doença. É preciso sentir o ambiente em que o Costa e Silva adoeceu. As decisões da reunião do palácio Laguna não caíram, do céu. Fundamentaram-se em uma porção de fatos reais, que eram do desconhecimento do grande público, mas eram realidades dentro do Exército, em particular, e existiam em menor grau na Marinha e na Aeronáutica. Isso é que vai condicionar as decisões do dia 30.

Esse era o clima dentro das forças armadas, em particular no Exército, quando veio a notícia de que o Costa e Silva estava doente: que tinha pegado uma gripe...

A.C. - Antes disso o que se dizia muito era que naqueles dias que anteciparam a assinatura da reforma constitucional, prevista para 7 de setembro, os ministros militares já estavam prevenindo o presidente Costa e Silva de que não seria possível a abertura que ele estava desejando para setembro.

A.M. - Isso também foi bom lembrar. Realmente havia reações dentro das forças armadas, e eu falo pelo Exército, onde eu conhecia o problema. Eu, como relator do alto comando, estava em contato permanente com o ministro, com os chefes de departamento, com os comandantes do Exército. Pelo meu modo de ser, eu merecia a confiança dos meus companheiros e eles vinham a mim debater o problema. E havia realmente muita preocupação com o aspecto avançado da proposta. E aí veio um fato que também é importante.

Os ministros levavam diretamente ao Costa e Silva a opinião dos chefes militares. Então, numa das vezes, o Lira voltou do palácio e me contou: "Conversei com o Costa e ele se queixou muito dos elementos civis que o cercam. Ele disse que só tem confiança mesmo nos companheiros militares para a discussão de certos problemas, porque às vezes os civis falseiam as idéias. Isso é importante.

Ainda nesse período houve o problema das duzentas milhas, mas isso não teve repercussão nenhuma. Foi um problema examinado pelo Conselho de Segurança, pelo Itamarati, por todos os elementos. Foi mais da alçada do Conselho de Segurança do que propriamente do comando militar.

A.C. - Mas as duzentas milhas confirmam um pouco essa tendência nacionalista.

A.M. - Mas esta é uma tendência de todos nós. Eu não a chamo de nacionalista, mas patriótica. É o interesse de defender nossa terra e lutar por ela. O nacionalismo eu acho que é uma exacerbação, uma doença do patriotismo. O patriotismo existe e o nacionalismo é uma doença.

A.C. - Parece que é mais um problema de interesse nacional, não?

A.M. - Mas isso não cabe aqui, porque é uma matéria que vem desde "O petróleo é nosso". Desde aí que vêm os nacionalistas e os entreguistas e tudo isso. Vêm de muito tempo.

A.C. - Mas a ala civil diz exatamente o contrário, que os militares estavam vendo com desconfiança...

A.M. - Todos os elementos civis dizem que o Costa e Silva estava contra os militares, apoiando a abertura que os civis queriam.

A.C. - A versão do Carlos Chagas...

A.M. - A versão que eu conheço é a oposta, dita, inclusive, por essa expressão do Costa e Silva ao Lira e que o Lira me contou quando voltou do Laranjeiras.

A.C. - Quer dizer, ele estava num impasse, realmente.

A.M. - Ele estava numa luta íntima entre dar liberdade demais ou força demais. Os militares queriam que o governo continuasse forte, porque ainda não havia uma consolidação de situação que permitisse um governo que não tivesse uma atuação direta. O governo ainda precisava ter capacidade de atuar sobre as forças armadas com energia. Esta era a verdade. O Médici também pensava... O Geisel mais do que o Médici... E agora com o Figueiredo continuando o que o Geisel começou, é que se pode pensar... porque tudo vem a seu tempo. Todas essas coisas que se quer fazer antes do tempo não dão resultado. Naquele momento não era possível, absolutamente, uma abertura. Basta ver como se encontrava dividida a área militar.

A.C. - Na época, o senhor pensava que era cedo?

A.M. - E penso até hoje. Se Pedro Aleixo tivesse assumido, o Brasil teria entrado numa revolução menos de um mês depois. Não tenho dúvida nenhuma. Mas voltemos aos fatos.

Veio a notícia de que o Costa e Silva...

A.C. - Como o senhor soube da doença dele?

A.M. - Pelo jornal. Vi no jornal que o presidente estava doente e que viria para o Rio de Janeiro. Depois vi no jornal que o presidente chegou ao Rio. Usava um cachecol enrolado no pescoço, cumprimentou os presentes e embarcou imediatamente no automóvel. E essa foi a notícia que todos os chefes militares tiveram. Ele cumprimentou o próprio ministro que foi recebê-lo mas não falou com ninguém... Depois é que viemos a saber que ele não estava mais falando. Ninguém percebeu, porque ele chegou, cumprimentou e... Naquele tempo, todo o Ministério do Exército estava no Rio, todos os ministérios militares eram sediados aqui.

A.C. - Isso dificultava um pouco os contatos?

A.M. - Lá em Brasília havia os escalões avançados dos diferentes ministérios. Então, o Costa chegou numa sexta-feira.

A.C. - Até aquele momento o Portela não informou nada?

A.M. - Nada, a ninguém. Este é o ponto onde o livro de Carlos Chagas é mais claro, porque o Chagas viu esse episódio. Ele e o Portela acompanharam e assumiram a responsabilidade de nada dizer, a não ser àqueles elementos muito ligados ao palácio. Eu não tive conhecimento.

A.C. - Segundo o Chagas, nem o Costa Cavalcanti ficou sabendo.

A.M. - Ninguém soube. No sábado, à tarde, como sempre, eu ia a um concerto. Havia um programa na Sala Cecília Meireles e eu estava me preparando para ir quando - pelas duas horas da tarde - o Lira me telefona.

A.C. - Sábado, dia 30?

A.M. - Sábado, dia 30 de agosto. O Lira me disse: "Muricy, você está convocado aqui ao Laguna. O assunto é muito grave." Eu perguntei: "É urgente?" Ele disse: "Não, é lá para as oito da noite." Eu disse: "Porque eu tenho um concerto na Sala Cecília Meireles. Dá para eu ir e de lá seguir? Ou vou já?" Ele disse: "Não, você pode ir ao concerto, não tenho urgência nenhuma, você venha depois do concerto."

Eu fui para o concerto. Saí de lá e fui para o Laguna. Cheguei, já encontrei não sei se o Márcio ou o Rademaker. Aí é que eu soube que o Lira tinha tomado a iniciativa de convocar o alto comando das forças armadas.

A.C. - Era essa a reunião.

A.M. - Sim. Pelo regulamento, o alto comando das forças armadas é presidido pelo presidente da República, que no momento estava impedido, pelos três ministros militares, pelos chefes de estado-maior das forças armadas, do EMFA e da Casa Militar.

A.C. - Sem votos?

A.M. - Sem direito a voto.

A.C. - Isso no Laguna?

A.M. - No escritório do palácio Laguna.

A.C. - Residência do ministro do Exército?

A.M. - Sim. Quando cheguei, perguntei ao Lira o que havia e ele disse: "Coisa muito grave. O Costa e Silva está muito doente. Temos que resolver como vamos agir." Espontaneamente, a minha resposta foi a natural: "Então assume o Pedro Aleixo." Ele disse: "Muricy, há outras implicações." Eu disse: "É mesmo, temos que pensar no problema."

A.C. - O senhor conversava sozinho com ele?

A.M. - Sim. Dali a pouco chegou o Orlando Geisel, que teve reação idêntica à minha: "O normal será o Pedro Aleixo assumir."

[FINAL DA FITA 51-B]

A.M. - Eu disse: "Mas Orlando, eu estava justamente conversando com o Lira a respeito disso. Há uma série de implicações em que a gente tem que pensar." Dali a pouco chegaram o Portela e os outros e estava constituído o alto comando. O ministro da força mais antiga, que era o Rademaker, assumiu a presidência, nós nos sentamos à mesa, o Portela ficou como relator. E o Rademaker deu a palavra ao Lira. O Lira expôs que tinha sido procurado pelo Portela, que informara que o presidente estava numa situação de doença grave e no momento estava impedido de continuar exercendo a presidência, porque estava hemiplégico e afônico. Tinha-se que encontrar uma solução que desse ao Brasil a maior tranqüilidade nessa convulsão. O Rademaker deu a palavra livre, começou-se a debater o problema e perguntou-se ao Portela qual era o estado do presidente e o que os médicos achavam. O Portela informou - como consta nos livros do Carlos Chagas e do próprio Portela - que ninguém sabia quais as conseqüências nem quanto tempo demoraria a doença do presidente, mas que havia possibilidade do presidente melhorar e poder retomar as funções. Começou-se a discutir essa questão.

A.C. - Não havia ainda um laudo médico firmado?

A.M. - Ainda não havia nada, apenas as informações que estavam sendo dadas pelo Portela.

O Rademaker perguntou: "Que decisão vamos tomar? A primeira questão que surgiu naturalmente, foi quem assumiria o governo se o Costa e Silva..."

A.C. - ... estivesse realmente impedido.

A.M. - É... e momentaneamente impedido também. Começou-se a debater o problema... Se Pedro Aleixo deveria assumir ou não. Nesse momento, eu era o mais moderno dos chefes de Estado-Maior, e coube a mim fazer a análise da situação nas forças armadas no país. Eu relatei, em síntese, o que eu

disse da situação interna do Exército, e do Brasil, das conseqüências que adviriam se o Pedro Aleixo assumisse. Tinha chegado à conclusão que se o Pedro Aleixo assumisse surgiriam tentativas de golpes, até a modificação do status, até levar ao caos.

Eu disse que tinha feito uma análise cartesiana e o Carlos Chagas disse: "Coitado de Descartes..." O Carlos Chagas aproveita para... Mas ele é que não entende nada de coisa nenhuma. Fala muito e tem pouca profundidade.

A.C. - Por que o senhor, sendo o mais moderno do Estado-Maior, devia fazer a análise?

A.M. - Porque geralmente, nas reuniões militares, quem fala primeiro é o mais moderno e os demais vão falando sucessivamente. Começa-se sempre pelo mais moderno. Mas, se é para regalia, começa-se pelo mais antigo.

A.C. - Claro, e é natural, porque o mais antigo fica com os ingredientes para raciocinar melhor!

A.M. - O mais antigo vai acompanhando os pontos de vista e o último, mais graduado, decide, tendo ouvido a opinião de todos os mais modernos. Além disso, não há influência do mais antigo sobre o mais moderno. É uma tradição no meio militar. Isso é experiência secular. Não do Exército brasileiro. É universal.

Mas chegou-se a uma conclusão: se o Pedro Aleixo assumisse a presidência, o Brasil entraria em caos em muito pouco tempo. Em vista disso, foi posto em votação: Pedro Aleixo assumia ou não assumia? E ficou decidido que ele não assumiria.

Era uma decisão muito grave. Uma decisão daquelas que a gente assume com a consciência, antes de tudo, e a consciência aí chamava-se Brasil. Era preciso dar tranqüilidade ao Brasil, não dar oportunidade ao caos governamental que surgiria na hipótese da doença do Costa e Silva. Era preciso cobrir o Costa e Silva e permitir que ele pudesse retomar o seu governo com tranqüilidade, na hora em que ele ficasse novamente em condições de trabalhar. Era preciso que ele encontrasse um país tranqüilo para poder, sem esforço maior para o seu físico doente... Acima de tudo, era preciso garantir a tranqüilidade do Brasil e do próprio presidente.

E aqui há uma coisa que eu quero declarar em alto e bom som. Foi verdadeiramente uma demonstração de respeito ao chefe o cuidado que todos os chefes militares tiveram com a pessoa do presidente durante todo o episódio. Procuramos não fazer nada que pudesse feri-lo, apesar de sabermos que ele estava inutilizado. Tivemos o cuidado de proteger a pessoa do presidente, que era nosso amigo. Isso foi do começo ao fim. Não senti em ninguém o desejo de ultrapassar o Costa e Silva.

A.C. - General, isso é verdade. Mas também é verdade que, de uma certa forma, o alto comando estava sendo compelido a ultrapassar o general Costa e Silva, na medida em que esse comando estava num impasse.

A.M. - Não era ultrapassar!

A.C. - Vamos dizer: tomar uma decisão que o Costa e Silva talvez não tomasse.

A.M. - O problema era o seguinte: cabia ao presidente a decisão, mas ele não pôde tomar, nem poderia. Então caberia a quem? Ao vice-presidente? Ele não tinha força, não tinha condições para assumir as funções de presidente, entre as quais se inclui o comando da forças armadas.

A.C. - Exatamente. Pelo quadro que o senhor descreveu, grande parte desse problema sucessório estava dentro das forças armadas, e não na sociedade civil.

A.M. - Essas coisa aconteceram aos poucos. Eu estou contando os fatos como eles surgiram para podermos compreender bem a questão. Surgiu o problema: Pedro Aleixo não assumiria.

A.C. - Porque a posição do Pedro Aleixo era a seguinte: a Constituição garante a possibilidade de estado de sítio e de leis de exceção que podem ser acionadas se for necessário.

A.M. - Estou fazendo uma interrupção que não queria, mas, em todo caso, vai a resposta. No momento pós-revolução em que houve efervescência, não houve estado de sítio nem nada. Houve o AI-5! Preciso lembrar que havia um AI-5 na mão do presidente, que podia, inclusive, fazer uma nova Constituição?! Baixar um ato modificando?! O governo era re-vo-lu-ci-o-ná-rio! Então, essa coisa de estado de sítio, de não-sei-o-quê não funcionava, era ilusão! Estado de sítio com o Congresso fechado? O Congresso estava fechado!

A.C. - A idéia era abrir o Congresso...

A.M. - Não, não, não! Não se cogitou... Espera aí! Por isso é que eu digo: vamos contar os fatos na ordem, para não sermos colhidos por divagações.

A.C. - É que eu me baseei...

A.M. - Mas isso surgiu mais tarde, quando se cogitou da substituição do Costa e Silva. Isso é um problema que apareceu mais tarde.

A.C. - Não, general, eu me referia ao quadro que o Carlos Chagas retratou: o general Costa e Silva foi acometido dessa doença grave...

A.M. - Isso é o desejo que ele tinha de continuar junto ao presidente, fosse A, B ou C! Carlos Chagas é, antes de tudo, um jornalista que foi alijado, a partir do dia 30 de agosto, do conhecimento dos acontecimentos. Então ele transmite o seu desejo pessoal, que era apenas...

A.C. - Mas eu me referi a uma coisa muito precisa: que o general Costa e Silva iria, no dia 7 de setembro, baixar uma constituição, suspender o AI-5, institucionalizar a revolução.

A.M. - Isso era o desejo dele. Mas... mas... mas...

A.C. - Não era certo.

A.M. - ... não era certo, mesmo porque o ambiente não permitia. Nós temos que ver aquilo que desejamos e aquilo que podemos fazer. São coisas completamente diferentes. Ninguém é mais democrata do que eu, e na hora em que tive que me levantar contra o governo para derrubá-lo em 1964 eu me levantei. Porque, com a minha consciência, decidi que acima do poder do presidente há uma coisa que se chama Brasil e um povo, que é o povo brasileiro. Certo ou errado. Julguem. Não cabe a

mim me julgar. O que eu quero dizer é que na minha consciência não dói ter impedido o Pedro Aleixo de assumir. Porque eu estou convencido disso. E os fatos depois confirmaram porque os filhos de Pedro Aleixo declararam que se ele assumisse ele faria isso e faria aquilo... Eu, com o conhecimento do outro lado, posso dizer: ele faria o primeiro e não faria o segundo, porque estaria derrubado.

A.C. - O segundo... o senhor participou da reunião em que o Pedro Aleixo foi comunicado da suspensão?

A.M. - Mas aí foi outra coisa... Eu chego lá. É outra coisa que o Carlos Chagas falseia, porque ele não conhece os fatos. O Carlos Chagas começa na fase do "sei por ouvir dizer". Ele sabia dos fatos que ocorriam dentro do palácio - lá no Alvorada e aqui no Laranjeiras - porque lá ele estava. Mas fora, ele não sabia nada, a não ser por ouvir dizer. E quem é que disse a ele?

Dizem que *Lord Byron* resolveu escrever a história da Inglaterra. Um dia, ele estava na janela e viu um desastre. No dia seguinte, pegou o jornal e viu o desastre contado de uma maneira completamente diferente do que ele tinha visto. Ele disse: "Eu não vou escrever história, porque tudo que se escreve de história é diferente daquilo que é real."

A.C. - Vou ser poeta.

A.M. - Isso é uma anedota. Não sei se é real, mas retrata uma coisa: cuidado com as informações por ouvir dizer. Mesmo os fatos que se vêem, são vistos de formas diferentes pelos mesmos espectadores. Mas cada um joga naquele fato um pouco do seu próprio eu. E o eu está influenciado por uma porção de coisas. Esses fatos da reunião do alto comando, talvez os companheiros que lá estiveram contem de maneira diferente. Talvez. Eu não duvido, embora contem com a maior intenção de dizer a verdade.

A.C. - Mas não pode haver uma interpretação totalmente oposta, a menos que alguém esteja mentindo.

A.M. - Então eu digo: daí em diante, do que o Carlos Chagas diz, algumas coisas são certas, outras não são, porque ele diz por ouvir dizer.

A.C. - Então, me atendo mais à sua versão, no momento que o general fica doente...

A.M. - Eu não li o livro do Portela. O Portela deve dizer, porque esteve presente e procurou retratar a situação. Ele me ataca, mas conta muita coisa. Ele deve contar essa reunião como eu estou contando. Eu não li o livro não. Eu começo a ficar enjoado de ler obras de indivíduos recalçados desmanchando os recalques nos livros.

A.C. - No momento em que o general foi acometido dessa doença, a situação era crítica. Pode-se até ver alguma relação entre a doença e a tensão que ele estava vivendo.

A.M. - A tensão dele era muito grande. Ele já vinha cansando, já se notava sua dificuldade de andar. Os que estavam perto dele dizem - eu não posso dizer que sim - que ele já tinha lapsos. Eu não sei.

A.C. - O próprio Carlos Chagas diz que, em reunião com políticos, um ou dois dias antes, Costa e Silva teve um lapso sério.

A.M. - Os fatos dizem, mas eu não vi. Eu confesso: não vi. A última vez que eu estive com o Costa e Silva perfeito tinha sido um mês e meio antes, numa das vindas dele ao Rio. Estava com dificuldade de andar, mas não com lapsos. O que eu quero dizer são os fatos que eu vi. Os outros eu digo: diziam... faziam... Não digo: houve. Porque eu não vi. Quero ser profundamente honesto. É por isso que eu digo: grande parte do livro do Carlos Chagas, o que é fora do Laranjeiras, é por ouvir dizer.

A.C. - Quanto ao Laranjeiras, os dados que o senhor fornece aqui são dessa natureza: o presidente Costa e Silva, aparentemente, estava organizando os seus atos para lançar essa constituição, abolir o AI-5 e abrir o Congresso; isso era mal-recebido nas forças armadas e o senhor via a possibilidade disso não se realizar.

A.M. - Não, isso não era mal-recebido nas forças armadas! Havia os que recebiam bem a nova Constituição, porque a grande maioria das forças armadas desejava uma democracia no Brasil. É preciso ver que o Exército brasileiro é constituído de homens representativos do povo brasileiro, e o povo brasileiro é democrata. Mas, no meio da democracia, há os radicais de lá e os de cá, os que querem isso e os que querem aquilo. O fato é: havia dentro do Exército elementos que queriam o radicalismo e os que queriam a democracia. Os chefes militares, no momento, queriam a democracia. A forma, entretanto, é que era diferente. Eu acho que, naquela ocasião, não poderia haver um governo central fraco, sob a pena de termos um Brasil subvertido.

A.C. - Então vamos imaginar que o general Costa e Silva não tivesse ficado doente e tivesse cumprido o seu empenho...

A.M. - Eu prefiro não imaginar.

A.C. - O senhor acha que com o Costa e Silva, essa abertura seria aceitável?

A.M. - O Costa e Silva teria força. Do meu ponto de vista, teria força para conter os exaltados e animar os que não eram exaltados a conterem os que eram.

A.C. - Quer dizer, com ele isso seria possível.

A.M. - Com ele, seria possível; sem ele, nunca, e com um civil, naquele momento, jamais! Embora o Pedro Aleixo fosse um civil que nós apreciávamos pelas suas qualidades pessoais, já tinha-se mostrado contra o AI-5, que naquele momento... É preciso sentir o que se deve e o que se pode. O que se deve fazer é muito diferente do que se pode. O que deseja fazer, então, ainda é mais diferente. Muitas vezes é um vezo político o indivíduo jogar palavras e não ver a realidade, aquilo que pode fazer. Então, é aquela coisa: "Eu quero a melhoria dos padrões de vida, quero isso..." E como é que ele vai fazer? Aí não diz. Eu, por exemplo, acho que o Brasil não resolverá o seu problema social enquanto não houver controle da natalidade. Com a população crescendo na taxa atual, sem a economia crescer no mesmo ritmo, não é possível evitar a taxa de pobreza. Pelo contrário, ela cresce e vai para a miséria amanhã. Eu sou católico. Mas já disse isso ao meu amigo dom Eugênio: "É preciso, dentro dos cânones da Igreja, compreender que a população do Brasil não pode crescer infinitamente, gerando e criando infelizes que não têm onde viver." Ainda outro dia estávamos comentando o caso daqueles bandidos que foram à minha casa. Três deles eram homens que foram criados com o pai trabalhando de manhã, a

mãe de tarde e eles soltos no morro, junto com os bandidos. Isso é educar? Tem que pensar... É o que se pode, o que se deve e o que se deseja. Este é que é o problema.

A.C. - Claro, os que se reproduzem mais são os que menos têm.

A.M. - Então, o Carlos Chagas faz o panegírico do Pedro Aleixo e do que seria feito. Não durava dez dias! Entre o sonho e a verdade, eu fico com a realidade.

A.C. - Na verdade, o que o senhor está nos dizendo é que o Exército era parte das forças políticas mais ativas e que o Pedro Aleixo não teria condição de controlar essas forças.

A.M. - E mais ainda: ele ia querer dar opiniões que seriam contrárias ao ponto de vista das forças armadas. Então, elas iam-se chocar e, como tinham a força... Da mesma maneira que fizeram o AI-5, que instituíram a junta militar e escolheram o presidente, poderiam derrubar o Pedro Aleixo no dia seguinte. Pedro Aleixo não durava dez dias. Isso é que é preciso sentir: a realidade brasileira daquele momento. A realidade mesmo, e não aquele quadro que se vê. É preciso ver o lado interno, os intestinos, para poder raciocinar. Por isso, a importância da informação. Naquele momento, Carlos Chagas, Pedro Aleixo, Portela... estavam todos desinformados. Poucos homens estavam tão informados quanto eu, porque eu tinha lutado em todos esses episódios, para acalmar a situação. Eu era chamado para botar água fria na fervura. Vinham a mim, eu tinha a confiança, tinha amigos do lado dos excessivos e dos não excessivos. Meu gabinete sempre foi aberto, entrava todo mundo. Eu era um homem procurado por todo mundo. Minha luta em todo esse período foi sempre para conciliar, aguardar, unir, porque era preciso manter a tranquilidade no Brasil.

A.C. - O Caracas Linhares e o Boaventura estavam ligados ao Albuquerque Lima?

A.M. - Ao Albuquerque Lima e ao Aragão. O Caracas estava mais ligado ao Aragão e a mim. O Boaventura brigou.

A.C. - Ele era ligado ao Albuquerque?

A.M. - Era mais ligado ao Aragão.

Até hoje o Boaventura finge que não me vê. Às vezes, subimos no mesmo elevador, ele não me vê e eu também não o vejo.

A.C. - Então vamos voltar à reunião do alto comando.

A.M. - Não, vamos voltar ao palácio Laguna.

A.C. - Palácio Laguna, exatamente.

A.M. - Estamos nesse momento em que analisávamos a questão da conveniência do Pedro Aleixo assumir ou não. E o alto comando, que era o órgão máximo das forças armadas, numa hora em que, bem ou mal, o governo estava sob o controle dessas forças, tomou a decisão grave: Pedro Aleixo não assumiria. Mas se Pedro Aleixo não iria assumir, quem assumiria? Esta foi a pergunta. Então, houve nova discussão, onde surgiram diferentes idéias: o ministro mais antigo, o Rademaker... E chegou-se à

conclusão de que não deveria ser um, mas os três ministros, para não dar a impressão de sucessão. Desde logo, toma-se a decisão de que dali não sairia um sucessor do Costa e Silva, mas alguém que tomaria conta do governo enquanto o Costa e Silva não pudesse reassumir.

A.C. - Isso foi explicitado?

A.M. - Isso foi explicitado no primeiro dia, lá no palácio Laguna.

A.C. - Daquele ou de outro grupo. Quem assumisse a presidência seria um elemento transitório, para aguardar que as condições de saúde de Costa e Silva permitissem que ele reassumisse ou para tratar da substituição do presidente.

Segundo, decidiu-se que era preciso dar todo o apoio material e moral ao presidente. Era o nosso comandante e era preciso prestigiá-lo. O que o presidente precisasse, ele teria. Se fosse preciso, se buscaria um médico do estrangeiro, ou levaria o presidente até ele. Ia-se fazer tudo, lutar com todas as forças pela recuperação de Costa e Silva.

A última decisão seria quem assumiria. Depois da discussão, chegou-se à conclusão de que o mais prático, já que aquilo era uma coisa provisória, eram os três ministros militares assumirem, porque não ficava caracterizado um homem. O perigo, nesse momento, são as tentativas carismáticas de assumir o poder. A assunção de três ministros era a demonstração de que não se queria assumir o poder e usurpá-lo do presidente. Essa foi a característica principal, o verdadeiro simbolismo da escolha dos três ministros. Era para caracterizar para todo mundo que os ministros não queriam ir para o lugar do presidente. Era uma coisa absolutamente provisória. E não se mexia no problema geral.

Aí surgiu uma questão: que nome dar? Junta militar? Não se achou um nome e resolveu-se a coisa de uma maneira mais extraordinária possível: "ministros militares no exercício temporário da presidência da República". Inclusive, eles se definiram como ministros do presidente doente. Eles continuavam publicamente como subordinados a um homem doente. Eles não queriam ser os substitutos desse homem. O próprio título que surgiu, porque não havia outro, caracterizava ministros militares respondendo pela presidência da República. Isso é o maior sintoma do desejo de todo o alto comando, particularmente dos três ministros militares, de não serem sucessores do presidente, principalmente numa hora de doença! Isso é muito importante, porque é um fator moral da maior magnitude.

Tomadas essas decisões, todas da maior gravidade, se partiu para a execução. Entrou-se na parte propriamente executiva em que certas medidas foram acertadas. Por exemplo: que fazer com o Pedro Aleixo? A conclusão a que se chegou era de que se Pedro Aleixo ficasse agindo na área política, agitaria o Brasil. Mas nós não tínhamos razão para prender o Pedro Aleixo, e nem desejávamos. A solução que se encontrou, a mais branda possível, foi convocar Pedro Aleixo ao Rio de Janeiro e aqui convencê-lo, expor-lhe o problema e pedir que ele ficasse quieto, porque a situação exigia serenidade do lado dele, para não conturbar o ambiente. O que se queria era isso.

Tomou-se a providência. Pedro Aleixo foi chamado em Belo Horizonte. Dizem que quando recebeu a notícia, ele teria ficado convencido de que viria para assumir.

A.C. - Ele estava em Brasília.

A.M. - General Antônio Jorge Correia, que era secretário-geral do Ministério do Exército, foi encarregado de recebê-lo, conduzi-lo para casa e expor, numa primeira conversa, a decisão do alto comando.

Quanto à continuidade no governo, era preciso apresentar a questão ao país. A decisão tinha que ser do conhecimento público. Então, era necessário elaborar um documento em que esses fatos fossem consignados e a idéia foi fazer um novo ato institucional, dando a posição, relatando os fatos e caracterizando que a junta atuaria durante o impedimento do presidente. Para isso era necessário...

[FINAL DA FITA 52-A]§

A.M. - ... chamar alguém que entendesse, e a idéia foi chamar o Carlos Medeiros, que já tinha cooperado com o Chico Campos no AI-1. O Portela foi encarregado de procurá-lo.

A.C. - E porque não o ministro da Justiça Gama e Silva?

A.M. - Porque o problema estava sendo resolvido no alto comando das forças armadas.

A.C. - Sim, mas já que iam apelar para o Medeiros...

A.M. - Era uma questão de confiança na redação de um documento dessa gravidade. Achávamos que o Carlos Medeiros tinha maior conhecimento jurídico constitucional do que o Gama e Silva, apesar do Gama ser professor. Mas era de outra matéria e nas condições em que estava o problema, julgamos, naquele exame rápido, que o homem com competência para isso seria o Carlos Medeiros. Eu me lembro de que nessa mesma noite fui com o Portela à casa do Carlos Medeiros.

A.C. - O senhor foi com o Portela? O Portela esteve lá no domingo de manhã.

A.M. - Mas isso aqui é sábado. De lá fomos à casa... para apresentar o problema?

A.C. - Essa reunião do Carlos Medeiros no domingo, em que o Carlos Chagas já...

A.M. - Já era outra coisa. Já foi trazendo uma proposta.

A.C. - Então conte como é que foi essa reunião com o Carlos Medeiros.

A.M. - Foi só dizer: "Doutor Carlos, o problema está grave, o senhor vai ser procurado amanhã para redigir um documento." Foi só um intróito e mais nada.

A.C. - Porque me impressionou a rapidez com que ele redigiu o documento, sem consultar suficientemente o alto comando.

A.M. - Mas relatou-se rapidamente a ele o que tinha acontecido na reunião do alto comando. Ele era um homem inteligente. Pôde fazer tudo. Ele acompanhava a situação do país, tinha um conhecimento de causa muito profundo.

A.C. - Quer dizer, ele entendeu perfeitamente as razões.

A.M. - Entendeu perfeitamente.

Marcou-se uma reunião para o dia seguinte, se não me engano às três ou quatro horas da tarde, no Ministério do Exército, para receber uma proposta do documento. O Portela ficou encarregado de trabalhar com o Carlos Medeiros e levá-lo no dia seguinte, domingo, ao ministério, onde estaríamos reunidos. Escolheu-se o dia seguinte, porque havia um grande jogo de futebol e era preciso que o pessoal estivesse pensando mais no jogo do que nos problemas do presidente, para não tumultuar. Todo o interesse era paz, paz, tudo tranqüilo, para se poder decidir sem pressões.

A.C. - Mas naquela altura já era uma situação terrível, porque todo mundo pensava que o Costa e Silva estava morto.

A.M. - Havia um boato atrás do outro. De morte do Costa e Silva, houve vários. Finalmente tomou-se a decisão de acompanhar, com o maior interesse, a evolução da doença do Costa e Silva, mantendo o alto comando permanentemente informado de tudo que ocorresse. Os ministros militares, permanentemente acompanhariam, dia a dia, a evolução da doença, para poderem prever os acontecimentos. Essas foram as decisões tomadas no dia 30 de agosto de 1969.

A.C. - Sobre o alto comando, eu queria perguntar: não se cogitou de convocar os comandantes dos Exércitos?

A.M. - Vou chegar lá: cada coisa no seu devido momento. A respeito disso, tive um domingo tumultuado, uma noite tumultuada, que eu vou contar.

A.C. - Antes, eu gostaria de saber se essas reuniões do alto comando já estavam institucionalizadas. Ou foi na crise que esse processo se consagrou?

A.M. - As reuniões dos altos comandos das forças singulares eram institucionalizadas.

A.C. - O que são forças singulares?

A.M. - Exército, Marinha e Aeronáutica. Periodicamente, a cada mês ou a cada dois meses havia uma reunião de alto comando. Isso é comum até hoje. Mas aquela reunião do alto comando das forças armadas foi a primeira que participei. Se houve antes de eu estar lá, não conheço. Não tenho idéia de ter havido uma reunião do alto comando das forças armadas.

A.C. - Em todo caso, no governo Costa e Silva não tinha havido nenhuma.

A.M. - No período em que fui chefe do Estado-Maior do Exército ela foi a primeira: convocada pelo Lira, pelo telefone.

A.C. - Depois disso a coisa se consagrou, não é isso?

A.M. - Não, depois a coisa se acalmou novamente, entrou no ritmo. Raramente essa reunião é convocada, só em situações muito graves.

A.C. - Não é rotina?

A.M. - Não é rotina. As reuniões das forças singulares, sim, são rotinas.

A.C. - E atualmente são rotina? Porque volta e meia vê-se no jornal: "Reunião do alto comando das Forças Armadas".

A.M. - Não. São reuniões do alto comando do Exército.

A.C. - Eu imaginei que fossem uma coisa institucionalizada.

A.M. - Pode haver a reunião do conselho. Aliás, o Conselho de Segurança nem sempre se faz por reunião e sim por consulta direta. Há certas decisões do conselho em que os membros recebem o documento e fornecem por escrito a sua opinião. Depois juntam-se todas as opiniões e têm-se a do Conselho de Segurança.

A.C. - Eu estou perguntando porque não sei qual foi o papel do alto comando na eleição do presidente Costa e Silva. Mas os nomes foram levados à Arena, no período do Castelo. Não houve essa atuação do comando, como haverá posteriormente, com o Médici?

A.M. - Quando o Castelo assumiu a presidência, havia os partidos políticos, um Congresso aberto e portanto, uma atividade política aberta. No governo Costa e Silva, quando se deu a doença do presidente, o Congresso estava fechado e as atividades políticas restritas quase a contatos pessoais dos políticos. Não havia nenhum poder funcionando.

A.C. - Isso consolidou, então, a importância do alto comando.

A.M. - Lógico. Passou a ser o elemento de controle, porque não havia outro. Tirado do circuito o vice-presidente, não havia Congresso; portanto não havia presidente do Congresso para assumir. Dentro desse quadro, começou o domingo, dia 31 de agosto, depois de conversas, entendimentos e, principalmente, preparativos. Tinha-se resolvido que no domingo, às oito horas da noite, os ministros militares reuniram no Ministério do Exército o Conselho de Segurança completo: os ministros militares, representando o presidente e formando a junta, os ministros de Estado e os chefes de estado-maior, inclusive do EMFA. Esse é que é o Conselho de Segurança.

Eu passei toda a manhã de domingo em ligação com o Lira, vendo problemas da área do Exército e preparando não só essa reunião, como a reunião das quatro horas da tarde, quando nos seria submetido o projeto do ato institucional. Também preparamos a comunicação para os comandos militares.

Haveria a reunião das quatro horas, em que o alto comando das forças armadas analisaria propostas que o Carlos Medeiros ia levar. Eu é que teria que fazer a comunicação aos comandos militares sobre a situação e as decisões tomadas pelo alto comando. Passei o dia todo debatendo com o Lira o que fazer, o que convinha dizer, que medidas de precaução tomar. Tivemos que passar telegramas para todos os comandos, dizendo da situação de doença do Costa e Silva. Já então havia a necessidade de dar uma primeira informação, porque os boatos estavam soltos. Foram passados telegramas para os de fora. Para os que estavam aqui no Rio foi feita a comunicação verbal, telefônica, para avisar que haveria reunião.

A.C. - Aquela viagem que o senhor fez, percorrendo todas as guarnições, não foi muito importante nessa hora, no sentido de facilitar o contato?

A.M. - Eu tinha um contato cordial com todos os comandos e com os oficiais pertencentes a esses comandos, porque eu tinha feito duas viagens, uma em cada ano, e o que mais aproxima é o contato de serviço. Quando o serviço é feito com convicção, como aglutina!

I.F. - E o Pedro Aleixo, estava quietinho?

A.M. - Nesse período o Antônio Jorge foi buscar o Pedro Aleixo e levou-o diretamente para o Ministério da Marinha, onde o Rademaker, como o ministro mais antigo, expôs o caso. O Pedro Aleixo se chocou muito, mas teve uma atitude muito correta. Disse que compreendia a situação, que iria para o apartamento dele e que não sairia. E, realmente, foi para o apartamento dele e não saiu, até que, dois dias depois, ele retornou a Minas. Nós não desejávamos, naquele momento, que ele voltasse logo para Minas, porque ele poderia criar um clima de agitação.

A.C. - Ele queria ir para Brasília.

A.M. - Não, ele queria... ele, pessoalmente, não. O Pedro Aleixo tinha qualidades e era patriota. Mas muitos dos seu auxiliares estavam querendo fazer com ele um novo governo, em Brasília ou em Belo Horizonte. Aí seria o caos. Aí era o choque imediato, a convulsão. Foi necessário convencê-lo...

A.C. - Os serviços de segurança interceptaram um telefonema dele para o Alkmin ou do Alkmin para ele.

A.M. - Exato. Aí, o que importa é a missão principal: o Brasil não pode ter convulsões. O Brasil não pode perder a tranquilidade. O Brasil tem que marchar com paz, para podermos discernir. No meio do caos só saem coisas apressadas e mal-pensadas. É preciso agir com segurança. É preciso, principalmente, olhar o Brasil e esquecer os homens. Isso é duro... mas temos que fazer.

A.C. - Parece que o Pedro Aleixo teria pronunciado uma advertência muito séria ao Rademaker: "Quando se foge à Constituição, à ordem constitucional, o que se faz é mais grave do que o que se quer corrigir."

A.M. - Não sei, mas há palavras que só são bonitas, mas não eficientes. É muito bonito dizer: "É preciso manter a integridade constitucional. Não se pode e não se deve criar... porque se nós fizermos as coisas legalmente..." Esta é a tese do Carlos Chagas. E eu estou absolutamente convencido do contrário. Naquela ocasião, seguir a hermenêutica constitucional seria convulsionar o Brasil.

A.C. - Eu vou fazer um pouquinho o papel de advogado do diabo: o que ele diz é que no momento em que se foge a uma lei, os critérios de aplicação das punições passam às mãos de pessoas que não são preparadas para isso; então, podem realmente ocorrer as maiores arbitrariedades etc. e se perder totalmente o controle sobre isso. Eu me pergunto se esses problemas que nós estamos vivendo hoje não vêm dessa dificuldade, dessa transferência do poder para áreas cujo controle a gente perde.

A.M. - Não há ninguém inteiramente preparado para o cargo de presidente da República. Cada presidente da República pega uma fase diferente do país, problemas diferentes para os quais ele não foi preparado convenientemente. Pegue-se Bernardes, pegue-se Washington Luís, Getúlio, Dutra, Juscelino, quem quiser. Todos tiveram que enfrentar problemas para os quais não estavam preparados. Quem é que está mais preparado? Essa é uma pergunta que eu faço: "É um jurista, um homem que nunca exerceu a administração pública, que nem sabe a diferença entre um aviso e um ofício, que não sabe a mecânica do governo? Ou é um advogado? Ou é um engenheiro? Ou é um médico?" Todo mundo conhece um pouco o seu setor. Conhecer o conjunto é muito difícil. Não acredito que um homem possa ser presidente da República sem ter conhecimento da máquina administrativa, sem ter uma base cultural ampla, geral e irrestrita. Principalmente ele não pode ser um homem que não esteja ao par dos acontecimentos. Ele precisa ter sentido de realismo. Eu prefiro um realista do que um homem muito culto.

Eu disse, aqui, que considero o Milton Campos um dos brasileiros mais ilustres. Ele foi um mau ministro da Justiça, porque viveu sempre na utopia. Ele tinha um sonho, mas nunca viu a realidade. Este é o problema. As palavras muito bonitas não significam nada. Eu não acredito muito nas palavras, eu quero é fatos. Realidade.

Mas então, passamos esse domingo 31 em preparativos. E quanto ao problema dos generais que se encontravam no Rio, eu combinei com o Lira que na hora em que estivesse reunido o Conselho de Segurança e o ministro Rademaker fizesse a exposição aos demais ministros dos acontecimentos, eu reuniria o alto comando do Exército que estivesse no Rio e faria a mesma exposição. Eu teria que reunir os chefes dos Departamentos do Pessoal, de Serviços, de Produção e Obras, de Ensino e mais o comandante do I Exército. Eram os cinco generais de quatro estrelas. No caso, não eram cinco, porque o chefe do Departamento de Serviços era interinamente o dr. Olívio, médico, o mais antigo dos generais-de-divisão.

Eu, então, avisei pessoalmente a cada um que às oito horas se preparassem para uma reunião comigo.

A.C. - Mas o senhor não tinha que estar na reunião do conselho?

A.M. - Mas o assunto que ia ser tratado... era só a comunicação e a aprovação. Eu tinha que ver a minha área do Exército, que estava também agitada, porque os boatos rolavam e já se sabia que tinha havido uma reunião do alto comando das forças armadas no palácio de Laguna. Ainda não se conheciam direito as decisões. Sabia-se que o Pedro Aleixo não iria assumir, já começava aquele diz-que-diz, as hipóteses, já havia fermentação dentro do Exército. E era preciso fazer a coisa quase simultaneamente.

A.C. - A reunião do Conselho de Segurança Nacional, no fundo, tratava-se de uma prestação de contas dos militares aos ministros civis?

A.M. - Exato. A decisão estava tomada! Mas era preciso manter a estrutura, porque queríamos a continuidade para permitir a volta do presidente Costa e Silva quando ele ficasse bom. Isso é que é preciso botar na cabeça! Não houve, no alto comando das forças armadas, a idéia de usurpação! A idéia foi sempre de manter o Brasil íntegro, tranqüilo, para que os acontecimentos delineassem a situação... Se Costa e Silva retornasse, encontraria tudo perfeito. E mais: dentro da orientação dele.

A.C. - Quer dizer, o problema, na área militar, estava resolvido. Tratava-se de comunicar aos ministros civis, no Conselho de Segurança...

A.M. - Na área militar de alto escalão tudo estava resolvido. Mas ainda era preciso conter o problema embaixo.

A.C. - Então, a sua missão era muito mais difícil do que a do Conselho.

A.M. - Ah, sim, porque entrei numa fase de execução.

A.C. - O senhor estava entrando na área problemática!

A.M. - Eu estava ainda saindo da área de decisão para entrar na de contenção, porque a partir daquele momento, eu, que era a segunda pessoa do Ministério do Exército, passei a ficar com a responsabilidade do Exército, porque o general Lira ficou a duas amarras. Tinha que dar muito mais tempo e preocupação lá, junto aos ministros militares, para olhar o problema nacional. E o problema do Exército ficou todo nas minhas mãos. Esses é que foram dias de angústia, não os do Carlos Chagas.

A.C. - Exatamente. Foram duas reuniões ao mesmo tempo, sendo uma quase de rotina, porque o problema já está resolvido, e a outra, a sua, para tratar da área problemática.

A.M. - É. Então, esse é o ambiente do domingo. Entre três e quatro horas da tarde, nos reunimos no gabinete do ministro, e o Portela e o Carlos Medeiros nos apresentaram o projeto do documento. Praticamente, ele foi aceito: coisas muito pequenas foram ajustadas. O Carlos Medeiros entrou bem no pensamento do alto comando das forças armadas. Disse tudo de uma maneira muito equilibrada. Eu não me lembro mais dos termos, mas é fácil ver no arquivo. O fato é que o documento ficou pronto. Mandamos bater à máquina, em caráter definitivo e tirar as cópias necessárias para cada um dos ministros e dos chefes do Estado-Maior, além do arquivo, e ficamos acompanhando os acontecimentos. Tivemos o primeiro contato com a família do presidente, para saber dele.

A.C. - Essa decisão não foi comunicada à família do presidente?

A.M. - Não havia por que comunicar à família. Por que comunicar à mulher, ao filho, ao irmão do presidente uma decisão que era nacional? Tinha que ser a quem de direito.

E aí começa a má vontade da Iolanda com a junta... As coisas são muito complicadas... Esses dias é que foram de angústia, não os do Carlos Chagas.

Começamos a preparar a reunião do conselho. Mais ou menos às sete horas - a reunião seria às oito -, eu estava no gabinete vendo uma coisa e outra, tomando as providências, quando entrou o Muniz de Aragão com um outro oficial. Ele disse: "Muricy, eu queria falar com você, porque eu não estou de acordo com o que está se passando." Perguntei: "Mas como?!" Ele: "Eu quero falar com você!" Olhei para o oficial e disse: "Fique ai! Eu vou falar sozinho com o general Aragão!" Entrei numa sala, onde ficamos sozinhos. Ele disse: "Eu sou um dos chefes da revolução, um general de quatro estrelas, não estou tomando parte nos acontecimentos. Não sei o que está se passando e quero dizer que não concordo com isso! Eu devia ter sido consultado! Não só eu, mas os outros oficiais de quatro estrelas deviam ter sido consultados para uma decisão que envolve a revolução e o Brasil! E há uma agitação no meio militar por causa disso..." Então, comecei a discutir com ele.

I.F. - Qual era o posto do Aragão?

A.C. - Estava no Departamento de Provisão Geral do Exército.

A.M. - Mostrei-lhe, primeiro, que um chefe não se pode dizer chefe quando não conhece o pensamento, pelo menos em linhas gerais, dos seus subordinados. Só é chefe verdadeiramente o homem, o militar, o líder que conhece o pensamento de seus subordinados. Então, quando ele toma uma decisão, sabe que está dentro do consenso da sua força. Segundo, um chefe não pode tomar uma decisão grave e urgente ouvindo os seus subordinados indiferentemente. Assim, não encontra solução, porque começam a entrar outras cabeças. O chefe tem que tomar a decisão pelo raciocínio e pelas informações que possui. Depois, cabe ao subordinado compreender e, se for o caso, como eu estava fazendo, expor os pontos de vista que o levaram àquela decisão, por uma questão de consideração ao companheiro e ao amigo. Tivemos uma discussão que durou uma meia hora. Mas, no fim, ele compreendeu os pontos de vista e concordou que o alto comando das forças armadas tinha que tomar a decisão como alto comando das forças armadas e não como alto comando de todas as forças armadas, porque, então, como eu disse a ele, teríamos que reunir todo o alto comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e mais o das forças armadas para poder decidir. Tinha que ser um órgão representativo de todas as forças, já que o problema sucessório tinha que ser quebrado, e era preciso manter tranqüilidade! Argumentos de lado a lado, foram tranqüilizando, mas eu senti que havia problema.

A.C. - Mas ele estava contra o quê?

A.M. - Contra a decisão tomada - que ele ainda não sabia direito qual era - sem ouvir os chefes da revolução. É difícil... Esses momentos de agitação são muito sérios. Mas eu debati com ele e ele acabou concordando e teve uma atitude muito discreta na outra reunião, violentíssima, que aconteceu. Quando ele saiu, eu fui ao Lira. Disse: "Lira, agora mesmo o Aragão conversou comigo..."

[FINAL DA FITA 52-B]

A.M. - "... ele está contra... Há agitação dentro do Exército." Ele disse: "Muricy, faça a reunião. Assim que começar o conselho, você faça a reunião o mais depressa possível, porque de estar..." Eu disse: "Não tenha dúvida nenhuma, o ambiente não está fácil, mas eu preciso esclarecer aos chefes." E me preparei, chocado, porque essas coisas são desagradáveis. Mas, felizmente, tudo saiu bem, porque nunca houve intenção de dolo ou má fé, havia o interesse pelo Brasil e o Augusto César compreendeu isso.

Um pouco antes das oito começaram a chegar os ministros. Enquanto chegavam, conversavam, cada um dando a sua impressão. Os ministros civis estavam fora, sabendo que uma decisão tinha sido tomada, mas desconhecendo direito qual era. Quando chegou a hora, o Rademaker mandou o pessoal sentar...

A.C. - O senhor estava lá?

A.M. - Eu estava lá no fim, sentado perto de uma porta para poder sair. O Rademaker expôs em linhas rápidas a reunião que tinha havido no palácio Laguna e ia começar a leitura do documento quando eu avisei que ia embora. E desci para o Estado-maior do Exército, onde eu tinha um encontro marcado

com os oficiais de quatro estrelas. Quando cheguei no Estado-Maior, não encontrei ninguém. E disse: "Ué! Onde é que está..."

A.C. - Eram oito, nove horas da noite?

A.M. - Por volta de oito e meia... Perguntei: "Onde é que estão o Mamede e...?" E fiquei sabendo: "O general Mamede está lá embaixo, com o general Siseno. E está lá também o general Nahon."

I.F. - O Siseno era comandante do I Exército. E o Mamede era...?

A.C. - O Mamede era do Departamento...

A.M. - O Mamede era do DPO, Departamento de Produção e Obras. Eu disse: "Ah, bom! Então eu vou até lá embaixo, pegá-los e subo." E saí com o espírito completamente desprevenido.

A.C. - O que quer dizer "lá embaixo"?

A.M. - O I Exército era no primeiro andar. E eu estava no Estado-Maior, que era no sexto andar. Então, lá embaixo era o primeiro andar, quando eu estava no sexto. O gabinete do ministro era no nono.

I.F. - O Malan também estava lá?

A.M. - Não, o Malan não pertencia ao alto comando naquela ocasião.

A.C. - O Malan estava no IV Exército, não?

A.M. - Parece que estava no IV Exército, sim. Eram o Médici no terceiro, o Canavarro no segundo, o Malan no quarto, o Siseno no primeiro.

Então, eu desci, para pegar o Siseno, o Mamede e o Nahon, e voltar para o meu gabinete para fazer a reunião na mesa de trabalho que eu tinha no Estado-Maior. Quando cheguei lá, encontrei a sala do Siseno cheia: mais de trinta generais, numa efervescência... Quanto entrei, começaram as perguntas, porque ninguém sabia das coisas. Estavam todos reunidos, chamados num domingo... Era aquele ambiente. Dali a pouco chegou o Olívio... Em suma, o pessoal de quatro estrelas foi chegando também.

A.C. - Extravasou tudo.

A.M. - Não é extravasar! É a agitação, o interesse de ver, de solucionar, porque aquele era um clima inesperado dentro do Brasil.

A.C. - Sim, mas o senhor pensou em fazer as coisas como devia, passar as informações aos quatro-estrelas... Mas aí...

A.M. - Ainda cheguei a dizer ao Mamede: "Vamos subir para o sexto." Mas eu vi a cara de decepção dos generais. Aí tomei uma decisão dessas que a gente toma e depois diz: "Como eu corri perigo... louco!" Eu disse: "Meus senhores, vou fazer a reunião do alto comando aqui. E os senhores assistem. A reunião é do alto comando, mas os senhores têm a liberdade de assistir."

Do meu lado, ficaram o Mamede e o Nahon. Nessa reunião o Mamede foi um camarada formidável, que me ajudou tremendamente. Também me ajudou até certo ponto, o Olívio, que era o médico. Os outros acompanharam: o Siseno, e o... não me lembro mais. Eu comecei a expor a doença do Costa e Silva, o que nós tínhamos sabido, e alguém disse: "Mas disseram que ele morreu!" E foi: "Morreu, não morreu, está doente, pode voltar, não pode..." Eu comecei a expor e...

A.C. - O Nahon ficou do seu lado?

A.M. - Todos. O que teve uma certa reação foi o Siseno. Ele estava envenenado pelo pessoal que achava que tinha que ser ouvido antes da decisão. Então, a coisa começou a se generalizar e eu resolvi comprar a briga, a discussão com todo mundo. Botei as cartas na mesa e expliquei que a decisão tinha sido tomada com a finalidade de manter unidas as forças armadas, unido o país, para evitar... Aí o Afonso disse: "Mas nós já estamos divididos." Então, como sempre faço nas horas complicadas, disse: "Afonso, nós estamos divididos quanto ao modo de executar as coisas, mas estamos unidos no mesmo objetivo que queremos atingir. Então, a nossa divisão pode ser contornada, porque nós queremos a mesma coisa. Você não quer isso?" Ele: "Quero!" E eu: "Então é fácil encontrar um caminho que concilie os pontos de vista para chegar lá." E fomos por aí afora. Dali a pouco levantou-se o Castilho, que era o comandante da vila, e diz: "Mas general Muricy, o fato é que nós não fomos consultados!" Era aquela tese do Aragão, que estava ali e teve uma atitude correta, procurou não tumultuar e até acalmar os companheiros. O Aragão é um homem com grandes qualidades.

Mas o pessoal da tropa estava efervescente, uma coisa louca. E aí disse o Castilho: "Nós teríamos que ser consultados e então consultar os nossos coronéis!" E eu disse: "Castilho, por esse caminho vocês acabam consultando o cabo! E como é que vocês vão decidir depois?" O negócio foi violento. E assim levamos...

A.C. - Essa era a posição do Albuquerque Lima...

A.M. - Era a posição de todos, da grande massa. Mas havia os que estavam no meu apoio. Por exemplo, o Frota ficou do meu lado e, quando acabou a reunião, eu saí da sala e um grupo de generais se reuniu no gabinete ao lado, querendo agitar, o Frota disse: "Se vocês fizerem isso eu vou enfrentá-los." O negócio chegou a essa base.

A.C. - O que era o Frota?

A.M. - O Frota era comandante da 1ª. Região Militar. O negócio não é brincado não, essas horas são muito complicadas.

A.C. - Basicamente, a acusação desses dissidentes era por não terem sido consultados?

A.M. - Exato. E chegou uma hora em que eu disse para alguém: "Você então acha que devíamos deixar o vice-presidente assumir?" Respondeu: "Isso não!" E eu: "Eu sabia que você ia dizer isso! Então, estou agindo dentro do seu pensamento." O chefe, quando conhece o pensamento do subordinado, age dentro da idéia. E tem que tomar certas decisões sem consultar os subordinados, tem que tomar pela razão!

A.C. - Todos eles concordaram que o Pedro Aleixo não devia assumir?

A.M. - Ah, todos! Todo mundo estava de acordo. Não houve nenhuma divergência, nenhuma, e eram quase trinta generais. Só houve divergência quanto à forma com que foi feita. Mas sobre as decisões... Eu disse: "O que vocês querem? O alto comando está respondendo ao desejo de vocês! Onde é que vocês contestam isto que está escrito aqui?!" E eles não tiveram o que contestar. Concordaram com aquele documento que tínhamos redigido.

A.C. - Então, general, o que realmente estava em jogo - é duro dizer isso - era uma luta de poder. Porque...

A.M. - Não... de prestígio. Muita gente que gosta de dizer: "Porque eu falei, eu ajudei, eu disse..." Tem gente que...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - É, a luta por prestígio é dura. Mas general, não era só prestígio, porque havia vários presidenciáveis. O Sisen Sarmento era...

A.M. - Não, não! Naquela hora havia um presidenciável apenas, que era o Afonso.

A.C. - Mas logo depois o Sisen...

A.M. - Mas ali ele não se manifestou nesse sentido.

A.C. - O senhor acha que o problema deles foi um certo ressentimento por não terem sido ouvidos nessa hora de gravidade?

A.M. - Achavam que deveriam ter sido consultados. Era a opinião que o Aragão teve, mas o Aragão compreendeu e manteve uma atitude muito discreta nessa reunião.

A.C. - O que eles estavam pedindo ao senhor e ao alto comando era uma coisa difícil de fazer: consultar antes de tomar a decisão. Digamos que um dissesse sim e outro dissesse não. Tudo se complicava!

A.M. - Isso aí vai-se verificar... Muita coisa que o próprio Carlos Chagas conta é certa. Há muita coisa por ouvir dizer, mas há muita coisa de ouvir dizer que está certa. Outras, não. Mas ele apresenta bem esse problema.

Mas a reunião levou quase duas horas.

A.C. - E o problema mais grave foi este: querer consultar os coronéis!

A.M. - O problema mais grave era fazer com que todos os generais presentes aceitassem o ato e se incorporassem nele.

A.C. - Esta era a sua missão, mas o que algumas pessoas estavam tentando era ampliar a decisão para a área dos coronéis.

A.M. - Não foi isso, não. Era ampliar a decisão para a sua pessoa. Os coronéis apareceram aí como Pilatos no Credo.

A.C. - Eram formas de reforçar a pessoa? Uma forma populista?

A.M. - Essa é a verdade. Para não dizerem "eu, diziam "eu e os meus subordinados". E foi aí que eu disse: "Nesse caso, vamos acabar no cabo. Vamos ouvir o cabo, porque ele tem o mesmo direito... de opinar numa coisa nacional." O negócio foi violento. O que eu posso garantir é que tive o apoio da grande maioria, para não dizer da totalidade. Houve esse episódio em que o Frota enfrentou alguns oficiais mais exaltados. Depois é que eu vim a saber, pelo próprio Frota. Houve uma atenção constante, porque eu sentia que não poderia dizer uma coisa que pudesse ser um estopim. Quando saí de lá, eu estava sem uma gota de saliva na boca. Se me dessem dez litros de água, eu beberia naquela hora.

A.C. - Mas general, tenho a impressão de que o senhor realmente correu um risco terrível, mas que os resultados foram muito melhores do que se podia prever.

A.M. - Saí dali e fui procurar o Lira para relatar o que aconteceu. O Lira disse: "Você é louco, Muricy! Você fez uma coisa dessas! Você se arriscou!" Eu disse: "Eu me arrisquei, Lira, mas eu não podia, nessa hora, sair, deixar trinta generais sem uma explicação. Eu tinha que tomar essa decisão. E, quando tenho que tomar a decisão, eu tomo. Posso dizer a você que estou esgotado. Essa discussão, quando eu saí... E tive apoio, porque o Mamede me ajudou muito. O Nahon e o Olívio menos, mas o Mamede me ajudou muito." Tudo isso foi na noite de 31.

A.C. - Recapitulando um pouco as zonas de tensão militar, o Mamede seria mais ou menos um castelista, quer dizer...

A.M. - O Mamede fazia parte daquela equipe que trabalhou com o Castelo antes da revolução.

A.C. - Aquelas zonas que eram problemáticas para o Costa e Silva no fundo eram chegadas ao senhor, porque o Muniz de Aragão cooperou, não criou problema...

A.M. - Mas eu tinha ligação com o pessoal dos dois lados. Felizmente, naquela noite eu estava inspirado, Deus me ajudou e eu pude apresentar aos generais o problema de maneira que eles compreendessem. Às vezes a gente é infeliz no dizer as coisas, quer dizer uma coisa e não diz com a precisão ou convicção com que deveria, não dá elementos de raciocínio, perde argumentos. Mas, naquela noite, todos os argumentos que eu apresentei foram recebidos.

A.C. - A sua generosidade em conversar com todo mundo que estava ali...

A.M. - Mas não foi generosidade! Foi necessidade de dar tranqüilidade! O objetivo, a missão, o desejo era um só: deixar a área militar tranqüila, por isso é que eu lutei o tempo todo.

A.C. - Quer dizer... o senhor, no fundo, quis... extirpar o mal pela raiz, porque se saísse com os de quatro-estrelas...

A.M. - Tinha que ser. Os elementos que mais contraditaram foram o Afonso, o Castilho, o Nogueira Pais e, menos, o Siseno. Mas depois o Siseno concordou e só depois apareceram problemas, nas reuniões do alto comando, quando do caso do embaixador Elbrick. Mas isso aí é outra coisa.

Então, assim termina a noite de 31 de agosto de 1969. Eu voltei da reunião, expus os fatos ao Lira e, em seguida, tomamos uma série de decisões. A primeira foi uma reunião imediata do alto comando: convocar todo o alto comando para apresentar o problema e discutir com os chefes militares categorizados a situação nacional e a do Exército. Aí começaram as reuniões do alto comando, que foram sucessivas. Nessas reuniões analisava-se o que fazer dentro do quadro nacional.

A.C. - A partir daí, esses generais, mesmo de quatro estrelas, aqui no Rio, não participaram mais.

A.M. - Não. Os de quatro estrelas vêm ao alto comando, fazem parte dele. A reunião que eu fiz é que extrapolou, porque admiti como assistentes todos os que estavam presentes.

A.C. - Mas quando houve a reunião do sábado, ela se restringiu aos ministros militares, aos estados-maiores...

A.M. - Mas isso foi a reunião do alto comando das forças armadas... Mas ia haver a reunião do alto comando do E-xér-ci-to, que é: o ministro do Exército, o chefe do Estado-Maior, como relator, todos os quatro-estrelas, isto é, os chefes de departamentos e os comandantes de exército, tendo como relator o chefe-de-gabinete, e o secretário-geral.

I.F. - E como é que os comandantes do exército souberam da notícia?

A.M. - Já tinha havido, na véspera, um alerta de rádio. E, logo em seguida - preparou-se tudo - a comunicação ao Conselho de Segurança...

I.F. - Qual o comportamento deles?

A.M. - Correto, de plena aprovação. Os comandantes de exército imediatamente hipotecaram seu apoio aos ministros militares e ao alto comando das forças armadas. Eram três, que estavam fora: o Canavarro, o Médici e o Malan. Porque naquela mesma noite expedimos, já como decisão: "Os ministros militares... baixaram o seguinte ato..."

A.C. - Essa reunião do dia 31 era do alto comando do Exército? Dos generais do Rio?

A.M. - Não, dos generais do alto comando que estavam no Rio. Quanto aos outros, esperou-se terminar a reunião do conselho. Na realidade, eu queria esperar a reunião do Conselho de Segurança, depois disso procurar os generais e dizer: "O Conselho de Segurança já aprovou..." e contar a história toda. Mas, naturalmente, dado o problema que tinha surgido pouco antes com o Aragão, eu senti necessidade de antecipar a reunião. E foi bom porque, quando cheguei no I Exército, a agitação era enorme. Então, enquanto se realizava uma coisa lá em cima, no nono andar, estava-se realizando aquela minha conversa no primeiro.

A.C. - Era previsto o Aragão participar dessa reunião de quatro-estrelas?

A.M. - Não. Depois ele foi convidado, mas não era do alto comando. Nós abrimos para todos, para que todas as áreas se manifestassem, porque nós queríamos um consenso. Nós queríamos a tranqüilidade, que houvesse uma passagem de bastão sem agitação. Isso era o fundamental.

A.C. - O alto comando do Exército seriam: os departamentos, os exércitos, o EME, o ministro do Exército, que era o presidente, e...

A.M. - E tendo como relatores, sem voto... E tem mais: o comando da Amazônia, que compareceria sem voto, porque era divisão. Os relatores eram o secretário do Exército, Antônio Jorge Correia, e o chefe-de-gabinete, o Calderari, se não me engano.

Termina aí o dia 31 e vão começar dias de angústia. Daí para diante praticamente passei a responder pelo Ministério do Exército. Diariamente me encontrava com o Lira, às oito horas da manhã, no gabinete. Conversávamos, em seguida ele ia para o Laranjeiras e eu ficava no ministério o dia inteiro, até a noite, sem sair.

I.F. - Acumulando?

A.M. - Não. Os oficiais-de-gabinete trabalhavam com o pessoal do Estado-Maior, diretamente ligados a mim. Então, passei a ter maior liberdade de ação, dada pelo próprio Lira, com quem eu estava perfeitamente sintonizado. Quando havia necessidade, ele vinha do ministério ou eu ia ao Laranjeiras. Mas, geralmente, era às oito horas da manhã que nós conversávamos.

A.C. - E isso era normal, porque na junta ele estava praticamente ocupando o Poder Executivo.

A.M. - Exato. Então essa é a situação que começa a partir do dia 1 de setembro.

21ª. Entrevista: 19.05.1981

L.H. - Vamos entrar no mês de setembro de 1969, com a evolução do progresso da doença do presidente Costa e Silva.

A.C. - E retomando o problema de onde havíamos parado, ficou evidente que a junta tomou uma série de medidas, como o senhor diz, de caráter urgente, que, conseqüentemente, não podia ter contado com a unanimidade das forças armadas nem das forças políticas.

A.M. - Não havia tempo!

A.C. - Não havia tempo. Foi preciso tomar decisões muito sérias e essas decisões foram recebidas - como o senhor mostrou muito bem - num clima de um certo tumulto, de prestação de contas etc. Então, a situação em si era muito complexa, muito séria. Além do fato, já em si difícil, da doença do

presidente e da junta ter assumido o poder através de um ato institucional, houve essa questão do embaixador Elbrick. Acho que isso complicou muito mais o quadro, porque...

A.M. - Na minha opinião, os acontecimentos de setembro de 1969 vieram dar uma razão completa à decisão do alto comando das forças armadas de impedir a posse de Pedro Aleixo. Eu estou cada vez mais convencido de que, no seqüestro do embaixador Elbrick e nos fatos que se seguiram, se os ministros militares não estivessem respondendo pela presidência, nós teríamos tido o caos no Brasil.

L.H. - Mas, de qualquer forma, foi uma decisão muito difícil: romper a linha constitucional. Era a primeira vez que acontecia no Brasil.

A.M. - Exato. Mas expliquei isso na última sessão. Foi uma decisão tomada a contragosto, mas nós conhecíamos a excitação que havia no Exército com o problema criado pela carta do Aragão. Formou-se em torno do Aragão um grupo contra o ambiente de família do presidente Costa e Silva, problema que foi explorado na carta e nos diz-que-diz dentro e fora do Exército. Havia o problema do Afonso, que tinha-se afastado do governo e que também estava com um grupo em choque com o ministro Lira. Havia os problemas naturais dos oficiais que julgavam que, pelo passado, deveriam ter sido ouvidos para a tomada de posição. Tudo isso criou um clima tal que, na análise que fizemos no palácio Laguna, chegamos à conclusão que a subida de Pedro Aleixo era a condução mais rápida para um choque, um levante, um golpe dentro das forças armadas.

A.C. - O que parece ainda estar controvertido é o problema das medidas que o general Costa e Silva queria tomar, no sentido de abertura política. Na verdade, havia três: reabertura do Congresso,...

A.M. - Isso era uma coisa que o Exército, de uma maneira geral, aceitava.

A.C. - ... a reforma constitucional e o AI-5...

A.M. - A reforma constitucional e o AI-5 é que eram os pontos controvertidos, que Pedro Aleixo era acusado de estar modificando. Aliás, isso depois foi corroborado pelos próprios parentes do vice-presidente, que declaram que ele realmente tinha sido contra o AI-5 e que uma de suas primeiras medidas seria acabar com isso. Então viria o caos. O ambiente não permitia isso.

A.C. - A controvérsia era em torno do AI-5.

A.M. - Do AI-5 e da faixa de centralização do poder na mão do Executivo. Era um ponto de que... os revolucionários não abriam mão, mas o Pedro Aleixo estava forçando-os a isso. Ele era o chefe da comissão de redação dos estudos e era acusado de modificar, inclusive, o sentido.

[FINAL DA FITA 53-A]

A.M. - Coube a mim fazer a exposição, porque eu era o mais moderno dos que tinham voz no alto comando das forças armadas. E ficou comprovado que Pedro Aleixo não teria condições de conduzir o Brasil numa fase difícil.

A.C. - O Carlos Chagas defende a tese de que o general Costa e Silva estava muito empenhado em eliminar o AI-5. O senhor, ao contrário, diz que não, que ele estava em conflito.

A.M. - Eu digo o seguinte: naturalmente, na função de chefe do Estado-Maior, eu tinha contatos esporádicos com o presidente Costa e Silva, embora tivesse muita ligação com ele. Mas o ministro Lira, o ministro Rademaker e o próprio Orlando Geisel, que era chefe do EMFA, tinham contato permanente com o presidente. E as informações que eu recebia não eram essas. Pelo contrário. O Costa e Silva disse ao Lira (e o Lira não é homem de estar no meio de companheiros...): "Lira, eu tenho confiança é nos meus companheiros de farda." Se ele disse isso, é porque não era bem com dizem.

O Costa e Silva era um democrata, um deseioso de melhorar a Constituição, de abrandá-la. Quanto ao problema do AI-5, ele não o queria tão firme, queria marcar um prazo para sua vigência. Aliás, o AI-5 teve um prazo, que só foi prorrogado por causa da doença. O Costa e Silva tinha vontade de acabar com o AI-5, deixando institucionalizada a força no Executivo.

A.C. - Se eu interpreto bem o seu pensamento, o problema grave é que o conteúdo dessa reforma que estava sendo proposta desagradava às forças armadas, na medida em que não centralizava suficientemente o poder. A alternativa, então, seria o AI-5...

A.M. - Ou então a queda do AI-5, mas institucionalizando-se um executivo forte, que pudesse tomar... Não se podia - e sobre isso ninguém tenha dúvida - era deixar fazer um sistema democrático liberal. Não havia margem para ninguém fazer isso. Quem quisesse fazer isso ia se chocar com a força revolucionária e haveria uma convulsão.

A.C. - O problema do AI-5 agora está mais claro para mim: não era o AI-5 em si; era o AI-5, com aquela Constituição, ou então uma Constituição forte, sem o AI-5.

A.M. - Com uma Constituição forte, era possível. A maioria dos chefes militares aceitava isso. Porque os radicais existiam, existem e existirão sempre. Nós sabemos que não se evitam os radicais. Mas os chefes militares que tinham responsabilidade podiam aceitar o fim do AI-5, desde que na Constituição o presidente tivesse força suficiente para tomar certas medidas necessárias.

A.C. - E o resultado dessa crise foi que o AI-5 não foi tocado.

A.M. - Porque setembro foi um mês trágico, em que o Brasil esteve em cima de um vulcão. E, eu, mais do que ninguém, sei disso, porque coube a mim controlar a saída dos gases e das chamas do vulcão. Este é o problema.

L.H. - Mas a votação da Constituição implicava a abertura do Congresso. Eram duas coisas que vinham juntas.

A.M. - Havia grupos que queriam e grupos que não queriam a abertura do Congresso, mas não havia uma radicalização total, uma posição total, tanto que na solução que encontramos mais adiante, um dos pontos foi a abertura do Congresso, inclusive com a finalidade de dar sustentação legal...

L.H. - Até que ponto se justificava um boato sério que correu na época, de que as acusações que a carta do general Aragão continha serviram de instrumento de pressão sobre o presidente Costa e Silva para a não-abertura do Congresso, porque aquilo implicaria uma comissão de inquérito?

A.M. - Não. O Costa e Silva, pessoalmente, tinha qualidades muito grandes. O Lira, que foi quem levou ao conhecimento do Costa e Silva a carta do Aragão, diz que ele se chocou, porque atingia o problema da mulher, do sogro, do próprio filho, do cunhado, da cunhada. Aquilo tudo magoou. Mas estou convencido de que não foi isso que o levou ao acidente vascular. Isso aí foi outra coisa. Ele ficou muito magoado - eu sei - mas não procurou modificar o seu ponto de vista. Ele continuou no mesmo caminho, tanto que nós fomos surpreendidos no meio do processo de elaboração da Constituição, em que nós, do alto comando das forças armadas e do Conselho de Segurança, estávamos opinando sempre. Constantemente recebíamos os diferentes itens e dávamos a nossa opinião para o Palácio Laranjeiras.

A.C. - Retomando a semana do rapto do embaixador, como é que isso se passou? A situação era grave. O senhor conseguiu controlar os generais...

A.M. - O mês de setembro começou com o impacto generalizado da doença do Costa e Silva, do AI-12, baixado pela junta, dando a si mesma o nome que surgiu - os ministros militares, no exercício da presidência da República no impedimento... - com a finalidade de manter o prestígio e dar todo o apoio ao presidente. Já estava tomada a decisão de que não se ultrapassaria o presidente. Enquanto não houvesse uma definição dos médicos, não se tomaria uma decisão. Discutir-se-ia o problema, mas não se tomaria nenhuma decisão, porque todos nós éramos amigos do Costa e não queríamos ultrapassá-lo. Isso é uma coisa que precisa ficar bem claro que isso não ocorreu.

Foram feitas as comunicações para os comandos de área, os exércitos, o comando da Amazônia, a Escola Superior de Guerra... Vieram as respostas, todas apoiando a decisão tomada pelo alto comando das forças armadas, e a situação estava mais ou menos estacionária quando se deu o episódio do seqüestro do embaixador.

A.C. - O senhor tinha acabado de resolver um conflito grave...

A.M. - Quando apareceu outro, com uma agravante: é que dentro da técnica de combate à guerra revolucionária subversiva, um dos postulados é que não se faz acordo com o adversário. Mas aí veio o impacto: não se faz o acordo e morre o embaixador Elbrick. Então, veio o primeiro choque: atenderíamos ao pedido dos seqüestradores de liberar não sei quantos presos e publicar uma nota de liberação e mais isso e mais?... A primeira reação foi: "Não se faz!" Mas dali a pouco chegou o adido militar, que era o Moura, dizendo que o consulado americano estava recebendo consultas do Departamento de Estado, que estava preocupado com a situação do embaixador Elbrick. Ele mostrou que o governo americano queria que fosse preservada a vida do embaixador. Nesse momento, deu-se um primeiro incidente, que é já... Todo mundo correu para o gabinete do ministro, para saber que decisão tomar e veio o Sisenó, comandante do I Exército, trazendo a impressão dos seus oficiais de que se deveria deixar o embaixador morrer. Nesse ambiente, o Lira foi a uma reunião no Itamarati, onde o pessoal da embaixada e do governo chegou à conclusão de que era melhor ceder. Imediatamente, reuni os generais do alto comando que estavam no Rio e expus o ponto de vista. E aí começou uma primeira reação.

A.C. - Quem é que decidiu que ia ceder?

A.M. - A junta.

A.C. - Nem sequer o alto comando, só a junta?

A.M. - Mas é a função dela! Nessas horas, tem-se que manter a autoridade! Se vamos começar a perguntar, vamos acabar perguntando... Tinha-se que tomar a decisão. E, para acalmar a área do I Exército, o Lira fez questão de que o Siseno fosse com ele.

L.H. - O Siseno era contra.

A.M. - O Siseno era contra, por causa da oficialidade dele, que não queria que se fizesse o acordo. Aliás, a técnica era não fazer acordo.

L.H. - Mas, de qualquer forma, eu tenho a impressão de que essa situação era muito delicada, porque era uma forma inédita de ação política. Foi a primeira vez, no mundo, em que se seqüestrou um embaixador, um representante estrangeiro, para se obter...

A.M. - ... uma finalidade política. Depois, isso foi usado em outros lugares do mundo.

L.H. - Mas a primeira vez foi com o embaixador Elbrick.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - ... Falava um português carregado.

L.H. - O Moura era americano, mas de origem portuguesa.

A.C. - Ele é de família de Massachusetts.

L.H. - É um grupo de imigração portuguesa nos Estados Unidos. Há o John Philip Souza, que é maestro, o Moura, uma porção deles.

A.M. - Exatamente. Eles eram de origem portuguesa e falavam um português de Portugal. Com a convivência conosco, ele fala hoje um português de brasileiro. E agora está morando aqui, trabalhando na Mendes Júnior.

A.C. - O senhor disse que o Siseno acompanhou o Lira...

A.M. - O Siseno acompanhou o Lira, que ia ter um encontro no Itamarati. Era preciso que o Siseno sentisse a responsabilidade que o governo brasileiro estava assumindo, não concordando com os seqüestradores. Esse era um meio dele convencer seus subordinados, mas não impediu que a agitação tomasse conta da Vila Militar e, em particular, de Deodoro, nos pára-quadristas. Surgiram as primeiras

notícias de reação dentro dos pára-quadistas, particularmente no grupo de artilharia comandado pelo Dickson, que resolve não permitir, de jeito nenhum, o embarque dos presos. O grupo do Dickson chegou a ocupar uma estação de rádio ali perto e a jogar no ar uma proclamação.

A.C. - Qual foi a estação?

A.M. - Uma rádio localizada onde começa a estrada que vai para São Paulo, de um lado, e para Petrópolis, do outro. Fica em Parada de Lucas. Aquela estação é muito vulnerável, foi a primeira que se pegou em 1964 e foi a que se pegou... Fica ali, na beira da estrada, perto da vila. Foi chegar ali, ocupar, falar e largar. Chegou-se a organizar um grupo de fuzileiros para uma operação em cima do campo de aviação, para impedir o embarque. Felizmente, o grupo chegou atrasado.

Houve uma reunião dos ministros militares, criando o banimento, que não havia na nossa Constituição. Foi criado um ato autorizando o banimento, para que esses presos fossem banidos, porque eles não tinham uma situação jurídica... Não se poderia entregar... De acordo com a Constituição brasileira, não se pode entregar um prisioneiro para ir embora.

A.C. - Essa decisão de negociar deve ter sido tomada pelo fato de a situação interna brasileira ser terrivelmente frágil. Se não fosse, se houvesse uma situação normal, com o Costa e Silva, talvez não fosse necessária...

A.M. - Não, mesmo assim, foi um impacto. Um embaixador tinha sido seqüestrado e ameaçado de morte se não fosse cumprida uma coisa que a Constituição não previa. Aí é que se criou um impacto. Era preciso modificar a nossa legislação, para se poder fazer o embarque. Daí a série de medidas que foram tomadas pelos ministros.

A.C. - Eu imagino que deve ter pesado nisso o fato do Brasil estar numa situação delicada, com o presidente afastado e uma junta que tomou certas decisões semi-ilegais para se legitimar no poder. A junta ficaria muito sensível às críticas exteriores. Digamos que o embaixador fosse assassinado. Haveria uma indisposição internacional muito grave contra o Brasil!

A.M. - Não era nem o problema da crítica exterior, era o nosso problema perante o governo americano e perante um fato: cabe ao governo de um país dar toda a proteção aos representantes dos outros países. É do direito internacional o embaixador de um país ter toda a proteção do país onde ele se encontra, tanto que a embaixada é território do país estrangeiro onde não se entra. Há uma série de imunidades para os embaixadores. Não se pode deixar de dar uma proteção.

Mas a Constituição não permitia a entrega dos presos. Foi preciso tomar uma série de medidas de última hora para permitir, inclusive sabendo que havia reação dentro das forças armadas, principalmente no Exército, na Vila Militar e nos Pára-quadistas.

A.C. - Havendo, naturalmente, uma certa indisposição internacional contra a junta, era preciso que ficasse bem claro que ela estava tomando medidas legais, legítimas, naquele momento difícil.

A.M. - Era necessário fazer um ato criando o banimento, porque, sem ele, a liberação seria ilegítima. A junta implantaria, realmente, uma ditadura. Para evitar que aparecesse o aspecto da ditadura, os ministros militares tiveram que baixar um ato modificando a Constituição e autorizando o banimento. E aí... não foi nessa época? Foi mais tarde que veio a pena de morte, parece. Essas coisas são muito

difíceis. Ao mesmo tempo que era preciso resolver o problema, era necessário acalmar a área interna, que não se conformava com a entrega dos prisioneiros.

L.H. - Mas, de qualquer forma, em termos internacionais, eu acho que vale o que a Aspásia estava dizendo. Ao lado do aspecto ético de salvar a vida do embaixador, de certa forma, havia algumas restrições internacionais quanto a uma possível ilegitimidade da junta. Assim o ato de libertar os presos teve uma utilidade política bastante interessante: conseguir legitimidade internacional.

A.M. - Também trouxe uma certa simpatia para esses homens. A primeira coisa que se pensa quando militares ocupam um governo, mesmo transitoriamente, como era o desejo dos ministros, é que eles são truculentos, violentos. Isso ocorre por causa dos ditadores militares carismáticos. A revolução brasileira não teve, felizmente, líderes carismáticos. Graças a Deus!

A.C. - A tese que o senhor levantou, de que no Brasil havia uma... que o Exército era uma corporação.

A.M. - A revolução não era de ninguém. Era de todos. Era do Brasil. Esse foi um ponto que sempre se procurou afirmar. Realmente, essa atitude melhorou a figura do Brasil no exterior.

A.C. - Principalmente naquele momento difícilimo...

L.H. - Ajudou a legitimar uma situação. Politicamente, foi útil.

A.M. - Certo. Aí deu-se a necessidade de convocação imediata do alto comando. Aliás, no dia seguinte ao do rapto, dia 5, já tínhamos combinado uma reunião. Eu passei um rádio a todos os elementos do alto comando que estavam fora, que eram os três comandantes de exército e o comandante da Amazônia, este último sem direito de voto, porque o comando da Amazônia era uma área de divisão.

L.H. - Mas ele tinha direito a voz?

A.M. - Se fosse perguntado.

L.H. - Mas o fato do comandante da Amazônia ser o Rodrigo Otávio, portanto uma pessoa de muitas credenciais, não...

A.M. - Ele não entrava na discussão. Só respondia quando necessário. O Rodrigo era discutidor e tudo isso, mas muito disciplinado. O Rodrigo tinha um temperamento difícil, mas seus problemas eram de outra natureza.

Na reunião do dia 5 discutiu-se o quadro geral brasileiro e o alto comando deu inteiro apoio aos ministros militares. Então, a partir desse momento, a ação dos ministros teve um apoio na escala hierárquica, inclusive a decisão do embarque dos... Aí, deu-se um outro episódio.

Estávamos às vésperas do 7 de Setembro...

L.H. - Nesta reunião do alto comando, além da situação do seqüestro, a sucessão do Costa e Silva já foi colocada em questão, não foi?

A.M. - Discutiui-se o problema. Verificamos o que havia e o que iríamos fazer. Não sei bem se isso aconteceu nessa reunião, mas é possível que tenha sido. Já esboçamos o seguinte: vamos, desde logo, pensando no que fazer e como fazê-lo, no caso do presidente não poder reassumir.

L.H. - Há uma informação de que o general Canavarro teria se manifestado nesta reunião, dizendo que as classes produtoras desejavam um militar para substituir o Costa e Silva.

A.M. - Isso foi mais adiante. Essa reunião foi quase toda para o caso Elbrick e para o problema gerado no I Exército, porque já havia uma fermentação dentro da Vila Militar, particularmente nos pára-quedistas. Isso depois vai... O comandante dos pára-quedistas era um rapaz magnífico, o Adauto Bezerra de Araújo, que depois não foi promovido e caiu na compulsória, porque não teve energia suficiente para dar palmada nos seus subordinados.

A.M. - Realmente, a questão do Costa e Silva não devia ser tratada nessa reunião. Mas o fato, pelo menos é o que o Carlos Chagas diz aqui...

A.M. - Mas isso está dito na minha declaração aqui.

A.C. - Mas o Adauto Bezerra, segundo o Carlos Chagas e não segundo o senhor, teria dado um ultimato à junta, dizendo que até o dia 9 de setembro tratasse de resolver o problema sucessório.

A.M. - Isso... Em primeiro lugar, o Adauto Bezerra não era homem disso. Em segundo lugar, ele foi fraco com os seus subordinados, tanto que não foi promovido. Nunca houve isso. Nós não consentiríamos. Fui eu quem depois deu ordem ao Adauto para prender mais de quarenta pára-quedistas, os mais exaltados. E ele cumpriu minha ordem. Eu é que fiquei respondendo no ministério. Essas coisas vinha a mim, eu tomava a decisão e comunicava ao Lira. O Adauto estava sendo pressionado pelos de baixo e foi constrangido a prender. O meu ajudante-de-ordens, o Brito, era pára-quedista. Ele dizia: "Mas general, o senhor vai prender os meus amigos!..." E eu: "Vou, vou prender os seus amigos sim, porque eles estão errados." [Risos] Foi um período...

A.C. - O Castilho também estava numa posição muito... rebelde.

A.M. - O Castilho, com seu temperamento muito forte, já tinha, naquela reunião do gabinete do comandante do I Exército, reagido porque não tinha sido consultado. Eu já tinha dito: "Castilho, nesse caminho vamos acabar no cabo." Mas ele encontrou reação lá dentro. Por exemplo, o Câmara Sena, que era comandante do Regimento-Escola, chegou a tomar posição e botar a artilharia pronta para bombardear os pára-quedistas.

A.C. - Mas o Castilho foi visitar, dar apoio ao Dickson, quando ele estava preso.

A.M. - Foi. Inclusive o Castilho chegou até o ponto de dizer: "Eu vou lá embaixo e quando voltar eu levanto a vila." Mas depois ele mesmo reconheceu, quando mandei chamá-lo: "Muricy, eu realmente estava exaltado." Eu disse: "Castilho, você não pode criar um clima desses. Você tem que chamar à razão os seus subordinados e não atiçá-los." Eu tive uma conversa muito longa com o Castilho, nessa ocasião, porque eu senti que o Siseno não esfriava a temperatura na vila.

L.H. - Porque no fundo o Siseno estava a favor de uma ação, não é?

A.M. - É... Eu falei com o Siseno, senti e mandei chamar o Castilho. Ao Adauto dei ordem para prender os seus subordinados mais exaltados.

L.H. - O que está me parecendo, general, é que o regulamento não foi suficiente para impedir que o Exército nesse momento incorporasse algumas atitudes típicas de civis, discussões, debates...

A.M. - O que há é que depois de uma revolução, a volta à calma, ao status normal, é muito lento. Lembre-se que todos esses homens tinham tomado atitudes em 1964, muitos deles arriscando a vida. O Castilho entrou no palácio e prendeu o Arrais junto com o Albuquerque.

Aqueles eram homens que tomaram atitudes e que se julgavam, portanto, merecedores não só de confiança, mas de serem ouvidos nas grandes decisões.

A.C. - Apesar da revolução de 64 ter tido como objetivo principal restaurar a hierarquia, na verdade, nesses dias de setembro, nós vemos que de hierarquia restava pouco.

A.M. - Mas a hierarquia foi sendo implantada pouco a pouco, com energia. Eu já contei que em 1932 vieram os problemas decorrentes da Revolução de 30 e da época do tenentismo... Para entrar nos eixos, só a partir de 1938, 1939. Essa coisa é lenta. Porque o indivíduo, quando sai da legalidade... E a Revolução de 64 nos obrigou a sair da legalidade... Depois temos que impor a legalidade. Então começamos a apertar.

A.C. - E o senhor nos mostrou que havia uma tendência a envolver todos os generais nesse processo de decisão, e alguns deles procuravam envolver os próprios coronéis.

A.M. - Essa tendência aparece nitidamente depois, quando tratarmos do problema da escolha. Eu chego lá.

L.H. - Parece que a ebulição mais forte estava no I Exército, não só porque era o centro dos acontecimentos, mas porque o próprio Siseno estava dando mostras de compactuar com essa ebulição.

A.M. - O comandante da Divisão da Vila Militar, que era o Castilho, era um homem sério, mas impetuoso...

A.C. - Dá a impressão de que quanto mais se descia na hierarquia do I Exército, pior ficava.

A.M. - Não, havia o Câmara Sena, que agüentou firme lá embaixo. O Câmara Sena foi um elemento de controle da situação na Vila Militar. Outros chefes militares, o Cossé,...

[FINAL DA FITA 53-B]

A.M. - ... O José Horácio da Cunha Garcia estava firme na sua divisão. O José Horácio era chefe e tudo depende também da energia do chefe. Não houve o menor problema com a Divisão Blindada. O José Horácio manteve a divisão perfeitamente disciplinada.

A.C. - O que causou toda essa celeuma realmente foi o rapto. No fundo, a guerra revolucionária era um fantasma que perseguia o Exército há muitos anos e, de repente, estava ali, em sua expressão plena.

A.M. - Não foi tanto o fato da guerra revolucionária estar ali. Foi a quebra dos cânones da ação contra a guerra revolucionária.

A.C. - Na Escola de Estado-Maior eles tinham aprendido a não negociar.

A.M. - E os ministros militares negociaram. Eu mesmo, que estava lá no topo, tive essa dúvida também.

A.C. - Aí nós vemos uma ambigüidade muito dramática: o Exército como Exército, em combate à guerra revolucionária, e o Exército como poder, como governo. As funções de governo não eram as funções simples de combate à guerrilha.

A.M. - A verdade é que nesta hora, a agitação maior se deu dentro do Exército e o Exército era que tinha maior força. Então, tudo no Exército foi aumentando. A lente fez tudo crescer.

A.C. - E a junta era o governo, não era só Exército. Já o general Siseno era um comandante...

A.M. - Era o general que comandava a tropa de maior importância na área. Ele realmente foi pressionado pelos seus subordinados. E havia alguns subordinados que eram de uma violência, de um radicalismo tremendo!

A.C. - A junta estava com funções de Estado, de governo, e o Exército com as suas funções normais. Então, houve um choque.

A.M. - Exato. E eu estava no meio do caminho, agüentando de um lado e orientando do outro. Nesse momento, houve essa reunião do alto comando, em que os problemas foram discutidos e houve troca de opiniões. Nessa reunião, se assentou que se tinha que aguardar a decisão dos médicos; que não se deveria precipitar nada, mas que se deveria começar a pensar no problema sucessório, se fosse necessário. E nesse momento - se não me engano - chegou-se à conclusão que de nessa situação, que ainda estava efervescente, um civil não teria condições de se agüentar.

A.C. - Corroborou-se essa tese.

A.M. - Sim. Então se houvesse necessidade de substituição, esta seria por um militar. E se fosse um militar, teria que ser de alto posto, porque também aí era preciso a hierarquia, o Exército não iria aceitar que um homem de menor hierarquia assumisse o comando.

A.C. - Seriam quatro-estrelas.

A.M. - Não se falou em quatro-estrelas, mas chegou-se a uma conclusão: o ministro do Exército, que é o comandante do Exército... se não for quatro-estrelas não comanda quatro-estrelas. É uma coisa natural.

A.C. - Foi uma decorrência lógica.

A.M. - Sim. Não houve uma declaração: "Não pode ser um três-estrelas, ou um duas-estrelas, ou um coronel."

L.H. - Mas essa conclusão estava na cabeça de todo mundo.

A.M. - E é por isso que mais tarde, o Afonso foi... O Rodrigo veio falar comigo para pedir para ele ser promovido, e eu disse... Mas vamos deixar isso para o momento...

A.C. - Começaram a aparecer os problemas, a necessidade de se encurtar a vida da junta. Não foi isso?

A.M. - Estava chegando o 7 de Setembro, e a reunião do alto comando foi mais de tomada de contato, de consciência e unificação de pontos de vista. Esse foi o significado maior dessa reunião do dia 5. Os comandantes voltaram para suas áreas, já com ordem de começar a pensar, porque a qualquer hora seriam chamados. No dia 6 veio a notícia de que os pára-quedistas se recusavam a desfilar no dia 7 de Setembro. Aí, o Lira foi enérgico e deu um aperto no Siseno, que chegou a pedir para não haver parada. O Lira, energicamente, disse: "Absolutamente. A parada de 7 de Setembro é nacional, terá que haver, não há razão nenhuma para suspendê-la. A tropa vai desfilar e quem não desfilar será punido." Foi quando o Grupo de Artilharia, com o Dickson, não desfilou, e eu dei a ordem de meter os pára-quedistas na cadeia.

A.C. - Foi o senhor quem deu a ordem.

A.M. - Fui eu, porque o Lira fazia parte de junta, eu tinha que tomar a decisão. Tomei a decisão e mandei prender os pára-quedistas, inclusive o Dickson, que foi considerado o chefe da...

L.H. - Nesse meio tempo o senhor foi procurado pelo Afonso?

A.M. - Não, isso foi outra coisa. O caso do Afonso é mais adiante. O que eu quero deixar bem claro é que o Carlos Chagas, no mês de setembro, conhecia o ambiente interno do palácio Laranjeiras. O mais, era por ouvir dizer. O Carlos Chagas, como o Portela e o Andreazza, foram alijados imediatamente do problema nacional. Eles não tiveram mais interferência nenhuma, porque não se acreditava neles. Então, o livro do Carlos Chagas é por ouvir dizer. E é por isso que ele se doeu, porque ele começa a publicar essas coisas e eu retruco, também dando a minha resposta. Então, começa a haver a má vontade do Carlos Chagas.

A.C. - Acho que a gente pode entender bem a situação do Carlos Chagas, mas a do Portela eu entendo menos, porque no primeiro momento, em certo sentido, foi ele que preparou a passagem do poder para a junta. Ele protegeu muito o Costa e Silva contra...

A.M. - Ele não tinha outra saída. Pelo regulamento, como chefe da Casa Militar, ele era o secretário do alto comando das forças armadas. Ele fez isso por causa da disciplina. Inclusive, ele não teve voto.

A.C. - Mas ele poderia ter facilitado a vida do Pedro Aleixo naquele momento.

A.M. - Não podia, como?! Se ele tomasse qualquer atitude contrária à posição do alto comando ele teria sido preso, não tenha dúvida. Ele foi disciplinado.

A.C. - Por que ele não comunicou nada a ninguém e foi direto aos ministros militares?

A.M. - Porque ele sentiu a gravidade do momento. O Portela era um militar do Exército e sentia o problema do Exército. Conhecia também os companheiros. Ele sabia que o ambiente não era fácil de dominar, estava ao par das reações contra a família do Costa e Silva. Ele conhecia a carta do Aragão. Ele agiu disciplinadamente. Ele foi afastado, mas não foi expulso. Quando era necessário, era chamado pelo alto comando das forças armadas. No final ele foi novamente o secretário.

A.C. - Mas ele também foi importante na conversa com o Carlos Medeiros, foi o mediador.

A.M. - Mas ele foi encarregado de fazer isso.

A.C. - Recebeu missões militares.

A.M. - Recebeu e cumpriu corretamente. Mas isso foi no período entre a conversa dele com o Carlos Medeiros e o AI-12... Depois disso, até a outra reunião do alto comando, já na escolha do substituto do Costa e Silva, o Portela não teve interferência em coisa nenhuma.

L.H. - Por que ele foi afastado?

A.M. - Porque os ministros militares agiam lá no Laranjeiras. Eles se reuniam e decidiam com o pessoal que eles levaram e alguns elementos do Laranjeiras que eram da sua confiança.

L.H. - Isso é do ponto de vista formal da tomada de decisão. Mas é claro que do ponto de vista informal, nas conversas, nos conselhos... Porque a sensação que eu tenho é que o Portela foi totalmente alijado.

A.M. - Mas o Portela e o Carlos Chagas foram afastados completamente. Ambos não tiveram a menor interferência, apesar de depois aparecerem no problema da forma do mandato-tampão.

L.H. - Compreendo perfeitamente o Carlos Chagas. Ele era secretário de imprensa do presidente Costa e Silva e, como tal, foi afastado. Mas o general Portela era um revolucionário de 64, co-participante daquela situação.

A.M. - Era um revolucionário de 64, mas não havia confiança no Portela.

A.C. - Por quê?

A.M. - Porque não havia.

L.H. - Que razão havia para não se confiar nele?

A.M. - O Portela não era um homem que se destacasse no meio militar pela sua inteligência. Quando o Costa e Silva escolheu o Portela, todo mundo achou que o presidente tinha levado o amigo, não o auxiliar. Então, ao Portela nunca se atribuiu um valor capaz de... Ele cumpria as missões, mas não passava daí.

A.C. - Eu me pergunto também se não é porque, no fundo, o chefe da Casa Militar é uma espécie de secretário-ministro. Na verdade a relação é muito pessoal com o presidente da República.

A.M. - Se fosse um Ernesto Geisel, o caso seria completamente diferente.

L.H. - Quer dizer: não era o cargo, era o Portela.

A.M. - Era o Portela. Não tenha dúvida nenhuma. Se fosse o Ernesto Geisel, ainda no tempo do Castelo, a coisa era completamente diferente. Ele estaria presente a tudo.

Mas o fato é que os ministros militares resolviam por si, em ligação com seus chefes de estado-maior e com seus altos comandos da força respectiva. A área palaciana ficou completamente isolada.

A.C. - Quer dizer: o Laranjeiras para cá e o alto comando para lá.

A.M. - Exato.

A.C. - Outra coisa: os ministros, também, nessa altura, passaram a ser peões de importância muito reduzida nisso tudo, não é?

A.M. - Aparentemente, porque eles não puderam dar assistência direta às forças, e coube aos diferentes chefes de estado-maior orientar. No Exército, havia um entendimento perfeito entre eu e o Lira. Éramos amigos desde 1917, tínhamos trabalhado juntos a vida inteira, feito cursos juntos, tínhamos a maior confiança recíproca. Então, no Exército, eu agia muitas vezes sabendo que o Lira iria concordar. E diariamente nos encontrávamos, pela manhã, no ministério. Depois ele ia para o Laranjeiras e eu ficava no ministério o resto do tempo, tomando as decisões e acompanhando tudo. E o gabinete do Lira se ligava diretamente com o meu. Eu fiquei com dois gabinetes: o do Lira e o meu, do Estado-Maior. Eu trabalhava com os dois órgãos.

A.C. - Mas eu me referia mais aos ministros civis. Desapareceram do processo.

A.M. - Esses desaparecem completamente do processo. A ação passou para a área militar.

L.H. - Mesmo os ministros civis que eram militares, como o Passarinho e o Andreazza?

A.M. - Foram completamente afastados. Completamente.

L.H. - O Andreazza não tinha nenhuma penetração nessa...

A.M. - Os ministros militares assumiram uma posição... O Passarinho ia conversar, mas não tomava parte nas decisões. As decisões ficaram entregues, exclusivamente, à área militar. Foi uma decisão que se tomou e não se poderia ampliar a área de ação. Quanto mais amplo a área, maior seria a desordem. Muita cabeça, muita sentença.

A.C. - Quer dizer: num momento de crise muito grave o poder se restringe.

A.M. - É preciso centralizar. E isso acontece em qualquer fase da vida de qualquer povo. Pegue a história e veja que nessas horas aparece alguém, aparece um Napoleão, cria-se um Consulado, um não-sei-o-quê e no fim volta-se a um homem só. Peguem-se os próprios Estados Unidos: deu-se uma força imensa a Roosevelt, para ele poder enfrentar a guerra. Churchill, na Inglaterra, acaba tendo um poder quase ditatorial. Continuou o Parlamento, mas, na realidade, durante a guerra, Churchill é que governou. E assim é em todo o mundo. Nas horas de crise tem-se que dar a responsabilidade a uma pessoa ou a um grupo. Não se pode ter todo mundo.

A.C. - Eu entendo perfeitamente essa concentração a que o senhor se refere. Mas eu me pergunto se não havia nesse ministério pessoas que poderiam ter colaborado - não digo de maneira tão decisiva - nessas questões mais graves...

A.M. - Cada um de nós tinha contatos. Por exemplo, meus contatos no meio civil me ajudaram muito, depois, quando estudamos as diferentes maneiras de conduzir o problema. Eu continuei a ter contato com os meus velhos amigos. Na área particular, por exemplo, eu tinha muito contato com o Demóstenes Madureira de Pinho, um jurista, um homem que tinha uma visão de uma porção de coisas que eu não conhecia. Então, eu conversava muito com ele. Inclusive, depois eu tive contato com o Danton Jobim, o Raimundo Padilha e outros elementos de que não me recordo. Mas certos elementos que vinham a mim...

A.C. - Magalhães Pinto, por exemplo, apoiou as medidas da junta.

A.M. - Foi, mas eu não tive contato com ele. Se não me engano, ele era ministro do Exterior. Ele foi muito claro.

A.C. - Foi muito claro. Apoiou o AI-5, o AI-12...

A.M. - Apoiou, mas ele não teve interferência direta na solução dos problemas internos do Brasil. Ele ajudou muito nessa parte do exterior.

A.C. - E o Gama e Silva? Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre ele.

A.M. - O Gama e Silva era muito malsinado e exageradamente... Ele tinha e tem os seus defeitos, mas é um homem com capacidade e, principalmente, com boas intenções. O que acontece com o Gama e Silva é que ele era um pouco impulsivo; então, quando ele fazia as coisas, fazia com o cunho pessoal daquela impulsividade. Por exemplo, na primeira idéia de redação do AI-5, a proposta dele era muito violenta! Era mais radical. Daí o Costa e Silva ter abrandado. Porque o Gama e Silva era um homem... Mas era um homem disciplinado, sério e, principalmente, culto.

A.C. - Na ânsia de agradar, ele exagerava, não?

L.H. - Era mais realista que o rei.

A.M. - Não, não era tanto para agradar. Engraçado, eu não tenho essa impressão do Gama e Silva. Eu tive vários contatos com ele e não tive a impressão de que ele quisesse agradar o presidente. Ele queria, dentro de um contexto, ser o melhor, ser... Mas ele jogava um pouco do seu radicalismo.

A.C. - Ele era um radical?

A.M. - Mais do que nós. Havia vários graus. Ele não chegava ao excesso, mas numa escala de zero a dez, sem dúvida ele ficaria nuns 5 ou 6. Mas não acho que ele queria... O Gama e Silva é malsinado. O Lira diz com razão: "Existe uma coisa que se forma em torno dos homens, que eu chamo de aragem. Ninguém define." Em torno do Gama e Silva houve uma aragem de radicalismo que ficou. Acho exagerada, na minha opinião.

A.C. - O senhor, falando em radicalismo, deixa muito claro que em todos esses episódios a junta estava numa posição relativamente moderada, diante do... quadro geral.

A.M. - MUITÍSSIMO! E mais: nas três forças, os auxiliares imediatos também estavam muito moderados. Éramos eu, o Adalberto Nunes e o Adalberto Sampaio. Nós três éramos chefes dos respectivos estados-maiores, trabalhávamos juntos. O Adalberto e o Bebeto Sampaio viviam lá comigo e procurávamos agir sempre em conjunto. E eles estavam absolutamente moderados. Eles me botavam ao par do que acontecia, tanto na Aeronáutica quanto na Marinha. Os dois tinham muito honestidade, eram muito claros. E lá, a posição do Rademaker... O Márcio, por exemplo, dos três ministros militares era o mais radical. O Rademaker era tranqüilo, o Lira o mais tranqüilo de todos e o Márcio o mais radical. De vez em quando, era preciso conversar com o Márcio... [Risos] Ele é sério, mas, pelo seu temperamento, radical.

A.C. - O senhor gostaria de falar mais alguma coisa ligada a esse momento do Elbrick e do 7 de Setembro? Porque agora já se vai preparando a sucessão.

A.M. - Então chegou o 7 de Setembro. O Lira disse ao Siseno: "Agora você vai fazer a parada." E houve a parada. O Lira disse: "A parada de 7 de Setembro é nacional, e nela não entra nenhum problema político. A parada é da natureza do nosso homem, da nacionalidade, não pode deixar de haver. É uma demonstração de apreço à nossa história, aos nossos antepassados, não é possível que não haja." E realmente a parada saiu. Mas, o Dickson e o Grupo de Artilharia dos pára-quedistas não foram. O ambiente estava ainda pesado e continuou mais ou menos pesado até o fim do mês.

Depois do 7 de Setembro, entrou um período de certa...

A.C. - Aí começa a sucessão.

A.M. - Cada um, na sua área, conversava com os seus auxiliares procurando formar uma idéia...

A.C. - Parece que foi o momento em que os vários comandos procuraram criar um consenso.

A.M. - Marcou-se a segunda reunião do alto comando do Exército no dia 15. Aí já se veio com as opiniões sobre como resolver o impasse. Tinha havido a ordem de se trazer a opinião sobre como se seguiria, mas sem se falar em nomes. O problema era forma, apenas. Nada de nomes.

A.C. - Era procurar critérios.

A.M. - Exatamente. Então, deu-se a reunião do dia 15. Cada área tinha trabalhado de acordo com o temperamento do seu chefe e dos auxiliares imediatos. No Estado-Maior, eu ouvi os meus auxiliares, discuti, falei com uma porção de civis, recebi uma porção de sugestões. Eu pedi e todos fizeram mais ou menos a mesma coisa, me trouxeram muitas coisas. No final, sentei em minha casa e dei a forma final do documento que seria a proposta do Estado-Maior. Da mesma maneira procederam os outros.

Isso consta... Aliás, o Carlos Chagas fala mais ou menos nisso. Mas a minha proposta com a minha assinatura consta do meu arquivo. Tenho cópias de toda a documentação.

Sobre a documentação do Estado-Maior, vou me prolongar um pouco, porque foi basicamente adotada, com pequenas alterações.

Primeiro, sentia-se que era preciso esperar. Segundo, no caso de se confirmar a impossibilidade do Costa e Silva continuar na presidência, seja por falecimento, seja por incapacidade, ter-se-ia que fazer uma substituição. Então, a conclusão a que se chegava - e isso está escrito - era de que o substituto deveria ser um militar, dada a situação. E esse militar deveria ser escolhido dentro de cada força, havendo, portanto, três nomes - um de cada força - a serem submetidos ao alto comando das forças armadas para a escolha de um nome, que seria levado ao Congresso. Era preciso abrir o Congresso para fazer a legitimação do escolhido. A legitimidade não deveria ser dada pelo Exército, senão seria...

A.C. - Seria uma ratificação.

A.M. - Não, chama-se legitimidade. Porque a legitimidade se faz pelo voto, pela força, pela meia força.

A.C. - Mas seria uma inovação no processo sucessório, na medida em que, até aquele momento, poderia haver outros nomes no Congresso. Mas nesse caso, não. Seria um nome já escolhido pelo alto comando.

A.M. - Sim. Era uma escolha entre nomes. Aí nem era isso, era um nome só.

A.C. - Exatamente: uma ratificação.

L.H. - A solução da meia força.

A.M. - Era a solução de meia força, à qual era preciso dar um certo consenso e uma legitimidade. Ao mesmo tempo, não se poderia dar uma legitimidade completa, porque o momento era muito...

A.C. - É nessa crise que se inaugura o poder de fato do alto comando das forças armadas. Até então havia uma espécie de consulta. O general Castelo costumava consultar os seus auxiliares. Mas a partir daí as reuniões só eram formais.

A.M. - Não... mas isso foi substituído, por exemplo, pelo Costa e Silva, porque ele não queria. Nem tanto pelo Costa, mas pelos problemas que isso poderia trazer à sua família.

A.C. - Aqui é uma escolha formal do alto comando.

A.M. - Aí os ministros militares e o alto comando resolveram tomar uma atitude clara e dizer: "Fomos nós que escolhemos. E escolhemos dessa forma."

A.C. - Porque o Costa e Silva foi escolhido pelo Congresso. Inclusive trabalhou muito suas alianças políticas no Congresso.

A.M. - E o Castelo também trabalhou. Mas nesse momento não havia Congresso.

L.H. - Rompeu-se de vez com a Constituição.

A.M. - Ah, sim, não havia outra forma. Daí a necessidade dos ministros militares baixarem a Emenda n.º 1, que é uma Constituição...

L.H. - Que é uma nova Constituição, exato.

A.M. - Era preciso dar novamente uma estrutura, uma institucionalização da estrutura político-administrativa brasileira. Aliás, quem fez o grande trabalho foi o Leitão de Abreu, que era cunhado do Lira, jurista, professor. Ele foi chamado para reunir as idéias que estavam sendo discutidas no tempo do Costa e Silva e redigir a Emenda n.º 1, que está em vigor até hoje.

L.H. - E depois, com isso, ele foi para a Casa Civil.

A.M. - Foi com o Médici, de quem, aliás, era amigo.

A.C. - Ninguém pensou em reformar a Constituição, centralizando.

A.M. - Em absoluto. Nunca houve a idéia de ditadura! A ditadura que chamam é um governo centralizado nas mãos dos militares. Mas nunca houve a idéia de uma ditadura. Ditadura houve na idéia dos civis, não dos militares.

A.C. - Quer dizer: ao mesmo tempo não se podia fazer uma Constituição, na medida em que a situação era tão fluida que aquela Constituição talvez não se prestasse a resolver o problema imediato.

A.M. - Não havia como fazer, porque levar uma Constituição à discussão, naquela hora, seria uma loucura. Uma Constituição levaria pelo menos um ano para ser redigida, para ser discutida, artigo por artigo, com as divergências de opinião.

A.C. - O trabalho que tinha sido feito pelo Costa e Silva não inspirava a menor confiança.

A.M. - Não podia ser apoiado. Então, tinha-se que fazer uma nova Constituição. Eu defendo os ministros militares quando eles baixaram a Emenda n.º 1, porque eles tinham que ter uma Constituição

que coonestasse o Brasil daquele momento. Então, a Constituição tinha que ser modificada, mas a que estava sendo elaborada não dava, não teria tempo para os debates mais amplos. O Brasil não agüentaria. Nesse mês de setembro, uma porção de gente veio a mim: "Muricy, pelo amor de Deus, resolvam! Resolvam que o Brasil está parando!" Aí é que vem o negócio do Canavarro.

O Canavarro veio de lá de São Paulo e disse: "Muricy, nós temos que resolver isso, porque o Brasil, as indústrias, o comércio, está tudo parando! Daqui a pouco nós vamos entrar no caos e numa falência! É preciso uma decisão!"

A.C. - Mas eles pediram também um governo estável, porque a junta não era identificada com um governo estável.

A.M. - A junta não queria ficar. Ela era a primeira a querer passar. Os ministros militares estavam loucos para achar uma solução, mas tinha aquela limitação: não podiam ultrapassar o presidente. Mandou-se buscar um médico na França, fez-se um contato permanente com o Ackerman, que era o maior neurologista do Brasil e com o Paulinho Niemeyer, um outro médico. Eles viviam... e nós também: "Qual é a posição?" E eles não davam...

[FINAL DA FITA 54-A]

A.C. - Ninguém poderia definir o processo sucessório antes de saber do impedimento definitivo do presidente da República?

A.M. - Exato. Esse era o ponto. Então nos preparamos para qualquer hipótese: ou a continuação, ou...

L.H. - Quer dizer que, na verdade, durante um certo período, o Brasil viveu na mão de uma junta médica, porque dela dependia a solução do problema.

I.F. - Quando o general Canavarro falou das classes produtoras, os ministérios civis deviam estar completamente sem trabalho, sem poder tomar a menor iniciativa.

A.M. - O Brasil estava inteiramente parado.

I.F. - Os ministros civis não atuavam na parte política, mas também não podiam atuar na parte administrativa.

A.M. - Eles não podiam atuar na parte política, na parte administrativa, em nada. O Brasil parou no mês de setembro de 1969. Mas parou completamente. Foi uma coisa impressionante.

A.C. - A instabilidade era geral; das pessoas, sem saber o que estava acontecendo.

L.H. - A insegurança era absoluta.

A.C. - Havia a insegurança da própria junta, que não sabia quanto tempo ia durar, se o general Costa e Silva morreria, se ele se recuperaria ou não; do Exército, porque, afinal de contas, a turbulência começou a tomar conta...

A.M. - Tomamos conhecimento da turbulência e da fermentação lá embaixo, e procuramos controlar, mas foi preciso mão de ferro.

A.C. - Recusaram-se todas as propostas, todas as tentativas anteriores de entendimento.

A.M. - Há no meu arquivo um documento que apareceu dentro da Escola de Aperfeiçoamento. Chamei o general-de-brigada Valter Menezes Pais, que era o comandante, e disse: "Valter, você vá lá, apure... Não tem contemplação! Eu não admito a menor indisciplina dentro do Exército!" Ele não conseguiu pegar o responsável, mas conseguiu controlar a situação dentro da Escola de Aperfeiçoamento, que era um foco de agitação.

Na Escola de Estado-Maior, o problema também foi controlado. Não sei se o comandante era o Reinaldo ou o Ariel.

A.C. - O Reinaldo estava com o senhor no Estado-Maior.

A.M. - Exato. Então, o comandante da escola era o Ariel Pacca, se não me engano. Esse foi um mês trágico.

L.H. - E quanto a prisões e cassações nesse período? Quando o Carlos Medeiros Silva redigiu o ato para que a junta pudesse assumir, ele criou uma situação que foi chamada de "Santíssima Trindade": na verdade, três pessoas assumiriam, mas quaisquer atos daquele governo só valeriam com a assinatura dos três. E uma das acusações contra a junta, nesse período, foi de que algumas cassações não tinham a assinatura dos três ministros militares, mas de um ministro só. Como é que isso ficou?

A.M. - Isso aí... Esse foi um período tumultuado, em que a estrutura administrativa sofreu falhas. Várias irregularidades, do ponto de vista administrativo, aconteceram. Então há o caso daquele oficial de Marinha, que era um grande ladrão, que alegou que faltou a assinatura... do Costa e Silva, se não me engano... Não tinha sido no tempo do Costa e Silva... Uma coisa eu garanto e já disse aqui: todas as cassações que eu assisti e sobre as quais opinei eram justificadas por um relatório, caso por caso. E os casos não eram apenas políticos. Eram também de corrupção. Eram casos de problemas políticos e também de conduta familiar. Não era possível deixar em posição de destaque indivíduos que tinham uma vida social abaixo da crítica. Coisas pavorosas estão escritas lá no Conselho de Segurança. Um dia isso virá à tona. Então, vai-se ver que A, B e C, que foram anistiados e que hoje são deuses, porque são ex-banidos ou coisa que o valha, foram cassados por um motivo impressionante. Alguns casos são impressionantes. Bom vamos voltar...

A.C. - O senhor estava nos mostrando que o primeiro trabalho foi criar dentro das forças armadas, um consenso sobre os critérios.

A.M. - Sim. No dia depois da reunião do dia 5 de setembro, cada um foi para a sua área para pensar numa fórmula. E no dia 15 cada um trouxe por escrito a sua fórmula. Ampliamos a área de consulta, inclusive para áreas que normalmente não eram propriamente do alto comando, como os comandos da

Amazônia e da Escola Superior de Guerra... lá no EMFA, tudo isso. Cada um apresentou a sua fórmula, com a recomendação de que não deveria haver problemas de nomes. O problema do nome tinha ficado apenas na indicação: deveria ser um militar de posto elevado, para ter força para poder conduzir a revolução num momento em que tudo era muito delicado.

A.C. - Houve também a questão dos três nomes, como o senhor mostrou, e do Congresso legitimado.

A.M. - Essa foi a minha proposta, que depois foi... Aí vieram as outras propostas. E outra coisa: aquele seria um novo período.

A.C. - Alguns queriam um mandato-tampão.

A.M. - Eu e meus oficiais no Estado-Maior discutimos o problema e chegamos à conclusão de que o presidente, mesmo se recuperando, não teria condições de retomar o governo. Então, apareceram as propostas do mandato-tampão...

A.C. - Nesse caso, se o Costa e Silva se recuperasse, ele...

A.M. - No caso dele se recuperar, mas não poder reassumir imediatamente.

A.C. - Neste caso seria tampão.

A.M. - Seria tampão. Por exemplo, ele vai recuperar daqui a 5 meses, haveria um mandato-tampão de seis meses. Outros queriam que o mandato-tampão fosse pelo período total de governo do Costa e Silva, de maneira a já no outro, poder ser... O grupo do Afonso, principalmente, estava querendo mandato-tampão para dar tempo dele ser promovido a quatro-estrelas.

L.H. - Mas o mandato-tampão manteria a situação de insegurança, porque já havia um governo-tampão, um ministério-tampão...

A.C. - E o Portela também estava nisso.

A.M. - Aí apareceu o grupo palaciano, que era: a Iolanda, o Portela, o Carlos Chagas e o Andreazza. Eram os quatro pleiteando um mandato-tampão, para uma finalidade maior: continuar tranqüilamente a gozar das benesses, enquanto pudessem.

L.H. - Eles não tinham a menor dúvida de que o Costa e Silva não poderia reassumir o governo. Ele poderia se recuperar fisicamente, mas não teria condições de assumir o governo.

A.M. - Eles tinham, intimamente. Eles não diziam. Mas há um trecho do livro do Carlos Chagas em que ele declara que nunca esperou que o Costa e Silva... Então, por que o mandato-tampão?

A.C. - Aliás, o que me espanta é que se cogitasse de que o presidente Costa e Silva pudesse reassumir. Mesmo que ele tivesse melhorado, pudesse andar e falar, como é que ele poderia gozar das faculdades mentais necessárias para governar o país?

A.M. - E um país numa hora difícil, porque depois disso a coisa ficou mais difícil ainda.

L.H. - E ele governaria sem vice-presidente, porque nessa altura a situação do Pedro Aleixo já estava completamente detonada.

A.M. - Não tenha dúvida.

A.C. - Um outro ponto da proposta foi ter um vice militar.

A.M. - Não, um vice-presidente escolhido pelo novo presidente.

A.C. - Mas um militar.

A.M. - Aí também, de preferência. Não se cogitou se seria civil ou militar. Um vice-presidente da escolha do presidente.

A.C. - Mas o Pedro Aleixo não foi escolha do Costa e Silva?

A.M. - Foi. Mas a experiência mostrou que o Pedro Aleixo não pôde assumir num momento de crise. O bom senso indicava - como o Médici fez - a escolha de um militar.

L.H. - Também era uma maneira de se romper com os acontecimentos precedentes, porque o Castelo tinha tido o Alkmin e o Costa e Silva o Pedro Aleixo.

A.C. - Era uma forma de se cooptar a classe política.

L.H. - Fazer uma ponte.

A.M. - Sim, não tenham dúvida. O importante nisso é que era preciso manter a estrutura e, principalmente, dar uma forma de legitimidade ao governo. O governo podia ser legitimado de uma porção de formas, mas era preciso que houvesse a eleição. Então, houve propostas de se fazer uma eleição, abrindo-se o Congresso. Havia também a idéia de abrir o Congresso, mas com limitações, só para... Havia de dar-se toda a força ao Congresso. O Congresso não poderia abrir só para a eleição.

A.C. - A proposta do Siseno era de abrir o Congresso, limpando-o antes.

A.M. - As propostas iam até apagar tudo que houve e começar de novo. Há esta proposta, que está escrita na minha documentação. Não sei se o Carlos Chagas fala... O Aragão foi ouvido e ele propôs que se passasse uma esponja e começasse de novo: "a Revolução começa no dia..."

I.F. - Mas em que sentido? Manter tudo fechado?

A.M. - Tudo. A idéia do Aragão era começar de novo.

L.H. - O que está me parecendo muito interessante é esse certo constrangimento dos militares: em algumas horas se romperia a Constituição; em outras, precisava-se do Congresso para eleger o Médici... Há uma certa...

A.M. - Há uma certa contradição, que é muito mais aparente do que real. Eu tenho dito, através de todas essas minhas palestras - e é verdade - que os chefes militares foram sempre os maiores adversários da ditadura. Os chefes militares, durante a história do Brasil, sempre fizeram revoluções e entregaram o poder aos civis. Em 1964, tomaram a decisão de assumir o encargo, mas estavam loucos para institucionalizar, coonestar a situação e resolver o problema político do Brasil de uma maneira democrática. O Castelo procurou ficar durante os dois anos e meio que faltavam ao governo do Jango. Ficou um ano mais a custo de empurrão. E ele deixou uma Constituição que procurou fazer a mais democrática possível. Ele queria entregar o poder a um civil. Mas a situação obrigou-o a entregá-lo ao Costa e Silva. O Costa e Silva quis também entrar na área da democratização. Depois, veio o episódio do AI-5, mas o Costa foi constrangido, ele não queria fazer o AI-5. As circunstâncias o obrigaram. Ele partiu para uma solução enérgica, mas procurou imediatamente fazer uma Constituição mais liberal do que a que o Castelo tinha feito. Não pôde terminar. Nessa hora, os chefes militares também queriam partir para uma situação liberal, queriam abrir o Congresso.

L.H. - Essa descrição é muito interessante, porque o senhor nos mostrou que o Castelo deixou uma Constituição e gostaria de ser substituído por um civil, mas as circunstâncias levaram o Costa e Silva ao poder. Ocorreu da mesma forma com o Costa. Mas quem era o porta-voz dessas circunstâncias que impediam que essas coisas acontecessem?

A.M. - A consciência de cada chefe. Cada um de nós vivia o momento brasileiro com intensidade. Estávamos acompanhando o que estava acontecendo no Brasil. Sentíamos a possibilidade de fazer ou não... E estávamos chegando à conclusão de que isso não era possível.

O Pedro Aleixo tem uma porção de qualidades, mas, eu estou convencido - e naquela ocasião eu disse isso claramente no alto comando das forças armadas - que se ele assumisse o poder o Brasil pegaria fogo rapidamente. Não tinha condições de durar. Então, entre um brasileiro de qualidade e o Brasil, sem dúvida fiquei com o Brasil.

Hoje eu faria a mesma coisa.

A.C. - Há pouco o senhor falou das várias posições. Havia os que queriam abrir expurgando, havia os que não queriam abrir de jeito nenhum, como o general Aragão... Mas ele estava sem comissão. E assim mesmo ele participava das reuniões do alto comando? O fato de ser general de quatro-estrelas dava-lhe esse direito?

A.M. - Precisávamos da opinião de todas as áreas. Indiscutivelmente, o Aragão tinha uma área. Embora estando sem função, ele representava a opinião de um oficial que tinha quatro estrelas e tinha status. Então não cingimos a pesquisa à área dos altos comandos. Estendemos ao EMFA. O Orlando Geisel, que estava no EMFA, opinou. Estendemos à área do próprio comando militar da Amazônia e à da Escola Superior de Guerra. E o próprio Aragão, individualmente, foi solicitado a dar sua opinião.

A.C. - Ele era muito representativo?

A.M. - Realmente, o Aragão tinha uma posição dentro do Exército e não podia deixar de opinar também.

A.C. - E nessa situação, o que ele queria? Qual era a sua proposta?

A.M. - Passar uma esponja e começar de novo.

A.C. - O que é que isso queria dizer nessas circunstâncias?

A.M. - Significava começar a revolução: acabar com a Constituição, acabar com o Congresso, acabar com tudo. Fazer um comando ditatorial e começar...

A.C. - E como é que se escolheria? Todo o problema era escolher.

A.M. - Não me recordo, mas isso está na proposta dele, que está no meu arquivo.

A.C. - E a do Siseno era mais...

A.M. - A proposta do Siseno era mais do mandato-tampão, se não me engano.

L.H. - Há uma idéia de que o Siseno até encarava a possibilidade de um civil. Acho que é o Carlos Chagas que dá uma informação desse gênero.

A.M. - Não me consta que tenha aparecido essa hipótese no alto comando do Exército. No primeiro dia em que se fez a análise, na reunião do alto comando do dia 5, já ficou claro que apenas um militar, naquele momento, poderia tomar as rédeas do governo e levar o país à frente.

A.C. - Fica faltando a posição do Albuquerque Lima. Desde o dia 9 ele estava procurando fazer contato com o Lira.

A.M. - O Albuquerque Lima não estava no alto comando, não tinha status. Então, não foi consultado. O que há é que... Vou interromper um pouco esse assunto e depois eu volto.

No dia 15, houve essa apresentação. O alto comando resolveu duas coisas: fazer uma análise de todas as propostas, para se ter um consenso, e apresentar uma proposta única, para ser submetida à próxima reunião do alto comando. Não foi como o Carlos Chagas diz aí, envenenando, que eu fiz uma porção de coisas. Isso aí vai por conta da má vontade que ele tem comigo. O fato é que fizemos o debate. Levamos o dia inteiro, cada um debatendo a sua proposta. Organizamos então, uma comissão, que foi chamada dos "Três M", composta de mim, do Médici e do Mamede, para redigir uma proposta final, que pudesse aproveitar de todas as propostas, aquilo que fosse mais exequível, mais fácil, para a condução do Brasil em face do problema que tínhamos discutido.

L.H. - O senhor era o chefe do Estado-Maior, o Médici comandava o III Exército. E o Mamede?

A.M. - O Mamede era o chefe do Departamento de Produção e Obras.

L.H. - Essa comissão foi constituída mais pelas pessoas em si do que pelos cargos que ocupavam? Os companheiros escolheram as pessoas?

A.M. - Não... Como relator do alto comando, eu era naturalmente indicado. O Mamede e o Médici foram escolhidos por serem tranqüilos, porque a comissão devia ser de indivíduos sem paixão, para poder analisar as propostas sem radicalizar.

L.H. - Foi uma escolha de companheiros.

A.M. - Sim. Trabalhamos por dois dias e fizemos uma proposta, que era, não uma síntese, mas as idéias que nos pareceram melhores para submetermos ao alto comando no dia 17. De fato, o alto comando concordou. Então, foi feita a análise e acertada a fórmula.

Nessa mesma reunião do dia 15, veio a lume o problema do Albuquerque Lima. O Lira e eu apresentamos as informações que tínhamos de que o Albuquerque Lima estava procurando criar um ambiente que lhe permitisse ser nomeado ou designado sucessor do Costa e Silva. As reuniões se processavam, em parte no gabinete do Albuquerque, em parte no escritório do seu cunhado, José Luís Moura de Souza e, em parte em casa do Albuquerque. O alto comando debateu o problema, achou que não se devia tumultuar a questão, o problema estava sendo conduzido com muita cautela, o Brasil estava parado, era preciso não criar um clima de exaltação, porque depois se teria dificuldades, e eu fui encarregado de conversar com o Afonso.

Telefonei para o Afonso: "Afonso, vá lá em casa hoje de noite, porque eu quero falar com você." Durante o dia, trabalhei no Estado-Maior. E à noite ele foi lá em casa. Ele foi, no automóvel particular, com o coronel Renato, que há pouco tempo foi nomeado prefeito de Caxias, um rapaz muito bom, de quem eu gosto muito. O Renato ficou no carro e o Afonso subiu sozinho. Ficamos na minha sala de visitas. Aí eu disse a ele: "Nós sabemos que há esse movimento que está procurando criar um ambiente para indicar você ou forçar que você seja o sucessor do Costa e Silva." E fui dizendo tudo. E ele: "Mas general Muricy, eu não posso impedir que as pessoas venham à minha casa e que..." Eu disse: "Você está chegando aqui na minha casa. Você encontrou alguém? Aí na rua você encontrou alguém? Por que, heim? Porque eu não deixo qualquer um vir na minha casa. Na minha casa só vem quem eu mando. Quem eu deixo. E lá no Estado-Maior eu não recebo ninguém, a não ser em matéria de serviço. Discuto os problemas políticos no alto comando ou chamo os meus auxiliares para discutir. E falo com os meus chefes militares com que eu preciso falar, pela minha posição. Eu não admito que venham aqui. Você também pode fazer isso. Recebi do alto comando a incumbência de dizer a você que achamos inconveniente que você continue com esse procedimento e esperamos que você se modifique." Aí tivemos uma discussão e, aparentemente, ele concordou. Declarou que ia parar, modificar o *status quo*, e me pediu para entregar uma carta ao Lira na reunião do dia 17. E realmente no dia 17 entreguei a carta ao Lira.

L.H. - Mas que créditos o Afonso achava que tinha para disputar?

A.M. - *Vanitas, vanitates et omnia vanitas*. Vaidade das vaidades e tudo é vaidade: já diz o *Eclesiastes*. Esse é que é o problema.

L.H. - Como é que ele era? O Afonso, como militar...

A.M. - Ele sempre foi um oficial trabalhador, inteligente, radical. Já tinha tomado uma posição clara em 1930, quando, tenente, foi servir no Nordeste e veio com os revolucionários do Nordeste, lá com a coluna do Juarez. Ficou muito ligado ao Juarez. Trabalhador e estudioso, ele foi um bom oficial de engenharia. Na guerra, foi o subcomandante do Machado Lopes no batalhão de engenharia da FEB. Realmente, ele foi a alma, o impulsionador do batalhão de engenharia, que teve uma atuação muito importante. Inclusive, debaixo do bombardeio alemão, o batalhão construiu uma ponte de capital importância para a divisão da FEB. O Afonso já tinha um nome desde 1930. Era muito ligado ao Mamede, ao Rodrigo, ao Juraci. Então, ele tinha uma porção de ligações nesse ambiente. Mais tarde, quando veio a revolução, ele teve parte na conspiração. Não teve uma atuação direta, mas sim indireta na formação do ambiente da Revolução de 1964. Ele tinha comandado o Grupamento de Engenharia, no Nordeste, substituindo o Rodrigo Otávio. O Afonso fez um comando muito bom, mais tarde foi chefiar o DNOCS e depois passou para o ministério...

A.C. - Ele foi do DNOCS no governo Jânio Quadros?

A.M. - Sim.

L.H. - Ele também esteve na Sudene.

A.M. - Ele foi para o Ministério do Interior, substituindo o Cordeiro e levou o Euler para a Sudene. Tudo isso fez dele um nome não só dentro do Exército, como também no meio nacional. Ele era um homem conhecido dentro e fora do Exército.

I.F. - As ligações dele com o Castelo eram da FEB?

A.M. - Eram.

I.F. - Ele foi escolhido pelo Castelo para o ministério? O Cordeiro saiu durante o governo Castelo. E ele foi... Primeiro, foi o João Gonçalves de Souza.

A.C. - Pois é, ele não foi ministro no governo Castelo, e sim no governo Costa e Silva.

A.M. - Não, o João Gonçalves de Souza foi para a Sudene.

I.F. - O João Gonçalves era da Sudene. Quando o Cordeiro deixou o ministério, entregou-o ao João Gonçalves. O João Gonçalves é que passou...

A.M. - Passou para o Afonso. Então é isso. O Afonso foi ministro do Costa e Silva. E, desde que assumiu o ministério, passou a ter o sonho de substituir o Costa e Silva, como outros tiveram: o Andreazza... Lá no ministério ele procurou trabalhar. E surgiu aquela questão da redução dos incentivos ao Nordeste. E ele, que já vinha em choque com o Costa e Silva por causa da sua pretensão de ser o substituto - e este não era o desejo do Costa e Silva -, aproveitou as circunstâncias e pediu demissão. E pediu demissão de uma maneira não muito ética,...

[FINAL DA FITA 54-B]

A.M. - ...deixando o Costa e Silva numa situação difícil. Ele pediu demissão publicamente. É dos tais homens que fazem coisas e, no fim, têm uma segunda intenção. Eu estou convencido de que ele fez tudo isso para se projetar ainda mais como um elemento capaz de ser o sucessor do Costa e Silva. Ele quis angariar simpatia no meio político e no meio militar dos radicais.

A.C. - Entre os candidatos que colocavam como possíveis presidentes da República, certamente, nesse momento, em setembro, ele era o mais político de todos.

A.M. - Eu vou chegar lá, porque o problema do Afonso é muito mais grave. Inclusive, ele foi mentiroso. Ele mentiu, falhou com a palavra. Isso teve conseqüências e impediu a sua promoção a quatro-estrelas.

A.C. - O que nós vimos, nessas conversas anteriores em que o senhor falou longamente sobre o papel e a briga dele com o Delfim etc., foram duas coisas. Primeiro, ele era político. Ele tinha pretensões políticas, de um ministério político, e havia o problema do Nordeste também. Em segundo lugar, ao contrário de muitos outros, ele estava realmente trabalhando os coronéis. Formou duas coisas que definiram o perfil dele.

A.M. - Mas agora é que eu vou entrar nisso! Porque agora é que vai começar a parte de maior agitação. No dia 15, fui encarregado de falar com ele. No dia 17, eu fiz, na reunião do alto comando, a entrega da carta e relatei a conversa que tive com o Afonso, em que ele prometeu ao alto comando fazer cessar a movimentação política, porque não havia razão de estar fazendo proselitismo político, pois não havia eleição.

Ainda no dia 17, a comissão dos "Três M" entregou ao alto comando uma proposta que foi discutida e aprovada: a forma por que se escolheria o substituto do Costa e Silva, no caso dele não poder continuar, seria aquela. Praticamente, é a proposta do Estado-Maior, com algumas alterações. Essa proposta está dentro do meu arquivo.

Nesse momento, decidiu-se que cada um voltasse à sua área e procurasse auscultar os companheiros. Não seria eleição, mas uma forma de consenso, para se ver que nomes poderiam ser indicados ao alto comando das forças armadas, para que ele pudesse analisá-los e levar um ao Congresso. E assim terminou o dia 17 e entramos numa fase em que novamente recrudesciu o problema do Afonso.

Tomei conhecimento de que ele continuava... Aí eu fiquei indignado. Eu estava no meu gabinete quando vieram me dizer: "No gabinete do Afonso estão indo tenente, capitão.." Então a indisciplina ia começar novamente. Eu bati o telefone... Eu cheguei a me levantar para ir lá, porque essas coisas... Quando me sobe o sangue à cabeça eu vou direto. Depois eu disse "Não" e bati o telefone: "Afonso, eu estou sabendo que você está faltando com a sua palavra. Você está continuando a receber..." E ele: "Não, general, não é bem assim, eles têm vindo aqui..." E eu: "Você está faltando com a sua palavra. Você não pode! Você deu a palavra ao alto comando das forças armadas! Não foi a mim! Você não pode faltar com a sua palavra! Fica quieto porque o problema está sendo equacionado, está sendo estudado com honestidade, sem pressa!" _ Aliás, não sei se nessa reunião do dia 17 ou noutra, em que já se ia cogitar dos nomes, o Lira apresentou uma carta a todos os membros do alto comando, pedindo

que o nome dele não fosse cogitado. Não me recordo mais do dia exato. Não sei se foi antes ou depois...

A.C. - Isso foi antes.

A.M. - O fato, é que, nesse momento, o Médici disse: "Da mesma maneira que o senhor ministro tem o direito de pedir que o nome dele não seja cogitado, eu também não desejo que o meu nome seja cogitado. Tenho o mesmo direito do ministro. Ele é tão general de quatro estrelas quanto eu." A mim só me botam no Laranjeiras se me cloroformizarem, anestesiarem como fizeram com o embaixador Elbrick." Mas eu sentia que o nome do Médici era o que tinha melhor aceitação. Então, naquele ambiente pesado, eu disse, brincando: "Olha, Milito, se depender de mim eu o cloroformizo, anestésio e ponho no Laranjeiras. Quero dizer o seguinte: nós temos que aceitar isso como uma missão a cumprir. Eu quero deixar bem claro que aqui ninguém deseja ser o sucessor do Costa e Silva. É uma situação de sacrifício. Então, ninguém deseja. Mas..."

A.C. - Na reunião do comando, foi o senhor que lançou o nome do Médici?

A.M. - Mas não se lançou nome nenhum! Na hora em que o Médici declarou que também não queria que seu nome fosse cogitado, eu disse: "Não, você tem que aceitar a presidência como uma missão. E se depender de mim, eu o amarro, cloroformizo e ponho no..."

A.C. - Isso foi na reunião do alto comando? Então, o senhor foi o primeiro a dizer que apoiava o nome do Médici.

A.M. - Publicamente. Porque naquelas viagens que eu fiz, na segunda delas, já se cogitava da sucessão, procurando-se saber quem é que o Costa e Silva desejaria que fosse o seu substituto. Então falava-se de A, B ou C. Mas tudo indica que o homem que o Costa e Silva desejaria seria o Médici, tanto que quando eu cheguei a Porto Alegre, depois da recepção, eu fui para o gabinete do Médici e lá ficamos nós dois: eu, chefe do Estado-Maior do Exército, e ele, comandante do III Exército. Ele perguntou: "Como é que estão as coisas, Muricy?" Respondi: "As coisas estão assim, a situação brasileira é essa. Mas eu quero dizer que tudo indica que você é o homem da preferência do Costa." Ele disse: "Isso é coisa do Costa, eu não quero isso, absolutamente! Eu não aceito!" E eu: "Bom, o que eu estou dizendo a você é o seguinte: tudo indica que a preferência do Costa é pelo seu nome." Isso já tinha sido meses antes.

L.H. - Nessa reunião do alto comando, quando o Médici aventou até a hipótese do clorofórmio como a única forma de obrigá-lo a ir para o Palácio do Planalto, o senhor declarou que as pessoas não gostariam de ser sucessores... Por quê? Não era normal que os integrantes do alto comando, todos generais de quatro estrelas, quisessem substituir o Costa e Silva?

A.M. - Dirigir o Brasil é missão que a gente recebe. É missão que só um louco, um desvairado, naquele momento, iria disputar de bom grado.

A.C. - Isso quer dizer que o Albuquerque Lima era um louco...

A.M. - Não chega a isso... Ele não tinha o senso de realidade. E tinha, principalmente, uma ambição acima da sua capacidade.

A.C. - E como o senhor reconhece que ele era um homem capaz, isso quer dizer que ele era realmente muito ambicioso...

A.M. - E depois isso vai aparecer mais.

A.C. - É curioso que exatamente o candidato que tinha apoio quase unânime - o Médici - era o que não queria.

A.M. - Ninguém queria. Dos quatro-estrelas, nenhum queria! A presidência é uma dessas coisas que a gente aceita por obrigação, por missão, não aceita por vontade própria!

L.H. - Mas, veja bem, se a gente partir do princípio de que tudo que é bom dá trabalho, então...

A.M. - Não, não, não...

L.H. - A presidência da República...

A.M. - Quando a gente tem que fazer, faz. A gente chega a um momento em que analisa a faz. Eu já contei aqui minha malograda aventura política no Nordeste. Graças a Deus, não fui!

A.C. - O Carlos Chagas diz que o Castelo não apoiava o senhor, mas sim o Nilo Coelho.

A.M. - O Castelo, intimamente, preferia um civil. Principalmente porque, ao mesmo tempo, tinha aparecido a possibilidade das candidaturas do Justino, no Rio Grande do Sul e do Kruel, em São Paulo.

A.C. - Ele viu generalizar...

L.H. - Generalizar em todos os sentidos...

A.M. - E eu compreendo o ponto de vista do Castelo. Ele também não fez pressão em sentido nenhum. Quem fez a pressão contra mim foi o Andreazza, junto ao Costa e Silva.

A.C. - Por causa do Costa Cavalcanti.

A.M. - Exato. Mas isso aí, graças a Deus... Mas esse período foi de muito agitação, a coisa era muito complicada, a situação era muito difícil. Eu já contei aqui e repito. Quando começou o problema de juntar os nomes, discutir os nomes, começou-se, então, a pensar em A, B e C. O meu nome apareceu e eu senti que não poderia unir o Exército. O problema era de união.

L.H. - Eu concordo inteiramente com o senhor. Acho que o momento era de somar, não de dividir. Mas o senhor diz, por exemplo, que o ministro Lira Tavares mostrou ostensivamente o seu desejo de sequer ser cogitado. Teoricamente, o nome mais credenciado seria o dele, posto que era ministro da Guerra, o comandante das forças armadas, tinha todos os créditos e já havia o precedente do Costa e Silva ter

sido o ministro da Guerra e ter ido para a presidência. Eu não sei se é porque... O senhor me desculpe, acho que é porque eu tenho cabeça de paisano, mas fico pensando: meu Deus... a presidência da República não é alguma coisa que as pessoas almejem naturalmente? Não é ser ambicioso... Qualquer cidadão pensa em ser presidente da República!

A.M. - Aí há questão de formação. Nós, militares, ambicionamos atuar dentro da carreira militar, da vida militar. Honestamente, o maior posto da carreira é a chefia do Estado-Maior, porque o cargo de ministro já é um posto político. O EMFA hoje, é também um prolongamento, mas depende de uma porção de outras circunstâncias.

L.H. - Mas veja bem: aí, nesse caso específico, não seria um militar que estaria guindado a um posto político, mas um posto político como o da presidência da República que veio para dentro da corporação militar.

A.M. - Mas acontece o seguinte: nós, militares, tínhamos a figura... Com o Costa e Silva doente, tínhamos um Brasil... Sabíamos que qualquer um que fosse escolhido teria... O Brasil também estava doente. Tínhamos uma porção de problemas a enfrentar, dentro e fora do Exército, principalmente fora. Então, tendo outros que pudessem agüentar essa carga, era melhor que outro agüentasse [riso], desde que fosse capaz e, principalmente, que tivesse possibilidade de unir. O problema da união era fundamental. E, nesse particular, quando surgiu meu nome, eu comecei a fazer campanha contra, porque eu não mais unia.

I.F. - Mas general, não é uma posição um pouco cômoda, também?

A.M. - Não É cômoda, não! Nós tínhamos que aceitar se o nosso nome fosse indicado. Se os meus companheiros indicassem meu nome e ele fosse o escolhido, eu seria obrigado a aceitar a presidência como missão a cumprir em benefício do Brasil. Esse foi o ponto de vista que eu coloquei.

I.F. - Exato. Então por que é que, antes disso, o ministro da Guerra e o comandante do III Exército, já foram dizendo que não aceitariam?

A.M. - Espera aí... Inicialmente, nessa reunião, eu disse: "Meus senhores, eu recebi o documento do ministro. Minha primeira reação foi: 'Não aceito a declaração do ministro. Ele é tão quatro-estrelas quanto eu e os senhores.' Mas depois eu raciocinei que a revolução tem uma característica: ela não tem dono. Então, o Castelo foi eleito e, do Castelo, a presidência passou para o Costa e Silva. Agora passará para outras mãos. No momento está com os ministros militares. O Lira, de qualquer maneira, é hoje um membro da cúpula do Poder Executivo. Então, a indicação do seu nome é como uma continuidade, que é uma característica que a revolução não tem. Por isso, eu aceito que o seu nome não seja indicado. Mas os demais não têm razão nenhuma para não aceitar o cargo. Podem não querer porque eu também não desejo, mas qualquer um que tenha o nome indicado tem que aceitar isso como missão." Esse foi o ponto de vista que eu coloquei nessa reunião. Foi aí que eu disse: "Agora, cada um volte para a sua área e procure sentir quais são os nomes que mais unem, que podem ser indicados para continuar a obra da revolução e, principalmente, manter a tranqüilidade do país. O país, nesse momento, necessita de muita tranqüilidade."

E aí começou uma nova fase na história desse mês de setembro. O Afonso se jogou como candidato e começou a atuar não apenas dentro do Exército, mas na Aeronáutica e na Marinha. Obteve sucesso na Marinha.

L.H. - Na Marinha ele teve um sucesso estrondoso. Por quê? Ele tinha ligações na Marinha?

A.M. - Na Marinha havia aquele almirante que escreveu aquela carta depois e que foi ministro do Castelo, o Dantas Torres, e outros elementos ligados ao Afonso. Realmente, lá ele teve uma aceitação muito grande. Na Aeronáutica, não. O que o Carlos Chagas diz é mentira. A Aeronáutica votou, naquele período, igualzinho ao Exército. Mantive contato quase diário com o Adalberto Nunes e o Bebeto Sampaio. O Bebeto me disse: "Não foi feita a menor pressão em nenhuma área. Como é que a escolha vai ser feita?" Eu disse: "Cada um faça como julgar melhor. O que eu preciso é ter uma opinião das áreas. Quero que cada um traga três nomes."

E eu comecei a ter notícias. Soube que no I Exército queriam o Siseno, que na área do Departamento de Produção e Obras ficavam mais com o meu nome e assim por diante. Começou, então, uma conversa entre os generais. Sempre que vinham conversar comigo - e vieram muitos - eu dizia a mesma coisa: "Na minha opinião, nós temos que escolher um homem que una. E o meu nome não deve ser cogitado, porque não une. Estou em choque com o Afonso; logo, toda a área ligada ao Afonso não tem simpatia por mim. Eu sou ligado ao ministro, que está em choque com o Aragão. Os elementos ligados ao Aragão também estão em choque comigo. Eu continuo ligado ao Aragão, sou parente, companheiro de infância," - e continuo amigo até hoje, - "mas nesse assunto eu estou em choque com a área do Aragão. Então, eu não uno mais. Mas posso dizer, se me perguntarem que o homem que me parece de melhor aceitação, inclusive pelo próprio presidente, é o Médici."

L.H. - O Orlando Geisel não tinha...

A.M. - O Orlando tinha penetração no Exército, mas não estava no exército, estava no EMFA, numa posição tranqüila, assim como o Médici estava numa posição tranqüila, lá no III Exército. Quem está no fogo se queima muito mais depressa.

L.H. - Eu queria conversar um pouco com o senhor sobre a situação no I Exército. No fundo, o governo se transferiu para o Rio de Janeiro.

A.M. - Aliás, o Costa e Silva nunca esteve em Brasília.

L.H. - Principalmente, nesse período as coisas aconteciam aqui com uma velocidade, uma intensidade muito grande.

A.M. - No mês de setembro, as coisas aconteceram numa velocidade muito grande.

L.H. - Isso talvez desse ao Siseno um poder muito grande, porque ele controlava a área do maior Exército do país e onde estava o governo Federal. Não estou pensando no Siseno como possível candidato, mas como uma pessoa que detinha um poder muito grande.

A.M. - Não tenha dúvida. Mas a verdade é que ele nunca procurou ultrapassar o ministro. Nunca. Tive várias discussões com o Siseno, sempre de um ponto de vista elevado, mostrando que o problema era

de união, que era importante manter o Exército unido para ter o país tranqüilo, que o problema do Brasil era encontrar uma solução para o caso... essas coisas que eu venho dizendo aqui.

L.H. - Eu não estou bem lembrada, general, mas aquele caso do Burnier com o Parasar aconteceu nesse período? O Negócio do capitão Sérgio...

A.M. - Não, não sei. Acho que não foi. Isso foi depois. Eu não tenho bem idéia, mas não me recordo de eu ter tomado conhecimento nesse período. Nesse período eu tinha tudo na minha mão, todas as informações chegavam a mim.

L.H. - Como é que estava a área policial nesse período?

A.M. - Eu estava com controle da área policial e dava duro em quem se excedia. Eu dei ordem para haver o máximo de tranqüilidade em todas as áreas e não houve a menor ação contra elementos civis subversivos naquele período. O Brasil parou. Aliás, a verdade é esta: O Brasil parou no mês de setembro de 1969, até na parte política e de contra-revolução. Inclusive, fui procurado pelo Danton Jobim, presidente da ABI. Ele me disse: "General Muricy, eu sou do MDB. Mas os senhores não tenham a menor... procurem encontrar a solução. Nós precisamos de uma solução. Os senhores terão todo o apoio que for necessário. Nós daremos."

L.H. - O Lacerda ainda estava preso nessa época?

A.M. - Não me lembro mais. O Lacerda não aparece no episódio. Fui procurado pelo Padilha que estava fechado conosco, mas ele era um líder dentro da Arena: "Muricy, vocês podem escolher, eu e os meus amigos daremos todo o apoio que for necessário." Mas o mais importante foi o próprio Danton Jobim, que era presidente da ABI. E mais, nessa ocasião, a imprensa também cerrou conosco: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Estado de São Paulo*. Outros, não: *Última Hora* sempre critica. Faço questão de só chamar o Hélio Fernandes de hiena. Por duas vezes, ele mandou dizer que queria falar comigo. Eu mandei dizer que não teria esse desprazer.

Do ponto de vista político, não houve qualquer agitação, fora aquela dentro do Exército, por causa da atitude de liberação dos presos em troca do embaixador. E da atitude tomada pelo Afonso. No mais não houve nenhuma preocupação, a não ser com a continuidade do Brasil na sucessão do Costa e Silva.

Ninguém fez proselitismo. Pelo contrário, cada um em sua área, procurou tirar o seu nome. Mas apareceram alguns. Eu apareci na minha área, de Estado-Maior, e em outras. O Sisenio apareceu na área dele, o Médici na dele. O Malan lá no IV Exército - engraçado - não apareceu. Apareceram outros nomes. E apenas um nome apareceu em todas as áreas, confirmando a minha previsão: O Médici. Nesse período, comecei a receber informações sobre o Afonso e fiquei preocupado com o prosseguimento da operação.

Procurei, através de um contato direto com as diferentes áreas, sentir como é que estava caminhando a busca de informações. Procurei sentir o clima e tive um apanhado de informações. E nesse apanhado, que eu fiz num papel que está nos meus arquivos, verifiquei:

o Afonso não apareceria de jeito nenhum, qualquer que fosse o critério adotado pelas áreas para apresentarem os nomes... Não se combinou a forma como seria a apresentação dos nomes. Os nomes seriam apresentados ao alto comando, que escolheria um nome. O modo por que seria escolhido não tinha ficado assentado, nem nós - e eu particularmente - queríamos que ficasse assentado *a priori*. Esse

foi um cuidado que eu tive. De qualquer maneira, eu não queria dar a impressão de eleição. Essa foi uma preocupação que eu tive desde o começo.

Mas eu fiz esse levantamento, fiz contato em diferentes áreas e cheguei a conclusão de que o Afonso não apareceria. Ele apareceu, mas numa posição que não... Então, não havia problema nenhum, e fiquei tranquilo. E realmente, no dia 29, já tendo dado tempo de as diferentes áreas se manifestarem, houve a reunião do alto comando.

E aqui eu quero fazer um parênteses. Ainda no ano passado, quando se lembrou do aniversário da morte do Costa e Silva, a revista *Veja* trouxe uma entrevista do Afonso. E o Afonso mente. Mais do que mentir ele me ofende. E ofende na consciência de um homem que sempre agiu corretamente. O Afonso declara - esta revista está guardada no meu arquivo - a essa revista que nesse dia houve uma eleição em que o nome dele foi o escolhido...

[FINAL DA FITA 55-A]

A.M. - ... e que eu falsifiquei a eleição e queimei depois os votos para que o nome dele não subisse para o alto comando das Forças Armadas. Eu não quero - ele está morto - dizer mais do que isso: ele era um mentiroso e, mais do que mentiroso, continuava a ser despeitado, e um despeitado da pior espécie, que não tem repugnância em mentir contra um companheiro que sempre agiu corretamente, inclusive com ele. Mas, isso aí desabafado vamos voltar.

L.H. - E uma das coisas que eu sei é que ele teria dito que a divisão das "seções eleitorais" foi feita de propósito para prejudicá-lo.

A.M. - Não. Eu estou contanto a verdade. E não tenho interesse nenhum em modificar isso. Está nas atas do alto comando e os outros membros do alto comando estão aí para corroborar. Não houve fórmula para a escolha em cada área. Não tendo havido fórmula para a escolha, houve áreas em que se fez uma espécie de eleição entre os generais: tantos votos para fulano... Houve áreas em que se fez uma escolha de uma forma qualquer e o responsável pela área apresentou os três nomes numa ordem qualquer. E houve áreas, como a do IV Exército - que era comandada pelo Candal ou o Malan - que eram todas do Afonso. O Nordeste estava inteiramente com o Afonso e botou três nomes - inclusive o do Afonso - sem dar ordem de preferência. Vamos dizer: Médici, Afonso e Orlando Geisel. Eu não apareci no IV Exército.

Então, dentro desse aspecto, eu declarei: "Meus senhores, como é que nós vamos, agora, ver que nomes serão enviados?" Analisou-se a opinião de cada área e chegou-se à conclusão de que só havia uma maneira: os nomes que cada área indicava - os três nomes, independente de ordem e de voto. Porque não era possível: no I Exército havia tantos votos para fulano, tantos para sicrano, tantos para... Já, em outra área, como o IV Exército, os nomes vieram por ordem hierárquica: o mais antigo, que era o Orlando Geisel, depois o Médici e por fim o Afonso. Fez-se um quadro com a apreciação. Primeira área: Estado-Maior do Exército. Os nomes foram 1, 2, 3. Na segunda área: 1, 2, 3. Na terceira área: 1, 2, 3. No final: "Fulano de tal aparece em quantas áreas? E fulano?" Dentro desse critério, que foi o único possível fazer, saiu em primeiro lugar, com maior comparecimento, unindo todas as áreas, o Médici. Depois veio o nome do Orlando, seguido do meu nome.

L.H. - Ou seja: o próximo presidente, o próximo ministro do Exército e o próximo chefe do Estado-Maior.

A.M. - Eu já era chefe do Estado-Maior.

L.H. - Mas, na verdade, o que se configurou foi isso.

A.M. - É. Depois, vinham o Afonso, o Ernesto, que estava no Superior Tribunal Militar, o Sisenó... Esta foi a ordem que a soma das diferentes áreas deu para cada uma. Em vista disso, cada um foi para seu lugar, voltou para sua área e eu disse ao Médici: "Você se prepare para ser chamado de uma hora para outra. Assim que levamos o problema para o alto comando das forças armadas. O seu nome praticamente será escolhido..." E ele: "Não, eu não quero..." Eu disse: Não quero saber, você está cumprindo uma missão. Você se prepare para ser chamado de uma hora pra outra." Cada um voltou para o seu lugar e nós fizemos a primeira reunião...

Quando o Médici chegou a Porto Alegre, ele relatou o resultado para a Sila que ficou desesperada. Chorou, chorou...

L.H. - [Riso] Eu não entendo...

A.M. - É, você não entende... Mas a nossa formação é diferente, é isso mesmo.

L.H. - Chora porque vai ser a primeira-dama do país... Eu não compreendo... [riso]

A.M. - E mais! Quando disseram a ela que ela seria a primeira-dama, ela disse: "Não. Eu vou ser a mulher do presidente."

L.H. - Ela foi uma primeira-dama absolutamente digna.

A.C. - E, até hoje, a Sila é uma criatura formidável, de um equilíbrio, uma tranquilidade... Achei primorosa esta resposta: "Eu não sou a primeira-dama, eu sou a mulher do presidente."

L.H. - Isso é muito interessante, porque explica afirmações de muitas pessoas, inclusive do próprio professor Gudin, quando falou para nós aqui na Fundação, de que uma característica muito grande do governo Médici era uma certa inapetência do próprio Médici no exercício da presidência. Então, o Leitão de Abreu e o Delfim teriam mais ou menos tomado conta.

A.M. - Não, não é verdade. É o sistema de trabalho. O Médici é um homem que acredita na descentralização. Ele toma as decisões realmente importantes. As demais ele deixa com as diferentes áreas e não interfere. É diferente. Mas as grandes decisões, ele tomou sempre. E eu ia de vez em quando com o Orlando lá a Brasília, para despacho, e tive muito contato com ele... Sei disso. Agora, o que é...

L.H. - Há contraste em relação ao presidente Geisel, que centralizava um pouco as decisões, não?

A.M. - Também não é... Houve ilusão. É completamente diferente da realidade.

L.H. - É, mas nós estamos trabalhando sobre essas imagens das pessoas.

A.M. - Ainda noutra dia houve um almoço e eu sentei ao lado do Armando Falcão. Ele está escrevendo uma biografia do Ernesto e me disse: "Muricy, eu estou querendo conversar com você sobre isso..." Estávamos falando sobre o Ernesto e ele disse: "Muricy, quanto mais eu entro na vida do Ernesto, mais eu o admiro. Dizem que ele era um centralizador. Não era! Quando ele tem uma posição, é para valer. Disso não tenha dúvida. Mas ele ouve, discute, aceita." E eu disse: "Eu sei disso! Eu conheço o Ernesto há muito tempo, desde menino."

Mas vamos voltando à escolha. Chegou a notícia da contestação do Afonso, que reagiu com uma carta ao Lira, contra o modo que se fez a escolha... A carta está aí no arquivo.

Essa carta chegou ao conhecimento do Médici, que disse: "Eu não desejo isso." Aí a pressão foi em cima dele. Havia o Orlando, que sempre foi muito amigo e chefe do Médici. De repente, ia ser ministro dele... comandado do Médici. Ele só chamava o Médici de Emílio. Aí há esse episódio, que está mais ou menos bem contado aí no livro do... Não me recordo mais dos pormenores. O fato é que o Médici ficou lá, controlamos o negócio, afinal tivemos uma conversa séria com o Médici e ele esclareceu que aceitaria a função que o alto comando lhe tinha dado. Fez-se, então, a reunião do alto comando das Forças Armadas.

Escolhido o nome, apresentou-se um problema: e o Costa e Silva? Até então os médicos tinham procurado não positivar que o Costa e Silva não tinha condições. Aí, o Lira e os outros ministros fizeram uma pressão sobre os médicos: "Quero uma decisão, uma opinião." E eles acabaram dando uma opinião que não era clara, mas deixava entrever aquilo que os ministros queriam saber: "Se ele reassumir, mesmo tendo-se recuperado, há condições de se repetir o mesmo problema." Então, nesse caso, por que entregar novamente a presidência da República ao Costa e Silva? Mas quem é que ia dizer isso ao Costa? Coube aos ministros militares. Mas os ministros militares já haviam tido um choque com a Iolanda.

L.H. - Como foi isso?

A.M. - A Iolanda, que ficou de fora do problema, não concordava em absoluto com a substituição do Costa e Silva. Ela queria um mandato-tampão até o final. A idéia dela era de que se nomeasse um vice-presidente que assumiria o comando e ficaria na presidência até o fim do mandato. Enquanto isso, ela continuava sendo a mulher do presidente e teria aquele ambiente todo.

L.H. - Houve um problema com a presidência da LBA, não é? Ela também não queria passar a presidência da LBA.

A.M. - Houve uma porção de coisas desagradáveis. Eu só vou contar uma parte. Não vou entrar em tudo.

L.H. - Sua responsabilidade perante a história fica maior, porque o senhor não conta. O senhor sabe e não conta!

A.M. - A Iolanda era também ambiciosa. E gostava do *Society*. O maior prazer dela era aparecer nas revistas, nas capas... E vivia cercada. Ela não queria perder esse status. Queria continuar a ser endeusada. Esta é a verdade. Então, para ela não interessava uma substituição do Costa e Silva. Inclusive, a junta depois teve que fazer um ato para substituir o Costa e Silva, ou nomear o Médici,

reabrir o Congresso e tomar essas atitudes todas, inclusive se responsabilizar pelo tratamento, dando um apoio material ao Costa. Nesse período, a Iolanda, o Andreazza e o Carlos Chagas procuraram fazer uma declaração maluca num jornal. Tomamos conhecimento e o Lira proibiu que isso fosse publicado. Então, o Carlos Chagas "toca o pau em mim, no Lira e em todo mundo porque... "Como é que se vai proibir a publicação de uma declaração da mulher do presidente?" Mas cortou-se. Houve uma porção de problemas. Setembro foi um mês brutal.

L.H. - Como é que o Andreazza...

A.M. - O Andreazza estava ligado à Iolanda e ao Carlos Chagas para essa fórmula, de um vice-presidente, assumindo um mandato-tampão, afim dele continuar também, porque ele sabia que sairia do ministério e ele estava muito satisfeito... Eu acho que o Médici fez mal em mantê-lo. Manteve-o para não lhe tirar a força, porque o Andreazza estava sendo acusado de tudo. Então, porque o Andreazza estava sendo acusado, o Médici, numa decisão elevada, a manteve para dar apoio.

L.H. - Para responder, de uma certa forma, às acusações.

A.M. - Para dar apoio a um homem que estava sendo acusado. Eu não tenho por que confirmar as acusações que faziam contra ele.

L.H. - De que eram as acusações? De corrupção? Ou utilização de recursos?

A.M. - De corrupção. Falava - sem muito na compra do apartamento dele lá em Copacabana e de outras coisas. Não tenho documentos para dizer que sim nem que não. Ele não gostava de mim e eu não gosto dele. Mas eu não chego a acusá-lo porque não sei.

L.H. - Mas o caso do senhor com ele já eram faturas passadas, não era um problema dessa época.

A.C. - Eram coisas do passado.

L.H. - A dona Iolanda teve esse primeiro choque com a junta e agora que a decisão...

A.M. - Então, na hora de ter que dizer ao Costa e Silva, a junta disse para os médicos: "Vocês vão dizer." Mas os médicos disseram: "Não vamos dizer." Aí é que...

L.H. - Nenhum deles queria enfrentar dona Iolanda...

A.M. - ... a junta voltou para a Iolanda e disse: "A família é que deve dizer." Nesse impasse, estava em minha casa na noite de 4 de outubro, quando o Alcio me telefonou: "General Muricy, eu queria falar com o senhor com urgência." Eu disse: "Venha." Quando chegou, ele disse: Os ministros militares pediram para a família avisar ao pai que ele vai ser substituído. Nós estamos numa situação difícil. Nós compreendemos que ele não tem condições de reassumir e eu pessoalmente, como filho, não desejo isso. Eu quero é a saúde do meu pai, quero meu pai vivo. Não quero meu pai mais sacrificado do que está." O Alcio é um menino muito bom! Quero muito bem a ele! E ele continuou: "Eu queria ver se o senhor voltava a falar com os ministros militares para eles falarem." Eu disse: "Mas por que vocês não

podem falar?" Ele respondeu: "General Muricy, nós nunca falamos esses assuntos de presidência com o pai. Então, achamos que só um amigo de farda poderá dizer-lhe alguma coisa que ele possa aceitar."

Então eu bati o telefone para o Lira: "Lira, o Alcio está aqui. Está pedindo para falar novamente com você, o Rademaker e o Márcio para vocês irem lá procurar o Costa e Silva." Ele disse: "Muricy, nós não podemos, já tivemos um choque com a Iolanda. Já fomos lá e ela até foi grosseira conosco. Nós estamos numa situação de quase impossibilidade." Aí eu desliguei e disse ao Alcio o que o Lira havia me falado. E ele: "Mas general, nós temos que encontrar uma solução! O senhor não quer ir? Eu disse: "Vou!" Bati o telefone para o Lira: "Lira, avise ao Rademaker e ao Márcio que eu vou amanhã, às nove horas da manhã, falar com o Costa e Silva." Ele disse: "Está bem, Muricy. Você vai, você conhece o problema. Perfeitamente." Estávamos num sábado.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - ... Nessa noite, pouco depois, chegaram lá em casa o Pais e o Bismarck, dois companheiros firmes. Contei-lhes o que estava acontecendo e eles disseram: "General, nós vamos com o senhor." Então, combinei que no outro dia o Bismarck passaria lá em casa, no carro dele, e íamos os três ao Laranjeiras. Essa foi outra noite que eu não dormi. Eu já não tinha dormido uma outra noite, logo no começo do mês de setembro, quando a coisa estava tão complicada, tão difícil, que eu cheguei em casa e disse para minha mulher: "Meu bem, reze, porque eu não posso errar. Se eu errar, o Brasil pega fogo. E eu não posso deixar o Brasil pegar fogo!" Não me lembro mais por que era. Foi uma dessas coisas que surgem e eu tinha que pensar e agir certo! Nessa noite de 4 para 5 de outubro, eu perguntava: "Quando eu chegar lá amanhã, o que é que vai acontecer? E se o Costa e Silva receber a notícia e tiver alguma coisa? Fui eu o responsável."

L.H. - O senhor tinha visitado o Costa e Silva nesse período?

A.M. - Não, ele não recebia ninguém. Ele só recebia os íntimos. Recebeu uma vez a junta e o pessoal do palácio. Recebia a família e alguns do palácio. Dessa maneira, eu não fui visitá-lo, mas acompanhava seu estado. Eu queria muito bem ao Costa e Silva.

Mas nessa noite, eu me dizia! Se ele morre, o responsável sou eu. Mas alguém tem que fazer isso. O impasse está armado e eu não posso deixar o Brasil parado com essa coisa. E não há uma solução! Eu tinha avisado ao Alcio: "Vou chegar às nove e meia. Você me espere na porta." De fato, quando eu cheguei no Laranjeiras, o Alcio já estava me esperando. O País e o Bismarck saltaram, foram para o andar térreo onde me esperaram, e eu subi.

Quando eu cheguei no primeiro andar a Iolanda já estava me esperando. Eu disse: "Como vai, Iolanda?" E ela: "Vou bem." Eu disse: "Iolanda, você sabe que eu estou aqui para dizer ao Costa que ele vai ser substituído e que quem vai substituí-lo é o Médici." Já estava assentado que seria o Médici. Aí houve uma discussão. Ela "tocou o pau no Lira, no Rademaker, no Márcio, e disse: "Eles é que deviam vir, eles é que são os responsáveis! E eu disse: "Iolanda, eu conheço você desde menina. Tenho toda intimidade, porque eu chamo você de Iolanda e você me chama de Muricy. Se você me disser um desaforo, eu digo outro para você. E no fim eu continuo a chamar você de Iolanda e você a me chamar de Muricy. Então, é diferente! Os outros ministros não têm essa liberdade, essa confiança, essa intimidade com você. Então, eu vim aqui para ajudar." E ela: "Porque o mandato-tampão..." Aí chegou o Riograndino, irmão do Krueel. Ele ficou também na roda e, com muito bom senso, começou a me

ajudar na argumentação contra a Iolanda, até que ela disse: "Mas o mandato-tampão..." Eu disse: "Iolanda, você quer que o Afonso assuma a presidência da República?! Já imaginou o que ele vai fazer com você?! Não tenha dúvida nenhuma!" Ela aí parou. Eu disse: "Vamos tomar uma decisão." Ela concordou e eu disse: "Eu só vou falar com o Costa com uma testemunha: o Alcio. Alcio, você vai comigo. Eu não vou sozinho de jeito nenhum!" "Está bem, general, eu vou também." Eu disse: "Vá então preparar o ambiente." O Alcio foi preparar o quarto do Costa e Silva. O presidente estava sentado numa cadeira de braço, com a mão direita, o lado direito todo paralisado. Não falava, o rosto parado. Os olhos bem vivos, bem conscientes do que se passava.

L.H. - Situação delicada, essa sua...

A.M. - Ah... E no quarto ao lado, o Elcio, médico, ficou ouvindo a conversa. Eu tinha dito ao Elcio: Fique aí de prontidão." O Elcio ficou com tudo pronto. Se fosse necessário, ele chamaria um enfermeiro e entraria imediatamente. Eu disse: "Vai, porque eu não sei o que vai acontecer." Eu fiquei de um lado dele e o Alcio de outro. Eu disse: "Costa, como é que vai você? Você está bem..." E ele ficou me olhando. Eu disse: Vim aqui dar um abraço em você, porque eu não tinha vindo antes..." Ele estava sério, porque já tinha tomado conhecimento pelo rádio da evolução dos fatos. Ele estava lúcido e fazia questão de ouvir o rádio. Então eu fui dizendo: "Olha, Costa, nós estivemos reunidos esse tempo todo, muito preocupados com você. Temos acompanhado seu estado, sabemos o que os médicos dizem. Estou convencido de que você vai ficar bom, vai voltar novamente à vida normal. Andina, minha primeira mulher, que você conheceu, teve um problema de circulação. Teve um coágulo no cérebro, ficou hemiplégica e voltou, de maneira que eu não tenho dúvida nenhuma de que é uma questão de tempo. Leva meses para você se recuperar, mas você se recupera completamente." E ele com os olhos assim... Eu continuei: "Mas uma coisa eu quero dizer a você. Nós estivemos estudando o problema e achamos que a continuidade da presidência da República para você é um ônus pesado que vai influir na tua saúde. E nós queremos preservar você de qualquer coisa no futuro." Aí ele começou a ficar sério. Os olhos dele ficaram fixos nos meus olhos. Eu disse: "Você compreende que essa nossa preocupação vem até o ponto de termos de encontrar uma solução para poupar você. Nós te queremos com saúde, o velho Costa de sempre!" Falei rindo para ele. Senti que a receptividade era grande e que tinha chegado o momento: "Costa, eu quero dizer que os seus amigos pensam muito em você." Na hora em que eu disse isso ele começou a chorar. E aí eu abafei. Eu passei pelo Elcio e disse: "Entra lá." Fiquei com medo. Fui lá para fora, onde a Iolanda estava me esperando com o Riograndino, o Machado e um outro lá.

Eu contei o fato e disse: "Ele recebeu bem. O impacto maior já foi dado, ele já sentiu que a substituição..." Eu tinha dito: "Nós estamos pensando no problema, inclusive em alguém que possa continuar a sua tarefa, dentro de sua orientação, com o mesmo carinho e o mesmo cuidado de sempre. E estamos pensando num homem que é seu amigo." Ele me olhou e eu disse: "Milito." Usei o apelido íntimo! Aí é que os olhos dele brilharam e ele começou a chorar. Diz o Alcio que ele fez um sinal com o polegar. Eu não vi. Eu estava com os olhos grudados nos olhos dele, porque a minha preocupação era de que ele não tivesse coisa nenhuma. Aí foi que ele me pegou e me fez sair.

Eu fiquei lá fora e disse: "Agora, Alcio, você volta e completa a conversa, porque o mais difícil já passou." Ele disse: "Não, general, o senhor tenha paciência. O senhor é que vai acabar. O senhor já fez a parte mais difícil. O senhor é que é amigo dele, ele gosta do senhor, tem uma confiança enorme no senhor." Ao contrário do que diz o Portela... no cretino do livro dele. Ele diz que eu nunca deveria ter ido, porque eu não era amigo do Costa.

Eu disse: "Bom, eu vou ficar! " Ainda fiquei lá conversando fiado, uma coisa e outra, contando à Iolanda e principalmente ao Riograndino, que é um homem de um grande equilíbrio.

[FINAL DA FITA 55-B]

A.C. - ... sobre a reunião do alto comando. Disse que se previa a escolha do nome do Médici, porque ele era o homem que nós sentíamos que o Costa e Silva desejava. Então o Alcio veio e disse: "General, o senhor pode entrar." Aí eu entrei de novo. O Costa e Silva já estava refeito, e eu disse: "Costa, você nem parece o velho companheiro de trincheira de Volta Redonda, em 32, quando estivemos juntos lá! Está fazendo papel feio aí! Você está doente, não pode ir à missa. Mas eu, que estou bom, tenho que ir à missa, de maneira que eu vou sair e vou deixar você. Você vai continuar a ter o mesmo respeito dos seus amigos. Os seus amigos estão interessados..." E eu voltei a dizer a mesma coisa. Ele aí começou a chorar. Eu disse: "Deixa de bobagem, então o velho companheiro, o velho soldado chorando aí, sem coisa nenhuma! Até outro dia." Brincando assim, eu saí. E disse: "Graças a Deus!" Novamente entraram o Alcio, o Elcio e o Riograndino, e eu fiquei do lado de fora até que veio alguém me dizer (acho que o Alcio): "Ele está tranqüilo, já reagiu, deixou de chorar, já está bem disposto." Eu disse: "Bom, agora vou embora, a minha missão está cumprida."

Saí do palácio e fui para a casa aliviado, tirando um Pão de Açúcar de cima de mim.

L.H. - Esta foi a última vez que o senhor o viu? Não o viu mais até a morte?

A.M. - Só o vi depois de morto, porque ele continuou proibido de receber visitas e eu não gosto de insistir muito. Cheguei em casa e imediatamente telefonei para o Lira contando o fato. Disse: "Agora cabe a vocês confirmarem."

L.H. - Então o senhor foi muito mais na qualidade de amigo do que de chefe do Estado-Maior, não é?

A.M. - Ah, eu fui lá como amigo. Aliás, eu disse a ele: "Estão aqui o Muricy e o Costa." Fui como amigo. Então eu disse ao Lira: "Agora vocês já podem ir." Se não me engano, foi só o Rademaker ou... Acho que só foi o Rademaker, em nome dos ministros militares, quase repetir o que eu tinha dito: que estavam todos preocupados e que ia haver a substituição. E aqui há um finzinho ainda para contar...

L.H. - Eu queria fazer uma pergunta.

A.M. - Eu paro aqui, porque o que vem agora pode-se continuar noutro dia.

L.H. - Eu queria fazer uma perguntinha para fechar hoje. Durante esse período todo, nesse mês agitado que foi setembro, figuras do Exército que não estavam propriamente na ativa foram consultadas? Gente como o Denis, o Cordeiro, o Dutra?

A.M. - Vários companheiros me procuraram. O Cordeiro foi uma vez ou duas. O Ademar de Queiroz foi lá falar comigo várias vezes. Inclusive, soube quando houve a reunião dos "Três M", para discutir os critérios. Então eu estive explicando qual era a idéia. O Ademar foi várias vezes e não foi mais

ninguém. Eu me fechava, não recebia, porque se eu fosse receber todo mundo, eu iria me perder, iria fazer o que o Afonso fez. Então eu me cingia a um mínimo indispensável.

O Orlando, que era do EMFA, vivia constantemente conosco. O Bebeto Sampaio e o Adalberto Nunes também estavam lá discutindo. Na Marinha e na Aeronáutica, eles deviam fazer a mesma coisa que nós. Eles disseram: "O que vocês no Exército fizerem, nós aceitamos. A única coisa que queremos é saber." Então, nós informávamos, periodicamente, tudo o que estava acontecendo. E numa ocasião... Vou deixar para depois.

L.H. - O general Golberi estava completamente afastado?

A.M. - Completamente. Ele e o Ernesto estavam em Brasília. O Golberi no Tribunal de Contas e o Ernesto no Superior Tribunal Militar.

22ª Entrevista: 20.05.81

L.H. - General, vamos prosseguir retomando a situação da escolha do general Médici e da substituição do general Costa e Silva.

A.M. - Antes de prosseguir, eu quero voltar a falar da minha ida ao palácio Laranjeiras, para falar com o presidente que ele seria substituído.

A ordem cronológica não ficou bem clara. Eu estive procurando recordar, em casa, e realmente, na primeira vez que fui ao quarto do Costa e Silva fui preparando o ambiente. E quando me preparava para informar sobre a decisão da escolha do Médici, o Costa começou a chorar. Eu parei e fiquei com receio. Ele me pegou pela mão e me fez sair. Chamamos o dr. Élcio e houve o episódio que eu relatei. Depois, eu disse ao Élcio: "Você agora completa." E ele: "Não, o senhor é que tem que ir." Voltei de novo. Nessa segunda vez é que eu retornei e falei no Médici, dizendo que o homem que iríamos escolher seria o Médici e aplicando o apelido familiar que era Milito. E ele começou a chorar. Eu terminei dizendo: "Mas o que é isso? Um velho soldado, companheiro velho de luta, chorando... E agora não tem mais nada, você vai ficar... eu tenho que ir à missa, você está dispensado, você está doente..." Falei brincando. Eu não vi, mas o Élcio diz que na hora que eu falei em Milito ele botou a mão esquerda... O mais não tem alteração.

A.C. - Quer dizer que o Élcio percebeu que ele tinha aprovado.

A.M. - Percebeu a satisfação. O que eu vi foi o brilho de satisfação nos olhos dele. Disso não tenho dúvida.

A.C. - Quer dizer que não há dúvida de que o general Costa e Silva recuperou a sua capacidade de compreensão? Ouvia rádio e tudo mais?

A.M. - Ele estava lúcido. Ele ouvia rádio, acompanhava as corridas de cavalo, que ele gostava muito. Inclusive, eu estou me lembrando que nesse domingo ele estava preparando o joguinho dele. Então, nesse intervalo em que estive fora, fizeram questão de desviar a atenção dele para outra coisa e fizeram ele fazer o jogo que ele queria, os palpites etc.

Terminado isso, como eu disse, eu voltei para casa, falei com o Lira, que falou com o Rademaker, que foi ao palácio e explicou que haveria a reunião do alto comando das forças armadas. O Costa aceitou muito bem e marcou-se a reunião para o dia 6, dois dias depois, de manhã.

Devia ser, como foi, no Ministério da Marinha. Nessa reunião formal ia-se fazer a escolha do nome pelas três forças. Nessa hora eu chamei o Márcio e disse: "Márcio, eu quero um avião pronto para decolar e buscar o Médici em Porto Alegre." O Márcio ficou indeciso e eu disse: "Tem que preparar já." Ao mesmo tempo, pela fonia ou rádio eu passei um telex para o Médici, dizendo que ele ficasse em condições de embarcar à primeira ordem. E fomos para a reunião, como sempre, na cabeceira ficou o Rademaker, depois os ministros militares, os chefes de Estado-Maior, do EMFA... Aliás, o Orlando ficou na cabeceira oposta e eu fiquei no cantinho, porque eu era o mais moderno. Aí o Rademaker deu a palavra ao Exército. Eu fiz, então, o relato da posição.

Declarei que no Exército tinha sido feito o exame e que havia três nomes que, pelo consenso, estavam indicados. Depois o Sampaio falou pela Aeronáutica. Aliás, ele já tinha ido me procurar, dizendo que a votação da Aeronáutica era exatamente a mesma do Exército. Não havia nenhuma discrepância. Depois, então, falou o Adalberto, dizendo que na Marinha tinha havido... modificação, que os nomes apresentados... eram o do Médici, do Afonso, e o do Rademaker.

A.C. - Quer dizer que havia um consenso de que seria o Exército que ocuparia a presidência.

A.M. - Isso é como dizem os franceses: "*ça va sans dire*".

A.C. - Por que?

A.M. - Porque na situação grave em que estava o Brasil, o Exército, sendo a força maior e a mais agitada, - pois tinha havido todos aqueles episódios - era naturalmente o indicado para dar um chefe capaz de polarizar. Se o presidente fosse da Marinha ou da Aeronáutica, haveria restrições dentro da área militar do Exército. E um chefe militar do Exército, naquela ocasião, era o elemento que realmente poderia polarizar, aglutinar, dar maior tranquilidade ao Brasil. O problema era dar tranquilidade, fazer o Brasil sair daquele impasse e entrar numa fase de equilíbrio sem choques.

L.H. - O que, aliás, era de certa forma o prosseguimento de uma tradição, porque o Exército sempre teve a liderança dentro das forças armadas.

A.C. - Eu não digo liderança. O que acontece é que a liderança do Exército é maior. É a tal coisa do filho mais velho e do filho mais moço. Geralmente é ao filho mais velho que se dão as maiores responsabilidades. E, dentro do território brasileiro, o Exército realmente tem acesso a todos os cantos. A mesmo tempo, o tamanho do Exército, em relação às outras forças, fazia com que a tendência natural fosse aquela. A Aeronáutica apresentou a votação exatamente igual à do Exército e a Marinha então veio...

Nessa hora, houve, naturalmente, os comentários. Estava presente o Portela, que era o relator da reunião. Falou-se novamente na atuação do Afonso junto aos oficiais da Marinha, criando problemas para o Rademaker. O Rademaker estava muito aborrecido com o Afonso. Tinha havido um aliciamento dentro da Marinha, estava havendo aquele caso com o Dantas Torres e uma porção de problemas. Depois do Exército, a Marinha é que ficou mais traumatizada no problema e criou mais... Na Aeronáutica não houve nada. Pelo menos nada que transbordasse.

Dentre os nomes apresentados, o Rademaker foi perguntando a cada um em quem votava. Por unanimidade, o alto comando das forças armadas escolheu o do Médici. Assim que foi feita a escolha, eu não esperei mais nada. Eu me levantei, fui para o telefone, liguei para a base e disse: "Passem um rádio para o general Médici, dizendo para embarcar", e transmiti a ordem da Aeronáutica para o avião decolar imediatamente e às duas horas da tarde sair de Porto Alegre. E disse ao Médici que às duas horas ele deveria sair de lá.

Interrompeu-se a reunião e marcou-se a continuação para depois das cinco horas da tarde. Naturalmente, na área militar do Exército todo mundo queria saber quem foi o escolhido. Fomos lá para o ministério, contar para os companheiros. O nome do Médici sacramentado, todo mundo ficou satisfeito. Eu sentia que havia possibilidade de equilíbrio, era um homem a quem todo mundo queria muito bem.

De tarde, fui esperar o Médici no Galeão. O Médici veio com o Figueiredo, que era coronel, e com o Léo Etchegoeyn, que, se não me engano era assistente dele. Fomos para a casa oficial do ministro, que era ali no Galeão. Lá, eu botei o Médici a par da discussão e ele disse: "Pois é, vocês me puseram nessa situação. Mas de uma coisa vocês estejam certos: eu quero o maior apoio de todos vocês." Eu disse: "Mas você tem, Médici! Você receberá e isso vai ser dito hoje de noite." Aliás, estou me lembrando de que a reunião ficou marcada para às oito horas da noite. Ele disse: "Vocês me entregam um abacaxi, agora têm que me ajudar a descascar." Eu disse: "Não tenha dúvida." Se não me engano, ele ficou hospedado na própria casa do comandante. Eu saí e avisei ao Lira que o Médici tinha chegado.

À noite, começou a segunda reunião. Nós fomos um pouco antes para o Ministério da Marinha e dali a pouco chegou o Médici. Quando fui falar com ele, ele disse: "Muricy, eu fui lá ver o chefe." E me contou esse episódio, que é realmente admirável. Disse que ele tinha vindo de Porto Alegre com a decisão de só aceitar o cargo se o Costa e Silva estivesse de acordo. Então, ele foi ao Laranjeiras. Chegou lá, o Costa e Silva o esperava. Ele entrou e disse: "Como vai, chefe?" E o Costa e Silva... Ele começou conversar e disse: "Chefe, eu quero saber se o senhor está de acordo com que eu continue a sua tarefa." Aí o Costa e Silva agarrou a mão do Médici, chorou e fez sinal de que sim. Então, os dois choraram juntos, enquanto o Costa e Silva procurava abraçar o Médici. Os que viram a cena disseram que foi absolutamente comovente. O Costa e Silva deu uma demonstração de satisfação. O Médici me disse: "Muricy, agora eu vou assumir. Agora eu tenho certeza de que o Costa concorda com o meu nome e está satisfeito."

Fomos para a reunião. O Rademaker expôs ao Médici o que tinha havido na primeira parte, quando ele tinha sido escolhido. O Médici, então, em linhas gerais, relatou a ida dele ao Laranjeiras. Disse que aceitava a incumbência, mas queria o apoio integral de todos os que ali estavam, porque todos nós éramos partícipes na escolha. Éramos, portanto, responsáveis, junto com ele, pela sua designação. E todos nós demos apoio.

Aí veio a segunda parte, que era para a análise do problema do vice-presidente. Feita a pergunta de quem ele indicava, todo mundo em suspense, ele disse: "Ministro Rademaker: é quem eu escolho." O Rademaker disse: "Mas como?" E ele: Não, eu aceitei, você não pode recusar." E assim o Rademaker foi indicado vice-presidente.

Terminado a reunião, lavrou-se a ata e imediatamente redigiu-se uma comunicação ao país.

A.C. - Era uma forma de também ser generoso com a Marinha.

A.M. - Exato. Também era uma forma de fazer um equilíbrio, do poder não ficar apenas no Exército. Acabada essa fase, fez-se a proclamação e desencadearam-se os atos. A junta fez um ato reabrindo o Congresso e marcando a eleição para o dia 15, se não me engano. Lembro que foi em meados do mês.

Então, começou a efervescência. Aí o Médici pediu a nós e a alguns elementos que sugeríssemos nomes. E cada um de nós ficou com a incumbência de, dentro dos seus conhecimentos, apresentar sugestões. E assim fizemos. O Médici escolheu o seu ministério dentro das sugestões que ele não pediu só a nós, mas também a outras pessoas, inclusive a civis. Depois foi feita uma comissão, se não me engano concatenada - não digamos dirigida - pelo Antônio Jorge Correia, que era muito amigo do Médici, pelo Léo Etchegoyen, pelo Figueiredo... Do Figueiredo não estou bem certo, mas do Léo eu me lembro bem. Eles se reuniram, fizeram uma espécie de seleção e levaram a proposta. Assim...

A.C. - O Léo coordenou esses nomes?

A.M. - O Léo não. Quem em parte coordenou foi o Antônio Jorge Correia. Mas não foi só ele. Médici pediu sugestões a uma porção de elementos.

L.H. - O senhor, por exemplo, que nome sugeriu?

A.M. - O meu arquivo tem lá esses nomes. Eu sugeri vários, não me recordo mais. Eu me recordo de que, entre os nomes que eu indiquei, está o do secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, o professor Arnaldo Barbalho, lá de Pernambuco, um grande... Outro que eu sugeri... Não me recordo mais. Com franqueza...

L.H. - Porque os nomes que dependem da nomeação direta do presidente são muitos e o tempo que ele tinha para tomar posse era muito curto.

A.M. - Sim, então ele pediu sugestões. Nomes... Havia áreas em branco, áreas com três, quatro nomes na minha... Cada um ajudando um pouquinho, no fim ficou uma massa regular para ele escolher.

A.C. - Alguns dizem que o governo Médici foi de unidade, que conseguiu reunir os costistas e os castelistas. Mas, aparentemente é mais costista do que castelista.

A.M. - Ele tinha... Basta dizer o seguinte: como ministro da Guerra ele levou o Orlando.

A.C. - Que era uma ponte com o castíssimo.

A.M. - ... que era irmão do Ernesto, que era um elemento firme ligado ao...

A.C. - E quem mais do castíssimo? Entre os costistas havia: Andreazza, Costa Cavalcanti...

A.M. - Bom, mas não precisa mais! Ele levou o Figueiredo para a Casa Militar. O Figueiredo era ligado ao Ernesto, ao Golberi e ao grupo castelista. No tempo do Castelo, ele era o chefe da agência do SNI no Rio de Janeiro. Outro elemento...

A.C. - A quem era ligado, o Leitão de Abreu?

A.M. - O Leitão de Abreu era cunhado do Lira, conhecido dele lá de Porto Alegre. Era um professor respeitado.

A.C. - Não era ligado ao Castelo?

A.M. - Era muito amigo do Mem de Sá, que foi da extinta UDN. O Médici não teve a preocupação de... Ele procurou escolher os melhores.

A.C. - Para onde foi o Ernesto?

A.M. - Continuou no tribunal. Depois o Médici colocou-o na Petrobrás. E o Ministério do Exército ficou com o Orlando.

Mas, ele manteve o Andreazza. Isso foi uma surpresa para nós, porque contra o Andreazza havia muitas acusações e ele não era benquisto. Mas o Médici não queria jogar na rua da amargura um homem contra quem não havia provas, embora as acusações fossem grandes. Então, na hora do "ao cão danado todos a ele", ele segurou, manteve o Andreazza.

A.C. - O Passarinho e o Costa Cavalcanti foram recrutamentos da área costista.

A.M. - Costista, mas não muito. O Costa Cavalcanti era um homem muito chegado a mim, por exemplo. Ele tinha sido meu aluno na Escola de Estado-Maior... meu aluno não, aluno no tempo em que eu era instrutor. Tínhamos servido juntos em Washington e tínhamos relações de família.

A.C. - Mesmo depois daquela questão de Pernambuco?

A.M. - Mesmo depois continuei amigo dele, nunca tive... Conheci todos os filhos dele, lá em Pernambuco. Tínhamos a melhor relação.

A.C. - Como é que o senhor tinha tanto problema com o Andreazza e não com o Costa Cavalcanti?

A.M. - O Andreazza foi falso comigo. O Costa Cavalcanti não, dizia as coisas claramente. Eu nunca briguei com quem foi leal. Eu fico bravo é com a falsidade. O Andreazza foi falso.

L.H. - O Costa Cavalcanti não se agastou com o governo, mesmo com o problema do irmão dele?

A.M. - Ficou um pouco agastado. Mas compreendeu o problema porque o Chico Boaventura tinha qualidades, mas era dos tais que queriam mais do que podiam. Ele sonhou alto demais. Ele atingiu o nível de competência na área e pensou que não tinha atingido. Então, criou problemas.

L.H. - Acabou atingindo o nível de incompetência...

A.M. - Isso acontece com muita gente.

L.H. - Num governo de tentativa de normalização democrática, porque se abriu o Congresso, o Ministério da Justiça tem uma função bastante importante. O senhor sabe de quem partiu a indicação do professor Alfredo Buzaid?

A.M. - Não sei. Eu, por exemplo, não conhecia o Buzaid. Não sei de onde partiu a sua indicação. Ele era professor de direito constitucional lá de São Paulo. Tinha um nome... era uma das maiores bancas

de advocacia de São Paulo. Não sei nem se foi por causa disso. Não sei de quem partiu a indicação do Buzaid. Não foi da minha área, porque eu não o conhecia.

A.C. - Passarinho?

A.M. - Passarinho tinha se destacado desde os tempos de aluno, foi primeiro aluno da turma na Escola de Estado Maior, havia tido posições muito nítidas com o problema do Lott, do 11 de Novembro, era um homem que merecia a confiança de gregos e troianos, sempre teve muito equilíbrio. Ele foi para o Ministério da Educação, uma área muito delicada, e agiu muito bem.

Nessa ocasião eu tinha um concunhado que foi nomeado reitor da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele tece os maiores elogios à gestão Passarinho. Ele soube se cercar de elementos muito bons, que o assessoraram bem e o reflexo - pelo menos que eu conheço, através de alguns professores - é o melhor possível.

A.C. - Tanto o Passarinho quanto o Costa Cavalcanti seriam militares com transito livre...

A.M. - Não, não. Aí foi...

[FINAL DA FITA 56-A]

A.M. - ... porque se acreditava tanto em um quanto em outro.

A.C. - Os dois tinham vocação política.

A.M. - Os dois tinha vocação política. Com o problema do Costa Cavalcanti, nunca houve o menor estremecimento. Ainda agora, há pouco tempo, eu o encontrei. Ele vive me convidando para ir ver Itaipu. Eu não fui ainda e ele diz: "Você vai acabar perdendo a oportunidade." Ele faz questão que vá lá. Eu tenho o melhor relacionamento com o Costa Cavalcanti, nunca deixei de ter. É o que eu digo: eu nunca briguei com quem tivesse pontos opostos aos meus, desde que a ação fosse leal.

A.C. - E o Costa Cavalcanti, nesta crise de setembro? Ele esteve tranqüilo ou teve alguma participação?

A.M. - Nessa crise da doença do Costa e Silva, os que não foram chefes militares...

A.C. - Mas o Andreazza apareceu.

A.M. - Porque estava junto ao palácio, estava ligado à Iolanda e ao Portela. O Costa Cavalcanti ficou numa atitude muito discreta. Naturalmente, ele procurava saber o que estava acontecendo. Lá no Ministério eu recebia um ou outro, alguns iam lá me expor seu ponto de vista. Quando houve a reunião dos "Três M", por exemplo, o Ademar de Queiroz tomou conhecimento e foi para lá para discutir comigo a proposta. Outros iam lá me perguntar: "Como é que está isso? E isso? Por quê?" Eu debati com muita gente que ia lá se informar. O Orlando, por exemplo, que estava no Estado-Maior das

Forças Armadas, passou aqueles dois dias praticamente dentro do Estado-Maior do Exército para conversar comigo, acompanhar os acontecimentos.

A.C. - É curioso: nessa situação, o Estado-Maior do Exército teve um desempenho muito mais dinâmico do que Estado-Maior das Forças Armadas.

A.M. - Por uma razão muito simples: Estado-Maior do Exército, nessa ocasião, polarizava o Exército, porque o Lira entregou ao chefe do Estado-Maior do Exército o grande peso da condução.

A.C. - O senhor praticamente acumulou as funções de ministro...

A.M. - Em parte, porque o ministro acumulou também, em parte, as funções da presidência. Então, o Lira não podia dar tudo para o Ministério. O pessoal do gabinete, como eu disse, tinha relação comigo e eu despachava com todo o Exército. Eu tomei decisões pelo ministro e depois comunicava ao Lira, porque diariamente nós estávamos em contato. Foi um período de tensão muito grande. Depois o Lira teve que se voltar, por exemplo, para o problema da Constituição. Aquela Constituição que estava sendo preparada pelo Pedro Aleixo não merecia fé. Então o Lira pediu ao cunhado dele, o Leitão de Abreu, que era um professor, que estudasse o problema.

A.C. - Essa Constituição, comparada com a que o Castelo deixou era um retrocesso?

A.M. - A Constituição do Castelo não tinha AI-5 nem força central da Emenda nº. 1. A Emenda nº. 1 incorporou uma crise que o Castelo não viveu, que foi a crise de 68. É preciso entender isso.

A.C. - Mas esse emenda se justapôs à Constituição do Castelo?

A.M. - Tomou-se como base a Constituição do Castelo, mas deu-se muito mais força ao governo central.

I.F. - E o Pedro Aleixo pretendia esvaziar o governo central?

A.M. - A idéia do Pedro Aleixo, como de todos os liberais, era dar mais força ao Congresso do que ao governo central, o que é uma utopia em matéria de possibilidade. Em período de crise nenhum país deixa de ser centralizado. O que fez De Gaulle, na França? De Gaulle pegou a Constituição francesa e disse: "Sou eu." E foi ditador. De Gaulle, quando foi chamado lá em *Colombey-les-Deux-Eglises* voltou para ser um ditador. Não deu o nome de ditadura, mas ele tinha força, ele fez o que quis no governo francês.

A.C. - Centralizou o poder.

A.M. - Tinha que centralizar. Num momento de crise, se o poder não for centralizado é o caos. É só ver a história! Estão aí três professoras de história, não preciso dizer mais nada. Onde é que não houve centralização do poder?

A.C. - Eu queria conversar um pouco sobre um aspecto dessa questão que eu considero paradoxal. O relato do Carlos Chagas, curiosamente, cola muito com o seu relato. Por um lado, há um absoluto

consenso quanto ao nome do general Médici. Por outro, há uma contestação enorme no que se refere aos critérios de decisão, ou às possíveis áreas de decisão, de escolha desse nome. Eu queria conversar sobre isso.

A.M. - O modo de escolher foi decidido na reunião do alto comando do dia 5 e no dia 14, ou coisa que o valha, levaram-se as propostas. Nesse período nós estivemos discutindo como estabelecer a forma. A escolha seria por votação? Qual seria o colégio eleitoral? Já tinha havido o exemplo daquele dia 30, em que houve aquela reação dentro do Exército. Naturalmente, nas outras forças também cada um podia achar que devia dar palpite.

O Alto comando poderia decidir sem consultar? Mas aí eram chefes militares e se queríamos unir, tínhamos que ouvi-los, embora todos nós tivéssemos a impressão de que havia os que uniam mais e os que uniam menos.

O Afonso disse que deveria ser feita uma eleição. Nas áreas, não houve eleição. Pelo contrário, o que houve foi liberdade de cada um auscultar as suas áreas para sentir quais eram os nomes que mais uniam.

A.C. - O que ele diz é que no I Exército teria havido consulta até o nível de tenente.

A.M. - Cada um fez a consulta de uma maneira diferente e depois cada área apresentou os resultados de maneira diferente. Eu já disse, na outra vez, que houve áreas que apresentaram: tantos votos, tantos votos. Houve áreas que disseram: em primeiro lugar fulano, em segundo lugar beltrano, em terceiro lugar sicrano. Houve áreas, como no IV Exército, que eu me lembro bem, onde se apresentou o resultado por ordem hierárquica.

A.C. - Mas o senhor disse que era por antigüidade.

A.M. - Quando se diz antigüidade, é hierarquia. No Exército, antigüidade é posto. O mais antigo era o Orlando, depois vinha o Médici e depois o Afonso. No IV Exército... não, no IV Exército saiu...

A.C. - O IV Exército é o quê?

A.M. - Nordeste. Foi o...

A.C. - Médici, Albuquerque...

A.M. - Albuquerque...

A.C. - Em primeiro lugar?

A.M. - Não, por ordem hierárquica foi o último nome. Então eu me baseei nisso para que, como não havia possibilidade de haver uniformidade propor: "Cada um apresenta três nomes sem dizer quem é o primeiro, o segundo e o terceiro. Três nomes. Nas diferentes áreas é que se faz o cálculo. Soma-se: Médici aparece na primeira, na segunda, na terceira e na quarta área, então tem quatro votos no alto comando." No alto comando houve votação. Nas áreas não se aceitou votação. Houve áreas em que o comandante achou que deveria ouvir os subordinados e ouviu. E houve áreas em que os comandantes ficaram no nível dos generais e pararam. Houve áreas em que... Cada um fez como quis.

A.C. - O que os seguidores do Albuquerque Lima alegavam é que nas áreas em que as bases foram consultadas ele era o mais forte e que, então, se teria que fazer uma eleição geral no Exército.

A.M. - Isso é mentira, é interesse de criar... Ele procurou dividir o Exército. Ele procurou dividir a revolução por uma questão de ambição pessoal. Então, ele trabalhou nos pequenos escalões. Foi isso que me fez telefonar para ele um dia e dizer: "Afonsinho, você não está cumprindo a sua palavra." Foi quando eu rompi com ele.

A.C. - Realmente a proposta é meio difícil de se entender. Como é que se iria fazer uma eleição no Exército inteiro? E o quê nós, paisanos, iríamos dizer disso? A coisa ficaria muito difícil!

A.M. - E outra coisa. Qual seria o colégio eleitoral? Pararia no general, no coronel? Mas na área tal só havia um... E havia o problema de áreas, também. O Exército tinha as áreas dos oficiais de quatro estrelas. Mas achamos que a coisa devia se estender a todos os generais graduados... Havia uma área: Escola Superior de Guerra, onde havia uma porção de generais fazendo curso. Era preciso ouvir também esses generais. Então, botou-se a Escola Superior de Guerra.

A.C. - Pela argumentação dele, esses votos da ESG deveriam ser computados dentro dos três nomes que o EMFA indicaria. O EMFA inclui a ESG.

A.M. - Ele estava interessado no problema pessoal dele e não no problema largo de liberdade de escolha.

A.C. - Porque cada seção conta um voto, não é?

A.M. - Depois, cada área... Houve uma exceção com o Aragão, que não estava em lugar nenhum, mas naquele caso perguntou-se a ele também. Da mesma maneira que ele opinou sobre as diferentes formas de solução do problema, ele também falou os nomes que indicava.

A.C. - E aí o Albuquerque Lima pergunta por que o comando da Amazônia não teve autonomia como seção?

A.M. - Eu não me lembro mais, mas acho que se ouviu o comando da Amazônia, não na parte... porque não era quatro-estrelas. Só onde havia quatro-estrelas...

A.C. - Mas o Rodrigo Otávio ainda não era quatro-estrelas.

A.M. - O Rodrigo Otávio era general-de-divisão. Onde havia quatro-estrelas é que se pôde auscultar... Mas a Amazônia foi consultada. Eu me lembro, o Planalto era general-de-divisão e também foi auscultado. Acomodou-se de maneira que todos os generais pudessem dar a sua opinião.

A.C. - Mas para se ter voz, era preciso ter um comando de quatro estrelas.

A.M. - É. E eu pergunto, que solução dar? É a tal coisa: "Está errado." Mas qual é a solução?" "Ah, não sei." Então não diga que está errado." "Mas qual é a solução?" "Ah, não sei." Então não diga que está errado.

A.C. - Aí seriam eleições gerais dentro do Exército e os civis ficaram olhando.

A.M. - E não é só isso. Nós tínhamos assumido uma responsabilidade e precisávamos dar o ponto de vista dos chefes militares. O chefe militar responde por seus subordinados. É um problema de hierarquia, de estrutura das forças armadas. O chefe militar tem a obrigação de conhecer o pensamento dos seus subordinados. Foi o que eu disse no dia 30, na hora em que estavam em discussão lá no I Exército: "Eu quero saber de vocês quem é que está em desacordo com a decisão dos ministros militares assumirem. Quero saber quem é que quer que o vice-presidente assuma. Nós fizemos isso sabendo o que vocês queriam. Nós conhecemos o sentimento da nossa força. E aí do chefe que não sente a sua tropa, porque esse não é chefe."

L.H. - Quer dizer: o alto comando assumiu toda a responsabilidade pelo processo de escolha.

A.M. - Assumiu. Tinha ficado assentado que seriam os altos comandos das diferentes forças que fariam as propostas. Então, ampliou-se para todos os quatro-estrelas... Cada um auscultando as bases.

A.C. - Houve uma autonomia muito grande desses comandos, porque os critérios, como o senhor disse, variavam...

A.M. - Completamente. Fui eu que, pessoalmente, tomei a decisão de não fixar a forma. Eu disse: "Cada um faça como julgar conveniente." Dei liberdade. Eu era o relator. Achei que cada área deveria agir de acordo com a sua conveniência. Dei a maior liberdade.

A.C. - Não se fixou um critério unitário que tivesse decidido o processo de uma maneira mais coesa.

A.M. - Porque não era eleição que se queria. O que se queria era consenso.

A.C. - O que se queria era o consenso.

I.F. - General, em um determinado ponto o nome do Médici estava decididamente escolhido...

A.M. - Sim.

I.F. - Então por que era necessário levar o nome dele para o Congresso, se já estava resolvido que era ele?

A.M. - Aí há aquele problema que se discutiu quando eu relatei a reunião do alto comando para determinação da forma de escolha. Como se faria a legitimação do presidente? Num comando revolucionário, a legitimação se faz pela própria revolução. É o tal negócio do Napoleão que quis se coroar imperador, pegou a coroa e botou na cabeça! Acabou! Era imperador! Ele se legitimou. Mas nós achamos que nesse momento, era preciso dar uma demonstração aos civis de todo o Brasil. Nós não queríamos uma ditadura. Era preciso dar uma demonstração ao mundo de que o Brasil não era e não

queria ser uma ditadura. Nós estávamos resolvendo um problema emergente, mas um problema que interessava ao Brasil inteiro. Então, era preciso que houvesse alguém mais para assumir a responsabilidade na escolha, embora fosse a tal coisa: "o senhor pode casar com quem quiser, contanto que seja com a Maria."

I.F. - Mas vamos sonhar um pouquinho. Se, por um acaso, o Congresso resolvesse que não apoiaria o nome, outra crise seria gerada.

A.M. - Já contei que fui procurado por Raimundo Padilha, que disse: "Eu reuno todo o pessoal da antiga Arena e garanto!" Fui procurado por Danton Jobim, que era da ABI e disse: "O pessoal do MDB, a grande parte... Os senhores resolvam como julgarem conveniente, e nós apoiaremos."

I.F. - Pois é, general, mas antes disso houve as cassações pelo AI-14.

A.M. - Pela junta. Mas isso não podia deixar de haver.

A.C. - Para fazer a limpeza e... garantir...

A.M. - Ah, sim, a gente se cuida! Mas tudo isso partiu da Secretaria do Conselho de Segurança, dentro de um critério.

L.H. - De qualquer forma, era uma mudança bastante sensível em relação ao início da Revolução de 64, quando - o senhor se lembra - naquela introdução ao AI-1, o Chico Campos diz que não é o Congresso que legitima a revolução, mas a revolução que legitima o Congresso.

A.M. - Mas lá foi uma situação completamente diferente. Naquela ocasião, havia dúvida se nós entregaríamos novamente o governo para o Mazzilli fazer uma nova eleição. Aí resolveu-se chamar o Chico Campos, porque surgiu a idéia do ato institucional. Foi então que o Chico Campos declarou: "A própria revolução, que é a força, se legitima." Agora já não era mais a mesma situação. A revolução já estava legitimada por si mesma. Tratava-se era de uma retomada. Inclusive reabrindo o que tinha sido fechado em 1968.

I.F. - Se eu entendi bem, houve uma série de conversas. Inclusive, o Congresso garantiu a própria volta em troca do apoio ao Médici, porque, se ele não aceitasse o nome do Médici, não seria reaberto.

A.M. - É difícil dizer... a verdade é que nos cobrimos para evitar que houvesse impedimento...

I.F. - Quer dizer que houve uma certa conversa para poder chegar a esse acordo.

A.M. - Mas eu estou contando que tive conversas que levei ao conhecimento do alto comando.

A.C. - O Congresso teve interesse em apoiar...

A.M. - Minha conversa com o Raimundo Padilha está na atado alto comando. Não sei se a conversa com o Jobim está lá. Mas ele foi à minha casa. O Mendes de Moraes, que era deputado, também foi.

A.C. - E o Krieger?

A.M. - Eu me dava muito com ele, mas não o procurei. Ele estava numa posição que não era muito... Desde o AI-5 - eu quero muito bem ao Krieger - ele ficou numa posição... Não rompemos com ele, mas já não era homem para trocar idéias, porque as idéias dele eram contrárias às nossas.

I.F. - Quer dizer que o Congresso sabia da necessidade de apoiar o nome do Médici para não entrar em nova crise.

A.M. - Sabia. Para poder recomeçar a revolução, dentro do caminho mais rápido possível. Isso é outra coisa que é preciso ficar bem gravado: nunca os chefes militares da revolução perderam a noção de que tinham que marchar para a democracia. Nunca! Isso vem com o Castelo, passa para o Costa e Silva, vai para o Médici, vai para o Geisel e está com o Figueiredo. Foi sempre a mesma coisa.

A.C. - Mas acho que esse período do Médici foi o primeiro momento em que os militares efetivamente detiveram o poder em suas mãos. O período do Castelo foi aquilo que nós vimos: uma dificuldade muito grande em determinar até que ponto os políticos ainda interferiam e até que ponto o Exército realmente controlava essas coisas. Costa e Silva tentou contestar essa linha de civilismo do Castelo e acabou também, como o senhor mostrou bem, na Constituição do Pedro Aleixo. Mas no governo Médici, não. Nós vamos ter um governo que é eleito pelos militares, de uma maneira muito clara, e que vai ter realmente um domínio total sobre o Congresso, sobre a política. Então aí que começa realmente o ciclo militar...

A.M. - Mas mesmo assim era um período difícil em que tinha que haver uma centralização. O Médici tinha sido escolhido por militares e procurou manter-se ligado aos militares, mas ele também não perdeu a noção da busca da...

A.C. - Ontem o Marco Maciel deu uma declaração que eu achei de um interesse incrível! Ele diz que a abertura deveria ter sido pensada nos anos 70, que era o momento da grande prosperidade econômica para ele, isso teria facilitado muito as coisas.

A.M. - Teria. Mas a situação política não permitia. Dessas coisas... É difícil...

A.C. - No final do governo Médici, o terrorismo estava controlado e havia uma prosperidade muito grande. Aquele não teria sido o momento de ensaiar essa abertura?

A.M. - Depois do governo Médici é que houve o episódio de Caparaó e... Não, em Caparaó o Malan estava no comando do IV... Foi no... antes... Mas houve o episódio do Araguaia. Aí é que houve uma tentativa...

A.C. - Foi no início...

A.M. - Foi no governo Médici que houve uma tentativa de organização de bases, das chamadas áreas liberadas, no interior do Brasil. Foi conduzida, porque felizmente os nossos comunistas não tinham cultura suficiente para organizar isso. Então...

A.C. - Voltando ao nome do Médici, eu queria entender melhor por que o nome dele suscitou tanta simpatia e tanta unanimidade militar. O senhor já nos disse que ele tinha sido bom aluno, mas não um aluno particularmente brilhante.

A.M. - Mas era um homem tranqüilo. Todos, conheciam o Médici como um homem tranqüilo sensato e, principalmente, conciliador. Então, o Médici tinha as melhores condições para naquele momento trazer para o Brasil uma união que era indispensável.

A.C. - O nome dele foi aceito sem problemas. Inclusive, o fato dele não querer a presidência deve ter contado de maneira muito positiva, num momento em que vários queriam.

A.M. - Vários, não. Um queria.

A.C. - Parece que havia outros. O Andreazza queria.

A.M. - O Andreazza não é chefe militar! Ele era coronel reformado, num cargo civil.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - Exatamente. O fato dele não querer a presidência serviu para legitimar o seu nome.

A.M. - Também para ajudar. Ao mesmo tempo, o Médici procurou realmente... E o primeiro discurso dele, dizendo que não devíamos pegar as pedras para jogar e sim para contruir, causou muito boa impressão. E ele procurou mesmo... Agora, ele era um homem de opinião. O que ele tinha que fazer, fazia, não tenha dúvida nenhuma.

A.C. - Quer dizer que essa ponte com o castíssimo era um pouco assim: "não vamos atirar pedras, vamos unir o que pudermos unir."

A.M. - E no meio civil ele defendeu muita gente.

A.C. - Isso me faz lembrar as suas observações sobre as bodas de ouro dele, onde se encontrou toda a revolução. Foi um pouco nesse espírito?

A.M. - É... Nas bodas de ouro, o Médici mostrou o poder de aglutinação que ele tem. Todas as tendências, inclusive vários ex-cassados companheiros dele estavam lá. Foram lá dar um abraço nele, estiveram lá conosco. Vários companheiros que foram cassados e depois anistiados estavam lá.

A.C. - Quem? O senhor pode dizer?

A.M. - Já lhe digo. Um que eu não via há muito tempo a quem eu queria muito bem foi o rapaz que era chefe do gabinete do Jair, o Genaro Bontempo. Foi das primeiras cassações. Estava lá, satisfeito, conversando conosco. O Genaro, inclusive, é um belo elemento. Eu gosto muito dele. Nessas coisas a gente entra... É como eu contei, eu tive que opinar pela cassação de dois de meus maiores amigos: o Moraes e o Silvino.

A.C. - Eu me pergunto também se o fato dele ter sido do SNI e ter uma experiência na parte de segurança, não teria pesado naquele momento, em que o terrorismo começava a se manifestar de uma maneira muito aguda.

A.M. - O fato dele ter sido o chefe do SNI o levava ao conhecimento de certas coisas que não eram do domínio público, nem mesmo do domínio de certas áreas militares. O SNI ouve e penetra em áreas de todos os tipos. O Médici era um homem bem-informado. Levou para o SNI um amigo dele, o Fontoura. Tinha como auxiliar um outro amigo, o Figueiredo. Eu já contei aqui, com ele, já no fim do meu período no Estado-Maior e depois quando eu já estava na reserva, foi organizada a comissão para ficar no meio do caminho entre o governo e a Igreja. Durante todo o período do Médici, eu chefeei essa comissão. A comissão só acabou quando o Ernesto assumiu, porque o Ernesto modificou a orientação. Já contei isso. O Médici era um homem que procurava conciliar, ajustar, evitar os choques, esclarecer. Eu tinha liberdade nessa comissão, eu não era mais da ativa, inclusive... O Orlando era o ministro do Exército. Eu contei aqui que eu chegava lá e dizia: "Preciso que se faça isso." Às vezes o encarregado vinha contestar eu falava: "Vá fazer, por que o ministro me autorizou."

A.C. - Por um lado, ele tinha essa doçura, essa simpatia, essa amenidade, gostava de futebol, e por outro era informadíssimo.

A.M. - E outra coisa: ele tinha uma tendência descentralizadora. Ele dava muita autonomia aos seus auxiliares. Os seus ministros realmente tiveram muito autonomia.

A.C. - E o senhor não acha que isso não era prova de fraqueza, mas de força?

A.M. - Eu também não gosto de entrar na seara dos meus subordinados. Quero saber o que está sendo feito.

A.C. - Muitos contestam a política do Delfim. Dizem que foi uma política muito dura em termos salariais etc.

A.M. - Mas não quero entrar nisso porque eu tenho o meu ponto de vista e não tenho nenhuma interferência hoje. Há ocasiões em que a gente tem que ser duro. E há ocasiões em que a gente tem que compreender. Então, qual é a hora de ser duro e qual é a hora de ser condescendente? Esta é a grande dificuldade. Mas é uma habilidade política que só tem quem está informado. Quem está fora não sabe. Às vezes a gente vê um ato e não sabe direito o por quê foi feito. Mas o ato tem uma justificativa perfeita. Não gosto muito de julgar.

A.C. - Mas qual foi a sua impressão sobre a gestão econômica? Foi realmente um milagre, que por um lado gerou muitos problemas.

A.M. - Foi um, período em que não havia o problema do petróleo, que começou em 1973. Até então...

[FINAL DA FITA 56-B]

A.M. - ... o petróleo era uma fonte de energia e o Brasil tinha as divisas suficientes. Pôde crescer a taxas de 9%, 10% e até 11%. Então, houve uma euforia, uma fase de investimentos muito rápidos, não havia subemprego, havia todo mundo querendo fazer e fazendo até coisas excessivas, como o Andreazza, quando procurou fazer aquela loucura... não tanto a Transamazônica, mas aquela Perimetral Norte. Aquilo é uma loucura. Isso eu digo hoje e dizia antes. A Transamazônica tinha uma justificativa. O sul do Rio Amazonas - hoje já não é tanto - era uma área onde vivia uma série de populações em pequenas cidades ao longo dos rios da margem direita. Havia Porto Velho, Juruá, Tefé, Itaituba, Alenquer, Santarém, Marabá, uma porção de cidades. Então a idéia da Transamazônica era fazer uma ligação terrestre entre essas pequenas cidades. Então, essas cidades ficariam ligadas por terra e pelo rio. Era uma idéia válida. Mas a rapidez com que a entrada foi feita e atacada em toda a extensão deu como consequência áreas que estão hoje paralisadas e que regrediram. A áreas leste está desenvolvida: Marabá hoje se liga por terra perfeitamente. A ligação longitudinal é perfeita, integrando a Amazônia ao Sul. Houve um erro de concepção geopolítica no Ministério dos Transportes e o Médici aceitou, pela argumentação que lhe foi apresentada.

Mas, ligar o Norte transversalmente, isso não tinha condições. A estrada que vem lá da Venezuela, passando pelo marco BV-8, vindo por Rio Branco e descendo por Caracará até Manaus é perfeita, por que liga uma área importante em desenvolvimento, onde havia a tentativa de implantação de garimpos. É uma região riquíssima em diamantes e ouro. Então, esta era uma coisa normal. Mas ligar transversalmente o nada ao nada, passando pelo nada, é uma loucura. Essas coisas é que houve no governo Médici. Por excesso...

A.C. - E isso credenciava o Andreazza a ser candidato a presidente? O Carlos Chagas menciona isso. E há razões para dizer que é verdade, porque o Andreazza lançou depois um manifesto criticando a junta por ter precipitado a sucessão.

A.M. - Porque toda a junta tinha um mau conceito do Andreazza e isso era ajudado pelo chefe do Estado-Maior do Exército de então, que também tinha um mau conceito dele: era eu.

A.C. - Ainda sobre a sucessão do Médici, o Rodrigo Otávio apoiou o nome dele. Parece que foi uma pessoa...

A.M. - Apoiou muito. Ele queria muito bem ao Médici e era muito amigo do Afonso.

A.C. - Então eu não entendi porque ele também lançou um manifesto que teve uma certa repercussão. Então esse manifesto não tinha razão de ser?

A.M. - Mas o manifesto dele é mais... Eu não me lembro mais exatamente.

A.C. - Era em apoio às decisões que estavam sendo tomadas.

A.M. - Ele apoiava o Médici, mas era muito chegado ao Afonso. Então, ele reagia contra a junta, de certo modo, pela reação do Afonso. Mas ele apoiou a decisão.

A.C. - Porque ele tinha assento no alto comando.

A.M. - Não, ele tinha assento como ouvinte, assim como o comandante da área do Planalto também tinha assento como ouvinte. Mas o Rodrigo era um homem sério, profundamente honesto. Difícil, mas um homem de caráter.

A.C. - Qual era o problema dele? O senhor nos disse ontem: "O problema do Rodrigo não era esse."

A.M. - O problema do Rodrigo é que ele é o homem mais opiniático que eu conheço. É intransigente nos seus pontos de vista, não cede... Eu contei que o Rodrigo, o Ernesto e o Golberi ficaram discutindo por uma noite inteira na ESG. Nós fomos para casa e no dia seguinte continuavam a discutir. Este é o Rodrigo. Mas é um homem de bem, um homem sério, um homem de palavra. E isso aparece quando da promoção frustrada do Afonso.

A.C. - Quer dizer que ele não apoiava o Albuquerque Lima.

A.M. - Não. Nessa ocasião, ele não apoiou, mas não rompeu. Ele estava contra aquele ambiente que se formou contra o Afonso, porque ele sempre gostou muito do Afonso. Então, era uma dessas situações... Mas ele achava que o Médici era quem deveria ser o presidente. E quiseram jogar o nome dele.

A.C. - Nesse manifesto ele diz uma coisa muito interessante: "A situação não é político-militar, mas militar-política." Isso revela bem...

A.M. - O Rodrigo gostava de fazer esses jogos de palavra.

A.C. - Ele era positivista?

A.M. - No nosso grupo, ele lia muito, então tinha de vez em quando essas construções de palavras muito interessantes, algumas válidas e outras não. Então eu e os outros companheiros que o conhecíamos bem dávamos um valor relativo a essas coisas.

A.C. - Em suma, ele trabalhou pelo Médici.

A.M. - Trabalhou. O Rodrigo era favorável ao Médici, porque ele sentia a necessidade de união. E ele também sabia que o amigo dele não ia unir, não tenha dúvida.

A.C. - E essa lealdade dele naquele momento talvez explique que ele recebeu as quatro estrelas logo em dezembro.

A.M. - Não, foi porque chegou a vez dele. Ele era um homem de grande valor e foi logo promovido a quatro-estrelas.

A.C. - Mas o Albuquerque Lima não foi.

A.M. - Vou contar a história do Albuquerque Lima. O Rodrigo era comandante da Amazônia, saiu quatro-estrelas, como sempre, lutando. Ele fez um trabalho admirável na Amazônia e estava louco para que se criasse o V Exército. Foi me procurar várias vezes para que eu fizesse o V Exército e eu lhe

disse que não podia fazer. Tivemos discussões enormes. O V Exército não saiu até hoje, não havia condições e não sei hoje - estou afastado - se há condições para isso. Na minha opinião, não há. Ainda não há.

Mas chegou a ocasião em que o nome do Afonso ia ser cogitado também para promoção a quatro-estrelas. E, naturalmente, cada um dos elementos do alto comando começou a pensar como votaria na reunião de escolha. É uma reunião em que cada um vota de acordo com a sua consciência. E, normalmente, a não ser com muita intimidade, não conversamos com os outros para não sermos influenciados nem influenciar. Cada um fica com o problema. Mas o caso do Afonso tinha sido gritante. Ele tinha criado problemas imensos naquela ocasião da escolha do Médici. Esse problema pesou muito. Então, todo mundo estava preocupado. Alguns, às vezes vinham conversar comigo e eu dizia: "Eu não voto no Afonso. Não voto porque não vejo condições dele poder ser quatro-estrelas." Inclusive, o Rodrigo me disse: "Muricy, eu queria falar com você. Você é um homem de coração largo, de vistas largas, você poderia reconsiderar seu ponto de vista a respeito do Afonso..." Eu disse: "Não posso, porque, para mim, o Afonso teve a maior das falhas que um chefe pode ter: se comprometer com os seus superiores, com o alto comando, e faltar ao prometido. Não perdôo isso. Isso o desclassifica para a escolha de amanhã. Ele se comprometeu e falhou. Isso para mim é imperdoável." Ele fez tudo: "Mas ele é um homem de valor!" Eu disse: "Eu reconheço qualidades no Afonso, mas ele tem esses defeitos, ele tem ambição, e a ambições dele... E, para ser verdadeiro, eu tenho receio de que ele, indo para quatro-estrelas, vá amanhã pleitear ser presidente da República." O Rodrigo disse: "Mas isso é um direito que cabe a ele." E eu: "Mais uma razão para eu não votar." O Rodrigo ainda disse: "Pense..." E não se agastou comigo. Mas ele lutava pelo Afonso.

A.C. - O senhor está definindo um critério muito importante. A missão do Exército na presidência da República é de segurança, de interesse nacional. Mas a corporação militar não pode estar empenhada nessa competição.

A.M. - De jeito nenhum! Não pode estar lutando como um político. O político tem direito de pleitear, de lutar, de dizer, mas esta é a sua posição como político. Mas um político não deve ser profissional.

A.C. - Há um caráter de salvação nacional nessa missão militar.

A.M. - É. A missão militar é uma emergência, e o Afonso forçava a posição.

A.C. - E o Médici conseguiu porque não tinha interesse.

A.M. - Eu não sei bem. É preciso meditar um pouquinho mais para poder fazer uma afirmação. O que eu digo é que nessa ocasião veio o problema do Afonso, eu fui ao Orlando e contei: "Orlando, fui procurado pelo Rodrigo, que me falou dessa questão do Afonso. E ele está vendo se consegue votos para o Afonso." O Orlando disse: "Isso me preocupa muito, Muricy, porque realmente o Afonso não está em condições. Ele vai criar problemas dentro do Exército e do Brasil. Ele já criou uma vez e vai criar de novo." Eu disse: "Uma coisa eu garanto: é que, pelo que eu sei, no alto comando, a votação para o Afonso não será muito fácil de evitar." Havia elementos que ainda estavam numa posição...

A.C. - Posição favorável ao Afonso?

A.M. - Favorável. E aí, pela primeira vez eu procurei sentir, e não influenciar, a posição de alguns companheiros. E senti que alguns, firmes, votariam no Afonso. Outros não votariam nele, para a lista que sobe para o presidente. Para a primeira vaga de quatro-estrelas sobem três nomes. Para cada vaga subsequente (eram duas) sobe um. Então - eram três vagas - subiram cinco nomes para preencher três vagas. Eu disse ao Orlando: "Nós temos que cobrir o Médici. Então, temos que assumir a responsabilidade do Afonso não ir na lista. Eu acho um perigo para o Exército. E disse isso ao Rodrigo."

A.C. - Quer dizer: não transferir para o Médici essa responsabilidade de ter que eliminá-lo, porque isso iria galvanizar a hostilidade do grupo do Afonso.

A.M. - Na minha conversa com o Orlando, ele disse: "Eu também tenho sido procurado por companheiros que vêm discutir o problema." Eu disse: "Então, conte a minha conversa com o Rodrigo." E começou-se então a troca de opiniões para discutir esse problema, que era a coisa mais grave nesse momento. Essa decisão de ultrapassar o Afonso implicaria também ultrapassar oficiais como o Nogueira Pais e o João Costa. O essencial era ganhar a guerra. Então, na minha opinião, eu passaria para diante todos três e votaria no quarto. Esqueceria que existiam, na ordem, três nomes e começaria no quarto. Quando me perguntavam sobre isso, eu dava o meu ponto de vista e isso foi influenciando os outros. E chegou o momento em que eu disse ao Orlando: "Eu tenho a impressão de que o Afonso não vai ser escolhido." E, realmente, quando houve a reunião do alto comando, se fez: primeira vaga, fulano de tal, tantos votos... beltrano, tantos... Quem tem mais da metade, automaticamente...

L.H. - Está na lista.

A.M. - ... está na lista. Quando não se atinge a maioria absoluta, faz-se novo escrutínio, até chegar ao nome. Então, no primeiro escrutínio, na primeira vaga, sobrou o Afonso. Na segunda vaga, sobrou o Afonso. E assim os nomes foram subindo e o Afonso não foi incluído na lista que subiria para o presidente. Nessa hora a situação ficou muito difícil, porque o Candal... ou o Rodrigo - não me lembro mais - pegou a palavra e disse: "Acaba de ser cometida uma iniquidade na não-escolha do Afonso." Aí, o Orlando teve uma tranqüilidade...

A.C. - Quem disse isso?

A.M. - O Candal ou o Rodrigo, não me lembro mais.

A.C. - O Candal apoiava o Afonso?

A.M. - Sim.

A.C. - O Candal estava no IV Exército? Ou era o Malan?

A.M. - O Candal estava no IV Exército, o Rodrigo já estava aqui no Rio, no departamento... O Orlando...

A.C. - O Siseno estava no I Exército.

A.M. - Sim.

A.C. - O Siseno não apoiou o Afonso?

A.M. - Não, o pessoal do Afonso ficou com uma raiva! Esse pessoal contava com a votação do Siseno e do Nahon.

L.H. - Siseno e Nahon?

A.C. - Nem o Nahon entrou na lista.

A.M. - Os outros eram claramente contra o Afonso.

A.C. - E o Nahon?

A.M. - Também não apoiou o Afonso. Com isso, o Afonso não subiu e o Orlando controlou a situação muito bem. Depois, em particular, ele chamou o Rodrigo. Foi de uma elegância, uma coisa... O Orlando era um chefe.

L.H. - O senhor acha que essa situação do Rodrigo contribuiu para aquele problema que ele teve no final, de não ser eleito presidente do STM no governo Geisel, em benefício do Reinaldo? O senhor acha que não ficou nenhuma seqüela dessa situação?

A.M. - O Rodrigo sempre foi do contra. Estava sempre do lado... com honestidade. O problema do Rodrigo era o seu posicionamento dentro do quadro natural. O Ernesto estava fazendo um programa de abertura, mas com muita tranqüilidade. Já tinha tomado a decisão de abrir, de acabar com o AI-5... e acabou. Mas o Rodrigo foi para o tribunal, fazendo sempre declarações intempestivas. Ele fazia honestamente, mas criava problemas. O governo queria atuar de uma maneira, e ele, como sempre, à moda dele. E ele criou tantos problemas que do próprio tribunal partiu a decisão de evitar a eleição dele. E a decisão partiu do Délio, que é um liberal. Foi o Délio que começou: "Mas se o Rodrigo subir, vai criar problemas aqui, porque vai começar a falar em nome do tribunal, por ser o presidente. Então, este tribunal, que tem que ser isento, passará a tomar posições." Aí é que se criou o problema da não-eleição do Rodrigo, que o magoou muito, mas que foi uma decisão de defesa do próprio tribunal, pelo temperamento do Rodrigo. Não foi uma coisa contra o Rodrigo. Quando o Rodrigo morreu, todo mundo se chocou. Eu soube e telefonei imediatamente para o Ernesto, que estava em Teresópolis. O Ernesto disse: "Pois é, quero tanto bem ao Rodrigo..." Todo mundo queria bem ao Rodrigo. Ele era o companheiro, mas sempre do outro lado. Tinha idéias, mas as idéias sempre do outro lado.

A.C. - No momento que se indicou o nome dele para as quatro estrelas ninguém duvidou...

A.M. - Não! O Rodrigo ascendeu às quatro estrelas tranqüilamente. Foi direito que ele adquiriu pelo seu trabalho e capacidade. Quando se escolhe um chefe, não é como um prêmio, é pela sua capacidade de produzir no novo posto. Esta é que eu digo sempre... Quando eu era presidente da comissão de promoções, eu dizia: "Não se esqueçam de que nós não estamos aqui premiando ninguém. Como prêmio, dá-se comissão, dá-se isso... Aqui nós estamos escolhendo os chefes, posto a posto. Se o

indivíduo tem condições de ser um bom coronel, um bom general-de-brigada, então eu o promovo. Se não tem, seja ele quem for, eu não promovo."

A.C. - Mas um dos critérios que preside essa definição de um bom ou mau chefe é a disciplina e aí...

A.M. - Não, não é só a disciplina. É a disciplina e outros fatores.

A.C. - O Albuquerque Lima era uma pessoa competente. O problema dele era disciplinar.

A.M. - O problema dele era o seguinte: ele atingiu o limite de competência. Ele estava querendo ser mais do que podia. O problema do Albuquerque era essencialmente ambição. Sua ambição era muito, muito grande. E foi a ambição que fez com que ele perdesse o norte.

A.C. - E isso iria prejudicar essa estabilidade adquirida...

A.M. - Lógico. Se o Afonso subisse, ia-se ter o diabo aqui nesse país.

A.C. - Por exemplo?

A.M. - Por exemplo, quando houve a morte do Afonso, saiu um convite de missa feito por amigos. Daquele grupo, 50% são de gente radical: radical mesmo. Aponto um por um: radical, radical... Estão lá Almerindo Raposo, Chico Boaventura, o meu amigo Caracas Linhares e uma porção de gente. O Afonso iria governar com os radicais. Imagine o Brasil governado por radicais. É só isso. Pense nisso e não tenha dúvida. Eu acho que fiz um bem ao Brasil concorrendo para o Afonso não ter as quatro estrelas.

A.C. - Quer dizer que além do problema grave que ele representava, de mobilização das bases militares, havia também uma questão de conteúdo? O projeto dele era duro?

A.M. - Mas claro. Todo o pessoal radical apoiava o Afonso. Eram os radicais que o apoiavam.

A.C. - E os radicais eram por uma linha militarista mesmo?

A.M. - Havia radicais de todo tipo: gente que queria voltar às origens, gente que queria isso, gente que era do contra, gente que era extremamente ultranacionalista, daquele nacionalismo cretino, que só é contraproducente. E, ao mesmo tempo, no meio dos amigos e da família, todo o pessoal era de uma ambição...

A.C. - Então, voltando às nossas conversas das últimas sessões, pode-se chegar à conclusão de que esse período da junta foi realmente de máxima moderação possível, dentro do clima geral. Na verdade, esses grupos que estavam acusando a junta de querer encurtar demais o seu período e passar o poder a uma presidência estável, na realidade estavam apostando, talvez, nessa instabilidade que significaria a permanência da junta.

A.M. - Com o tempo, as paixões passadas, e quando não estivermos mais aqui, quando se analisar... A junta foi um período de luta, o Brasil teve tranquilidade, conseguiu passar por esse período da doença

do Costa e Silva e da escolha do Médici sem problemas maiores, a não ser a quase paralisação da parte econômico-financeira.

L.H. - Mas se o governo Médici, como nos vimos, veio para somar, para unir, se o Médici era, como se revelou, um homem tranqüilo, sensato, cordato etc., o senhor acha que foi necessário realmente um governo de censura total à imprensa, um governo extremamente fechado, num certo sentido? Isso foi necessário?

A.M. - Eu acho que foi. Eu me recordo que, ainda no tempo do Castelo, quando houve maior liberdade, surgiram certas agitações provocadas pela imprensa. Houve excessos. Eu não absolvo os excessos. Houve excessos na censura, inclusive porque muitas vezes ela era feita e continua a ser feita por gente ignorante, sem visão. A censura só pode ser feita por indivíduos de grande cultura, de grande discernimento, para poderem realmente ver o que interessa e o que não interessa. Como eu já contei aqui, muitas vezes eu era procurado por gente que era censurada ou impedida de ocupar posições... As fichas que existiam no SNI... Eu sempre fui contra. Eu sempre dizia: "Não transformem os departamentos de segurança e informação - os DSI dos ministérios - em..."

L.H. - Serviços de espionagem.

A.M. - Não, não só nisso, em verdadeiros... Aqueles representantes de comunistas que existem em toda parte... Os comunistas botam sempre um representante junto aos órgãos... Eu dizia: "Isso tem que acabar!" Eu sempre disse isso. E falei isso com o Figueiredo, antes dele assumir. Falei isso com outros chefes, ainda no tempo do Ernesto. Falei várias vezes com o Golberi sobre esse problema: a necessidade de tirar a força que esses departamentos de segurança e informação dos ministérios tinham. Agora conseguiu-se tirar. Agora eles são órgãos realmente de segurança e informação. Mas informação relativa às atividades do... e não mais a respeito de funcionários.

L.H. - Veja bem: nós já conversamos várias vezes aqui - e o senhor inclusive nos esclareceu muito - que é muito difícil, em primeiro lugar, controlar determinado tipo de...

[FINAL DA FITA 57-A]

L.H. - ... atividade e que na verdade os chefes, às vezes, são responsabilizados por coisas de que nem tomaram conhecimento. Por outro lado, nós sabemos também que o perigo de um informante é que, para justificar os seus serviços, ele às vezes inventa. Não é?

A.M. - Não tenha dúvida. Eu contei aqui o caso daquela professora, Julieta Calazans, do Rio Grande do Norte. Ela foi contar ao Dom Eugênio - que depois foi falar comigo - que estava sendo acusada de atuação de esquerda, quando, pelo contrário, sua atuação era inteligente e de apoio ao lado social.

L.H. - Isso já é mais ou menos tradicional na história. O informante, para justificar a sua função, inventa.

A.M. - Lógico, mente.

L.H. - Então, de uma certa forma, temos que concordar um pouco com a observação do Pedro Aleixo, quando ele se opôs ao AI-5. Ele não tinha medo do grande árbitro. Ele tinha medo era do guarda do quartirão, porque este se arroga uma autoridade... Na verdade, a sensação que se tem é que esses órgãos de segurança escaparam um pouco do controle, eles criaram autonomia.

A.M. - Esse é uma fato que só lentamente se vai modificando. Ninguém, imediatamente após uma revolução, diz: "Terminou!" A prova é que veio o grupo do Afonso até o fim! E ainda está aí!

A.C. - General, o problema grave é que a coisa não fica no nível do guarda do quartirão. No fundo, ele se ramifica para as chefias também. Foi o caso, por exemplo, do general Geisel com o problema de São Paulo. Ele teve que demitir o general Ednardo. Isso não quer dizer que o general Ednardo tivesse, ele mesmo, torturado, mas ele acobertou a tortura.

A.M. - O Ednardo é um homem de bem.

L.H. - Ao menos por omissão...

A.M. - Aí há o problema da chefia. Um chefe é responsável pelo que acontece na sua área. Não gosto de julgar - cada caso é um caso - mas, talvez, se no primeiro caso que houve, o Ednardo tivesse dado uma palmada bem dada, não teria havido o segundo. Então esses são os problemas. Eu contei o caso em que eu botei quarenta oficiais numa sala, lá no Recife e disse: "Pode ser com o meu maior amigo, se um caso desses chegar ao meu conhecimento, eu abro inquérito e ponho no conselho de ..." Tem-se que agir assim, senão a coisa não acaba. E assim mesmo, de vez em quando, um caso chegava ao meu conhecimento.

A.C. - Ninguém sabe muito bem o que está se passando. Mas esse caso recente mostra bem a delicadeza da coisa.

A.M. - Esse caso recente...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Então...

L.H. - Então na verdade o senhor acha que uma censura era necessária, que era preciso que em alguns casos as coisas ficassem nebulosas...

A.M. - A censura... O ambiente não permitia a liberdade. Cada coisa vem a seu tempo. Agora é que o ambiente está permitindo. E agora existe liberdade, até para coisas que não deveria haver, porque há coisas que são secretas.

A.C. - Mas general, o problema são as conseqüências da censura. Por exemplo, esse episódio do Parasar foi meio dramático...

A.M. - Mas o episódio do Parasar está errado!

A.C. - Pois é. Mas havendo a censura, não há possibilidade de ninguém saber de um gesto tresloucado desses!

A.M. - Mas quando há censura é preciso que haja um elemento que controle os excessos da censura, e nem sempre houve. O que acontece é que a censura foi entregue em parte à Polícia Federal, também despreparada. A Polícia Federal foi mal organizada. Pegaram-se uns célebres excedentes. Eu estava ainda no comando da 7ª. Região quando chegaram os primeiros elementos da Polícia Federal, em Alagoas, trinta ou quarenta homens. Os governadores - primeiro o Tubino e depois o Lamenha - vieram me pedir socorro, e eu tive que me entender com o ministro da Justiça para tirar os homens de lá, porque eram verdadeiros bandidos. Imaginem, numa terra [riso] como Alagoas, a chegada daquele grupo de bandidos. Uma coisa louca! Para consertar esse Brasil, há tanta coisa a fazer!

A.C. - O que me desespera, general, é que a gente conserta de um lado e aí o trem descarrilha de outro. Que diabo! Essa coisa do Parasar é uma loucura! Querer bombardear... dizendo que são os comunistas...

L.H. - O viaduto do gasômetro...

A.C. - Jogar políticos no mar... é uma demência... Como é que um homem...

A.M. - Isso aí, às vezes, é um meio de amedrontar. Aquele problema não está muito claro. Realmente, havia ali excessos, principalmente o Cenimar... Cenimar não, no da Aeronáutica... Não me lembro, mas havia excessos. Uma vez mandaram um preso para o Exército que não quis recebê-lo porque estava tão maltratado... Disse: "Vocês criaram o problema, vocês fiquem."

A.C. - Nessa questão do Burnier, como é que o regime consegue proteger esses duros?

A.M. - Não, ele acaba sendo posto para fora, como foi posto. Mas...

A.C. - Mas não se pode punir também?

A.M. - Mas... mas... porque não se encontra a prova! Ninguém diz! Também tem isso. A gente abre um inquérito, como eu abri, lá no Nordeste, quando eu soube que o cunhado do Arrais estava com uma costela quebrada e que tinha sido posto no pau-de-arara. Abri a sindicância, apertei e não encontrei prova. "Dizem, dizem..." Dizem não é prova. Então chega-se a um momento em que se pára, por que não se consegue ir ao responsável. É o problema da polícia que pega o ladrão: "Onde é que você botou o dinheiro?" E ele: "Eu não tenho nada..." Ah... Então o policial perde a paciência e dá uma surra no sujeito, que então confessa tudo. Há pouco tempo houve um caso assim. O camarada levou uma surra, disse tudo.

A.C. - O pau-de-arara é uma prática antiquíssima na polícia.

A.M. - Mas isso ela faz porque quer apurar. Quando não se bate, não se apura! Num inquérito em que você pergunta, é: "Não, não sei, não fiz." É: "Não sabe?" "Não sei." Não sabe, não sei...

L.H. - Mas o senhor acha que o Exército tinha que exercer a função da polícia.

A.M. - Sempre fui contra! O Exército tem uma ação de repressão nas horas agudas, o resto é com a polícia. Eu acho que o Exército só entra em último caso, quando a polícia perde o controle. Mas sempre fui contra. O Exército tem que fazer a investigação - isso é uma coisa -, mas não passar daí. O SNI é um órgão de busca de informação. Mas repressão é polícia. Assim, eu estou muito satisfeito...

A.C. - Quando falamos da luta contra o nazismo no Paraná, vimos que o Exército tinha realmente essa função de investigar, mas na hora de cumprir a missão, era a polícia.

A.M. - Era. Quando estive no Paraná, em 1941/42, o Exército fazia a investigação...

L.H. - E entregava para a polícia. Mas, a criação dos DOI-CODI, ligada aos exércitos, não foi na verdade uma incorporação da atividade de polícia ao Exército?

A.M. - Foi uma parte... não... O DOI-CODI é um órgão previsto para informação, mas que passou também para... É a tal coisa: onde está o limite? Este é que é o problema.

A.C. - O problema é que a informação normalmente seria responsabilidade da 2ª. seção do Estado-Maior. Por que se criou o DOI?

A.M. - Porque a seção de informação é muito limitada. Para o problema de segurança interna é preciso ter órgãos com uma maior rede de informações. É por isso que se criou o DOI.

A.C. - Mas naquelas condições de terrorismo?

A.M. - Era necessário.

A.C. - Mas uma vez terminado o terrorismo, devia automaticamente se limitar a...

A.M. - Se não se tomar cuidado, o terrorismo progride cada vez mais. Eu tenho cada vez mais ódio dos terroristas...

L.H. - Mas na verdade o terrorismo de esquerda foi completamente eliminado, general.

A.M. - Não acredito. O terrorismo de esquerda existe ainda. E de vez em quando atua. Não está mais virulento, mas ninguém subestime a esquerda extremada. Ela existe e tem paciência de esperar. Agora, não se vá, por causa dessa possibilidade, criar também outros problemas. Essa é que é a sensibilidade que nem sempre se tem nos escalões de baixo. O escalão de baixo geralmente se excede porque começa a ter força demais. É o caso do investigador de polícia. É pior que o delegado. Isso é normal.

A.C. - Mas eu fico pensando se o mundo civil, os políticos depurados pela revolução etc. não voltarem a participar desse jogo da política, até que ponto o Exército poderá ele mesmo, eliminar os seus excessos?

A.M. - É difícil dizer isso...

A.C. - O general Figueiredo, por exemplo: como é que ele pode atingir um companheiro? É difícil?

A.M. - Não. Ele atinge. Eu não tenho dúvida nenhuma de que se for necessário atingir ele atinge. Todos nós, quando é preciso o fazemos. É o caso desse capitão que pegou 57 anos, é o caso do tenente lá de Barra Mansa.

A.C. - Mas atingir um capitão é fácil. Mas atingir um comandante de Exército... é mais complicado.

A.M. - Mas um comandante de Exército não está envolvido. Como eu mostrei, a seleção, através da vida militar, vai fazendo... Evidentemente, há elementos melhores, elementos piores, mas elementos maus, é muito difícil. E a revolução mudou o critério de promoção para general, para evitar a subida desses maus elementos, evitar o arbítrio político, porque esses elementos eram maus mais pelo ponto de vista político do que propriamente... O problema policial é que é o perigo. Eu disse: o Exército não é polícia! Esta é uma das coisas que se precisa evitar.

Ataca-se muito o problema da Inspeção de Polícia. Atacam sem saber. A Inspeção de Polícia foi criada quando eu era o chefe do Estado-Maior. A Inspeção de Polícia era exatamente para poder tirar o Exército do problema policial e, ao mesmo tempo, fazer com que a polícia tivesse uma uniformidade de atuação, porque cada uma atuava de uma maneira. Nunca se pensou em fazer da Polícia Militar um segundo Exército. Pelo contrário. Antigamente ela era, e aos poucos foi-se tirando da Polícia Militar essa ação de um Exército, digamos, de segunda linha. Houve no passado. Já disse aqui, se não me engano, que na polícia de São Paulo havia a aviação e a artilharia. A Brigada do Rio Grande era completamente independente. Então, as coisas têm que marchar... infelizmente, passo a passo.

A.C. - General, o senhor tocou num problema muito delicado, que é a tortura. Essa é uma prática que a polícia utiliza há muito tempo, como o senhor diz, para obter uma informação rapidamente, porque a polícia sabe que se não usar, não obtém a informação. O senhor acha que é eticamente justificável esse tipo de recurso para se obter uma informação?

A.M. - Sempre fui contra a tortura! Sempre fui contra torturadores, sempre lutei contra isso e por isso mesmo é que sempre lutei pela saída do Exército da área policial. Acho que, sem querer, o pequeno elemento entra na área policial e começa a ficar com os vícios da polícia. Nós não devemos "policializar" o Exército. O Exército é uma força armada nacional.

A.M. - E Estado-Maior do governo Médici? O senhor não tem nada a dizer sobre a parte militar?

A.M. - Não. Eu terminei a minha vida militar atingido pela lei e fui para a reserva no dia 25 de novembro de 1970. Já em janeiro de 1971 estava trabalhando na empresa privada, na mesma empresa em que estou até hoje. Então, me transformei em empresário... [risos]

L.H. - O senhor teve alguma participação na indicação do general Malan para substituí-lo?

A.M. - Não, nenhuma. Eu fiz questão de não ter a menor interferência, mas acho que ele foi excelentemente bem escolhido. Era um nome que se impunha, um homem qualificado, eu o conhecia desde cadete, de maneira que foi com grande prazer que eu passei a chefia do Estado-Maior ao Malan. Passei a chefia com confiança e, principalmente, como eu disse, satisfeito pelo dever cumprido. Na época, disse uma coisa que é verdadeira e que eu digo sempre a respeito da minha geração: "Saí tranqüilo, sabendo que tinha feito alguma coisa pelo meu Exército e pelo meu país." E dizia uma coisa que é verdade: "A minha geração, a sofrida geração do início deste século, viveu e vive a fase talvez mais grandiosa de nossa história como país independente. Fase tão intensamente repleta de transformações, de choques, de conflitos ideológicos, de conseqüências do vertiginoso desenvolvimento tecnológico, de mudanças de mentalidade em que os próprios valores morais e espirituais chegam a ser esquecidos, em benefício do materialismo que amesquinha o homem, que não nos foi possível ter descanso a não ser em prazos sempre muito curtos. Mas apesar de todas essas dificuldades, e talvez por isso mesmo, tenho orgulho de ter estado presente a tudo isso, de pertencer a essa geração." É o que eu posso dizer.

Assim saí do Exército e assim continuo no meu canto, trabalhando pelo Brasil, num outro setor...

A.C. - Qual a empresa em que o senhor trabalha?

A.M. - A empresa onde fui trabalhar e onde estou até hoje é o grupo de Francisco Catão. Ele é um empresário que tem um número grande - como todos os grandes empresários - de empresas. Fundamentalmente ele tem: a Companhia Docas Imbituba... O pai do Francisco foi um dos maiores auxiliares do Henrique Laje e era o homem que tomava conta das organizações Henrique Laje, em Santa Catarina. Mais tarde o Francisco comprou a maior parte das ações... O Francisco tem, além das Docas de Imbituba, a Nora-Laje. Ele se associou com um italiano e daí o nome Nora; Laje é a antiga organização Henrique Laje Comércio e Indústria. Aí entram uma fábrica de detergentes e água sanitária, uma forjaria em São Paulo e a terceira maior salina do Rio Grande do Norte. Anteriormente o Francisco tinha grandes salinas aqui no estado, em Cabo Frio; hoje ainda tem grandes áreas na parte imobiliária. Tem a Refinaria Sal Ita, que é do grupo Henrique Laje, a Nora-Laje. Havia outras empresas e nós fomos diminuindo por uma questão de necessidade administrativa.

Além disso, o Francisco era o maior acionista - uma parte vinda através da mulher dele - da Companhia Docas da Bahia, que foi encampada pelo governo. E agora ele tem ainda a Emacobrás que é uma empresa que tem olarias, terrenos em quase toda parte do Brasil, quase todos oriundos do espólio Henrique Laje.

L.H. - Além do Francisco Catão, como herdeiro do Henrique Laje, o Pedro Brande não teve também...

A.M. - O velho Henrique Laje tinha três homens que eram os seus auxiliares imediatos: um era o Álvaro Catão, que olhava pelos problemas em Santa Catarina; aqui no Rio havia o Pedro Brande; lá no Nordeste, um outro elemento olhava pela Companhia de Navegação e as salinas. No final, quando o Henrique Laje morreu, a herdeira era a Besanzoni. O Henrique Laje era um empresário de grande iniciativa e, como todo grande empreendedor, um homem que fazia investimentos e devia. Nenhum empresário cresce sem endividamento. E ele devia muito ao Banco do Brasil e a outros elementos. Então, como ele sabia que estava condenado, ele procurou oferecer ao governo os navios necessários para pagar a dívida e tudo isso.

O governo, mal-orientado - e culpam o Pedro Brande disto -, fez a encampação de todos os portos do Henrique Laje. Depois sentiu que o problema tinha ido além da Trapobana. Então, voltou atrás e restituiu ao espólio que era da Gabriela Besanzoni, grande parte dos portos. Mas assim mesmo ficou com a ilha Viana, com a companhia de navegação, com uma porção de bens, e até hoje não pagou. A Besanzoni ficou muito desgostosa com isso e resolveu sair do Brasil. E o Francisco Catão comprou o espólio todo. Ele comprou o que ela quis vender: ela não vendeu todo, mas vendeu uma grande parte, que hoje são as empresas do grupo Chico Catão.

A.C. - Sua função é... o senhor está no conselho?

A.M. - Eu sou presidente da Companhia Docas de Imbituba, era presidente da Nora-Laje, agora sou presidente do conselho, e sou conselheiro da Emacobrás. Somos três homens que trabalhamos nisso: eu, o Uzeda e coronel Pais, que eu fui buscar lá no Nordeste.

O coronel Pais foi para a reserva...

A.C. - Ele foi como coronel. Não chegou a general.

A.M. - Foi como coronel. Ele estava trabalhando numa empresa, na IBM. Um dia houve uma situação difícil numa empresa lá do grupo Catão e eu disse ao Chico Catão: "Eu tenho um homem para vir para cá. Não sei se virá, porque ele está trabalhando numa outra empresa." O Francisco me autorizou, eu fui lá ao Pais e disse: "Pais, eu vim oferecer a você trabalhar comigo. É trabalho em quantidade. Quanto a dinheiro, eu pagarei apenas o que você está recebendo e mais nada. Agora, em compensação, você vai se divertir... Tem é coisa para fazer." Ele disse: "General, para trabalhar com o senhor eu vou para qualquer lugar." Veio trabalhar comigo e estamos trabalhando juntos. Ele, eu e o Uzeda formamos o que o Francisco chama "a troica" do grupo dele. Nós hoje tomamos conta de todas as empresas dele. Eu sou presidente de uma, conselheiro da outra, o outro é conselheiro de uma... E assim nós estamos sempre juntos e trabalhamos a seis mãos. Agora, eu já não sou mais executivo, já não tenho mais condições.

A.C. - Mas não é muito cansativo?

A.M. - Não, porque eu deixei a parte executiva que cansa muito. Mas na parte de administração, e tendo dois auxiliares como eu tenho, dois companheiros de trabalho, que não são nem auxiliares, são... Nós estamos quase no mesmo nível, eles carregam o piano, eu ouço as músicas e às vezes toco. Mais nada...

A.C. - Como é que o senhor se sente, como militar, exercendo essas funções empresariais? É uma coisa que custa esforço ou a sua formação militar facilita?

A.M. - Na vida militar nós aprendemos muito de administração e, principalmente, a lidar com homens. Isso ajuda muito. Eu já contei aqui, se não me engano, que um dos livros que mais me impressionaram foi o do general Omar Bradley, *História de um soldado*.

L.H. - O general Bradley morreu outro dia.

A.M. - Sim. A *História de um soldado* é principalmente uma escola de chefes. O verdadeiro chefe é aquele que sabe atuar junto aos homens. Sabe escolher seus auxiliares e tem a coragem de afastá-los quando necessário. Este é o grande chefe. Não é aquele que faz, mas aquele que dirige e que controla: o do alto escalão. Os que fazem são os executivos. Então, eu não sou mais, não tenho mais condições de ser executivo. Não tenho mais saúde nem paciência. De vez em quando me irrita... Sempre fui assim, de vez em quando dou uns estouros... A garotada já sabe. Hoje eu sou mais conselheiro para as grandes decisões. Então é muito mais simples. E depois, como eu estou muito bem entrosado com o Uzeda e o Pais, que são os dois grandes executivos do grupo, a "troica" funciona...

L.H. - Já tocam de ouvido.

A.C. - Há muitos militares na empresa?

A.M. - Não... Há muitos civis, mas há alguns militares, que foram chegando por acaso. Eu já encontrei, por exemplo, um oficial da Marinha, o comandante Márcio. Ele vê a parte de navegação, a parte de embarque de sal. Encontrei o maior administrador de salinas do Brasil, que é um coronel da reserva que mora lá em Natal, o Paulo Barreto Viana. Ele já estava na reserva há algum tempo. O Pais agora trouxe um

companheiro dele, o Lívio, excelente. É o homem que hoje se especializou em resolver problemas difíceis de terra... O grupo tem muitas terras. O Henrique Laje era um grande comprador de terras, mas nem sempre deixava as terras perfeitamente legalizadas. Então esses problemas de títulos, de invasão, de posseiros e tudo isso é o Lívio que resolve e tem um trabalho louco! A vantagem é que o Lívio é um homem que saiu do Rio de Janeiro, foi morar em Imbituba, atualmente está em Criciúma, vai para Lauro Muller, de repente vai bater na Bahia... ele, a mulher e os filhos. Então, continua a vida de saltimbanco de militar.

É a vantagem que nós, militares, levamos, tendo os companheiros. Mas há muitos civis, principalmente porque nós estamos, aos poucos, melhorando a equipe. É uma equipe muito unida e nós vamos trabalhando. Diariamente vou lá para o meu escritório, vejo os problemas, ajudo no que eu posso e vamos tocando o barco.

I.F. - A família Seco tinha alguma ligação com isso, não tinha?

A.M. - O Fernando Seco foi criado junto com o Francisco. Esteve no grupo e agora se afastou e foi para outra empresa.

Mas a vida agora é completamente diferente daquela. A grande diferença entre a vida militar e a civil é a seguinte:...

[FINAL DA FITA 57-B]²

A.M. - ... a vida militar é financeiramente muito limitada; e quando a gente vai para a vida civil num cargo de direção, a gente ganha muito mais do que na vida militar. Então, eu achava que ia me desequilibrar e eu não quero fazer vida de rico. Não faço. Eu ganho bem, mas procuro continuar com a

² A fita 58-A não foi gravada integralmente.

minha vida calma, sem excessos. Eu me permito uns tantos luxos, que meus filhos aproveitam... Eles tem vida mais folgada do eu tive.

Agora, o que há de importante, o contraste da vida militar, é que se a vida militar nos dá esse conhecimento dos homens e nos dá o conhecimento de administração, não nos fornece, entretanto, nenhum elemento sobre o lado econômico-financeiro das empresas. E aí nós apanhamos... e eu apanhei à vontade. Aprendi, como eu digo, apanhando, num momento difícil, de crise, sem saber como sair do atoleiro. Felizmente, as empresas do grupo estão hoje bem, não há problemas, a gente vai tocando.

A.C. - Em parte, isso talvez se deva ao fato de que o aprendizado militar não é suficiente, mas, por outro lado, nós temos que reconhecer também que é muito difícil lidar com a parte econômico-financeira, num país que tem uma política econômico-financeira muito instável, com mudanças de orientação muito bruscas.

A.M. - Muito. Eu, naturalmente, fui obrigado a ler, a sentir, a olhar, vivo nessa comunidade, vejo os meus problemas, sei quanto custa juros de 120% ao mês para o capital de giro, aprendi que existe um capital de giro, coisa que eu não sabia na minha vida militar. Aprendi muito. Hoje estou com uma visão muito maior do que tinha, principalmente porque vim a conhecer a empresa e hoje sou um defensor absoluto da livre empresa. Já era, por uma questão de formação filosófica. Agora sou pela livre empresa por uma questão... filosófica e principalmente de certeza de que a estatização a nada leva. Sou um homem que luta para acabar ou reduzir ao máximo a estatização no Brasil e tenho visto coisas impressionantes em matéria de falta de eficiência da empresa pública e de eficiência da livre empresa, em todos os setores.

A.C. - O senhor poderia falar sobre isso? Acho que é um assunto que merece... A sua experiência é importante.

A.M. - Eu não sou especialista, sou um homem que apenas olha.

A.C. - É porque todos nós observamos isso muitas vezes na vida. Mas talvez fosse interessante se o senhor pudesse...

A.M. - Aos atos são todos conhecidos. Mas eu tenho casos como este que vou contar. Nós fazíamos pesquisa de sal-gema na Amazônia com uma empresa que estamos fechando agora, porque não chegamos a uma rentabilidade econômica em curto prazo. Em consequência, estávamos lutando, mas tivemos que fechar. Mas naquela ocasião, nós estávamos procurando sal-gema e tivemos conhecimento de que a Vale do Rio Doce estava também procurando sal-gema naquela área. Então, eu fui procurar um elemento da direção da Companhia Vale do Rio Doce. Chegando lá, recebi esta declaração do responsável: "Eu não sei disso, não sei..." A empresa cresceu tanto que os seus diretores não sabiam que ela também estava pesquisando sal-gema lá na Amazônia. Isso mostra como essas empresas se transformam em polvos, cujos tentáculos fogem da ação central. Isso é um exemplo típico: o crescimento exagerado da empresa.

Outro caso que eu posso citar é... não tem relação direta conosco, mas que está em evidência hoje, é o dessa empresa Cobra Computadores: encampa, não encampa. Tenho um parente que trabalha nesse setor, e ele me disse: "Desde o início eu sabia que a Cobra tinha que entrar em falência, porque, para começar, ela procurou tirar do mercado todos os bons elementos, pagando duas, três vezes o que nós

pagávamos. Ora, uma empresa que não tem preocupação com despesas nem com o lucro não pode subsistir."

Há outra coisa que eu aprendi, e que hoje, felizmente está se modificando, é que o lucro era palavra feia na boca dos nacionalistas, dos homens que são contra o capitalismo. Então, o lucro é capitalista. O lucro é fundamento da estrutura do mundo moderno, inclusive nos países comunistas. Eles estão hoje mudando, porque o lucro é que permite o desenvolvimento: a boa aplicação do lucro e não a simples exploração do lucro. Mas o lucro é fundamental. Na nossa empresa, o nosso trabalho diário é este: Qual foi a despesa do mês? Como é que foi aplicada? Qual foi o rendimento? Qual o faturamento? Qual o lucro que se teve no mês? Se não houve lucro, por que não houve? Temos que ter lucro, sem ele não podemos nem viver, porque o capital de giro só pode ser obtido à razão de juros de 8%, 10%, 12%.

L.H. - Mas só o empresário particular tem esta noção, porque ele sabe que a sua empresa abre falência no final do mês.

A.M. - Hoje está nos jornais: foi aberto ontem pelo governo um crédito de três bilhões de cruzeiros para a Companhia Siderúrgica Nacional pagar dívidas. Se, em lugar da Companhia Siderúrgica Nacional, fosse uma companhia particular, ela estaria falida, mas também não teria feito o investimento que fez, porque um particular não faz um investimento sem ter lucro.

A.C. - É o que o senhor estava falando: tem-se que tirar o lucro no curto prazo. E às vezes há determinados setores da economia que exigem um investimento mais longo.

A.M. - Eu não sou contra o governo entrar na área empresarial em certos setores. Acho, inclusive, que naqueles setores que são indispensáveis e onde não há capitais suficientes, o governo tem que entrar. Eu não sou contra. O que eu sou contra é a estatização pela estatização. Sou contra a estatização na área aonde o capital privado pode ir.

L.H. - Inclusive, o Estado concorre em condições muito desiguais com o capital privado.

A.M. - E há coisas que são impressionantes. Nesse momento, está se discutindo o problema do carvão. Nós, no Porto de Imbituba, somos embarcadores de carvão: é nossa especialidade. Ao mesmo tempo, um irmão do Francisco é um minerador de carvão. Então eu estou mais ou menos ao par da coisa. O governo quer aumentar a produção do carvão, mas o preço do carvão é tantos cruzeiros a tonelada. Isso dá zero de lucro, às vezes dá até prejuízo ao minerador. Então, ele não aplica, não vai buscar carvão. Como é que ele vai crescer se não tem nem lucro para aplicar? O que se aplica é o lucro, isso é que é preciso entender. O governo, agora, está abrindo para si próprio a possibilidade de entrar no setor, através da Vale do Rio Doce e da Petrobrás. Aí é que está errado. A Vale do Rio Doce não pode criar mais nada, a Petrobrás não pode criar mais nada! Eles já são excessivamente estatizantes em áreas em que não deveriam entrar. Vejo esses problemas e digo: cada vez mais, na área empresarial, a gente sente isso de perto e eu, cada vez mais, sou pela livre empresa.

A.C. - O problema do lucro está também ligado ao problema da produtividade.

A.M. - Mas o lucro é fundamento de toda política econômica de um país que se preze, que não seja comunista, a não ser que seja um país socialista onde tudo está... Mesmo os comunistas estão voltando atrás, criando bancos na Rússia! O que a Rússia fez com os camponeses... liquidou, transformou e,

agora, acho que 30% ou 40% da produção de alimentos na Rússia são de pequenas áreas que foram entregues aos camponeses para uso próprio.

A.C. - Porque as propriedades coletivizadas foram...

A.M. - Porque é o lucro que estimula. É o tal negócio da propriedade... da herança, de poder deixar a propriedade para o filho. O indivíduo tem interesse em deixar para seus filhos um pouco do que construiu! Mas, quando se começa a impedir: ah, isso aqui vai para o governo... ninguém...

L.H. - A pessoa gasta tudo.

A.M. - O sistema comunista é contra a propriedade privada, o indivíduo não tem casa, a casa é do governo... Isto não é possível. Eu tenho que lutar pela minha família, tenho que ter o desejo, e é uma satisfação para mim deixar...

A.C. - É a emulação.

A.M. - Não tenha dúvida. Então, cada vez mais me torno um defensor da livre empresa. Cada vez mais sou contra a estatização. O controle de preços é uma barbaridade! Uma das nossas empresas, a mais rentável de todas, começou a ter controle de preços. A garrafa de água sanitária tinha que ser vendida por x, porque o CIP exigia. Mas começaram a crescer o preço do produto, do polipropileno, do polietileno de baixa densidade, e dali a pouco a garrafa... Quando a gente chegava a empatar, lutava com o CIP e ele dava uma margenzinha. De repente o petróleo desembestou e o preço do polietileno começou a subir feito um foguete. Chegou um momento em que nós entramos em déficit. O CIP levava três, quatro meses para conceder o ajustamento de preço. Quando chegava lá, o preço já era outro.

A.C. - O senhor disse que só equilibra daqui a um ano?

A.M. - Só no ano que vem é que nós devemos estar com o buraco tapado. Agora saímos do CIP. Então estamos reajustando: a lei da oferta e da procura ainda não foi revogada. Estamos subindo devagar. No primeiro mês em que aumentamos, houve uma baixa de venda. Ajustamos o preço, e já retomamos as vendas. Agora nós estamos fazendo os reajustes com critério e devagar estamos tapando o buraco. Mas vamos levar esse ano inteirinho tapando o buraco que foi criado por culpa do CIP.

A.C. - O senhor concorda que essa política de preços é desastrosa tanto quanto a de subsídios, como diz o dr. Bulhões?

A.M. - Eu gosto muito do Bulhões, acho que ele tem razão numa porção de pontos, mas no problema de subsídios isso depende. No subsídio à agricultura, eu não concordo tanto com ele, porque num Brasil que precisa produzir cada vez mais no campo, todo mundo está descapitalizado. Ninguém tem dinheiro hoje no Brasil. Então, o governo tem que ajudar um pouco, tem que dar financiamentos e um pouco de vantagens para poder obter aquilo que vai permitir um equilíbrio que é fundamental na balança de pagamentos.

Mas isso tudo são considerações de um pseudo-empresário... Não sou empresário, não sou nada. Estou lá na minha sala...

Então, está terminada a minha conversa. Agora eu tenho aí o meu arquivo. Quando ele puder ser examinado, eu virei aqui para poder separar os documentos. Há coisas que o próprio arquivo vai me recordar os fatos.

A.C. - Aí a gente pode completar.

A.M. - O que era essencial foi dito. Não adianta chover no molhado. E começar a entrar em detalhes também não é vantagem. O detalhe distorce o conjunto... Então, a gente vai vendo aí e alguma coisa eu posso lembrar. Mas o essencial da minha vida está aqui.

E eu quero agradecer essa boa convivência aqui... de quantos meses?

L.H./A.C. - Desde fevereiro... três meses.

A.C. - Nós é que temos que agradecer muito ao senhor esse depoimento incrivelmente importante, claríssimo, e que vai ajudar muito a esclarecer controvérsias sobre o problema militar no Brasil.

[FINAL DE DEPOIMENTO]